



Porto Alegre, 8 de janeiro de 2018



Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico



Alexandre Krob
Coordenador Técnico
Instituto Curicaca

Sumário

Ficha Técnica	6
Apresentação	8
Introdução	11
O que nos orienta no Planejamento do Uso Público?	13
Glossário/ Definição de conceitos	16
O Parque Estadual de Itapeva	18
Atrativos Naturais e culturais da UC com potencial de Uso Público	18
Localização e distâncias	20
Acessos à UC	21
Situação Administrativa atual da UC:	22
Análise do uso público previsto no Plano de Manejo	24
Uso público na seção Zoneamento	25
Considerações gerais sobre o zoneamento e o uso público	33
Uso público no Programa de Visitação	33
Trilhas	33
Guaritas	34
Mirante	36
Centro de Visitantes	36
Camping e infraestrutura associada	40
Comunicação visual	40
Programa de Educação Ambiental	41
Programa de Pesquisa e Monitoramento dos Visitantes	42
Outras referências ao Uso Público ao longo do PM	43
Análise da situação das atividades de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva	49
Atividades previstas, implementadas e em operação	52
Trilha do Morro de Itapeva	52
Trilha das Dunas	56
Recreação na Pedra de Itapeva e Pesca Amadora	60
Atividades previstas, implementadas e fora de operação	65
Campismo	65
Atividades de Uso Público Previstas e Não-Implementadas:	72
Trilha da Mata do Selau ou Trilha da Mata Paludosa com Arborismo	72
Recreação Livre nas Dunas	75



Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico



Sandboarding	78
Centro de Informações na Guarita 2.....	80
Lanchonete na Guarita 6.....	82
Atividades não previstas e implementadas	84
Trilha do Morro (parte acrescida)	84
Turismo Científico	88
Levantamento de demandas ao Uso Público através da aplicação de questionários	91
Resultados das entrevistas realizadas.....	91
Questionário 1 – setores direta e indiretamente envolvidos	91
Questionário 2 - Turistas e Visitantes	107
Levantamento das interações turísticas	112
Roteiros integrados existentes.....	113
Roteiro do Litoral Norte Gaúcho.....	113
Rota Açoriana	114
Roteiro Caminho dos Cânions	115
Atrativos naturais e culturais potenciais para comporem futuros roteiros.....	115
Atrativos culturais	116
Atrativos naturais.....	118
Outras Unidades de Conservação para Uso Público	122
Interações Turísticas com os municípios da Região.....	126
Arroio do Sal (RS).....	127
Mampituba.....	128
Três Cachoeiras (RS)	129
Morrinhos do Sul (RS).....	130
Dom Pedro de Alcântara (RS).....	131
Cambará do Sul (RS)	132
Santa Catarina	134
Praia Grande (SC)	135
Passo de Torres (SC)	138
Turismo em Torres	139
Lista de interesses turísticos surgidos nas entrevistas nos principais municípios	144
Conclusão e recomendações finais de interação turística	146
Interações Institucionais	149

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico



Instituições locais	150
Setor Público	150
Setor Social	153
Setor Privado	155
Instituições regionais	156
Setor Público	156
Setor Privado	158
Setor Social	159
Instituições científicas	161
Recomendações:	161
Relatório das Oficinas.....	162
Oficina Governamental	162
Discussão em grupos e apresentação em plenária	165
Discussões em plenária sobre os Cenários de Operação	169
Apresentação e discussão das atividades de uso público preliminarmente sugeridas	170
Oficina Não Governamental.....	172
Discussão em grupos e apresentação em plenária	174
Discussões em plenária sobre os Cenários de Operação	180
Apresentação e discussão das atividades de uso público preliminarmente sugeridas	180
Conclusões:	181
Conclusão	183
Referências Bibliográficas	187
Anexo 1 – Mapa de localização regional.....	189
Anexo 2 – Mapa de acessos	190
Anexo 3 – Mapa de localização de atividades de uso público analisadas	191
Anexo 4 – Diagrama de atrativos naturais e culturais identificados na área de influência do Parque	192
Anexo 5 – Informações complementares de apoio ao turista nos municípios.....	193
Distâncias de Torres, Porto Alegre e Florianópolis aos municípios	193
Arroio do Sal.....	193
Dom Pedro de Alcântara	196
Três Cachoeiras (Morro Azul).....	197
Morrinhos do Sul.....	199
Mampituba.....	200



Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico



Cambará do Sul	201
Anexo 6 – Mapa de interações institucionais potenciais no âmbito regional	204
Anexo 7 - Mapa de interações institucionais potenciais no âmbito local.....	205
Anexo 8 – Lista de presenças nas oficinas	206
Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual de Itapeva.....	21
Figura 2 - Mapa de localização regional do Parque Estadual de Itapeva.....	22
Figura 3 - Mapa de atividades de uso público analisadas.....	51
Figura 4 - Placa de sinalização do início da Trilha do Morro.....	55
Figura 5 - Subida da Trilha do Morro	56
Figura 6 - Trilha das dunas - parte inicial	59
Figura 7 - Dunas imediatamente associadas à trilha proposta e com potencial de inclusão	59
Figura 8 - Estrada cruzando a Pedra de Itapeva, hoje sob controle de tráfego pela Sema/RS...	63
Figura 9 - Pedra de Itapeva sob forrageamento de bando de piru-piru que nidificam no Parque Estadual de Itapeva	64
Figura 10 - Edificações de apoio no antigo camping.....	70
Figura 11 - Atividade de educação ambiental do Instituto Curicaca com campistas	71
Figura 12 - Estrutura do antigo camping altamente deteriorada.	71
Figura 13 - Área de campo associada ao local previsto para a Trilha da Mata do Selau.	74
Figura 14 - Altura da mata na área prevista para arborismo - Trilha do Selau	75
Figura 15 - Ambiente associado à área de recreação livre nas dunas - Limite Norte	77
Figura 16 - Área onde foi proposto o sandboarding.	80
Figura 17 - Casa no topo do morro que serviria de guarita e lanchonete	83
Figura 18 - Ruínas arqueológicas junto à nova trilha	86
Figura 19 - Porção inicial da trilha, mais próxima do topo do morro.	87
Figura 20 - Porção quase final da trilha, junto às dunas próximas à área do antigo camping....	88
Figura 21 - Visita com estudantes de biologia saindo da Trilha do Morro, semelhante à visitação feita com professores universitários. Fonte: fanpage do Parque Estadual de Itapeva.	90
Figura 22 - Grupo de estudantes dispostos na trilha enquanto o guia passa informações. Parte do grupo está bastante distante da pessoa que fala e acaba dispersando. Fonte: fanpage do Parque Estadual de Itapeva.....	90
Figura 23 - Faixa etária dos entrevistados	92
Figura 24 - Representação proporcional entre setores entrevistados	92
Figura 25 - Esferas de atuação dos entrevistados.....	93
Figura 26 - Finalidades do Parque segundo entrevistados	95
Figura 27 - Benefícios esperados pelos entrevistados a partir do Uso Público	96
Figura 28 - Usuários do Uso Público sugeridos pelos entrevistados.....	97
Figura 29 - Atividades de Uso Público sugeridas pelos entrevistados	98
Figura 30 - Atividades recomendadas pelos entrevistados para fora do Parque	99
Figura 31 - Formas de operação do Uso Público escolhidas pelos entrevistados	101
Figura 32 - Principais cuidados sugeridos para a implantação do Uso Público	104
Figura 33 - Faixa etária dos veranistas, turistas e visitantes entrevistados.....	108



Figura 34 - Distribuição na categoria de entrevistados (veranistas, turistas e visitantes).....	108
Figura 35 - Preferência dos veranistas, turistas e visitantes quando vêm à Torres.....	109
Figura 36 - Demandas dos veranistas, turistas e visitantes entrevistados para um Parque.....	110
Figura 37 - Necessidades de apoio no Parque apontadas por veranistas, turistas e visitantes	110
Figura 38 - Mapeamento das interações turísticas potenciais	112
Figura 39 - Interações institucionais potenciais no âmbito local	149
Figura 40 - Interações institucionais potenciais no âmbito regional	150
Figura 41 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 1 (Oficina 1).....	166
Figura 42 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 2 (Oficina 1).....	168
Figura 43 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 1 (Oficina 2).....	176
Figura 44 - Quadro síntese do planejamento visual do Grupo 2 (Oficina 2).....	179



Siglas

- AST – Associação de Surfistas de Torres
- Camb – Comando Ambiental da Brigada Militar
- CERBMA/RS – Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul
- Duc – Divisão de Unidades de Conservação da Sema/RS
- Fepam – Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Roessler
- FGB - Federação Gaúcha de Balonismo
- FZB – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- KfW – Banco Alemão de Desenvolvimento
- Peva – Parque Estadual de Itapeva
- PM – Plano de Manejo
- PMT – Prefeitura Municipal de Torres
- Pup – Plano de Uso Público
- Sema/RS – Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul
- Seuc – Sistema Estadual de Unidades de Conservação
- Sabin – Sociedade dos Amigos do Balneário de Itapeva Norte
- SMAURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismos de Torres
- SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
- UC – Unidade de Conservação da natureza
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Ulbra Torres – Universidade Luterana Brasileira

Ficha Técnica

Realização: Instituto Curicaca

Contratante: Itapeva Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Beneficiária: Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Sema/RS

Este trabalho foi realizado no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta do Inquérito Civil Público Nº 00007/2015, firmado entre o Ministério Público Estadual e a Itapeva Empreendimento Imobiliário Ltda., decorrente da inexistência de Licenciamento de Operação do Condomínio Ocean Side e da Estação de Tratamento de Esgoto Cloacal deste.

6

Equipe técnica (primeira fase)

Instituto Curicaca – Executor do Plano de Uso Público

- Agr. Alexandre Krob – Coordenação técnica, coordenação de equipe, revisão e finalização de conteúdos.
- Biól. Beatriz Barros Aydos – Apoio técnico geral.
- Art. Plást. Patrícia Bohrer – Análises em educação ambiental e cultura.
- Biól. Bruna Arbo Meneses – Mapeamentos.
- Biól. Raquel Klein Paulsen – Mapeamentos.
- Arq. Guilherme Mello – Análises iniciais das edificações.
- Tur. Deivid Bolzan – Análises iniciais em ecoturismo.
- Estagiários de biologia Natália Berthier, Luiza Missau, Aline Vanin, Thamara Almeida, RonaldoPaesi – Apoio no levantamento e sistematização de informações.

Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul – Supervisão

- Paulo Grübler – Gestor do Parque Estadual de Itapeva
- Danúbia Nascimento – Técnica do Parque Estadual de Itapeva
- Rômulo Valim – Técnico da Divisão de Unidades de Conservação
- Paola Stumpf – Coordenadora de planos de manejo da Divisão de Unidades de Conservação

Participantes das oficinas de planejamento colaborativo e das reuniões de acompanhamento no Conselho da Unidade de Conservação

Conselheiros do Peva que participaram: CAMB - *1º Sarg. Rogério de Quadros Teixeira e 1º Ten. Gabriel Gomes Batista*; Prefeitura Municipal de Torres - *Rivaldo Raimundo da Silva e Maria Elizabeth da Rocha*; FZB - *Luciano Moura e Patrick Colombo*; ONG Onda Verde - *Nabor Azevedo Guazelli e Leonila Quartiero Ramos*; CERBMA/RS - *Luis Rios de Moura Baptista*; ICMBio - *Aline Kellermann e Janice Terezinha Black*; Associação Comunitária de Itapeva - *Tânia Koppe*; Sindicato dos Pescadores de Torres - *Oswaldo Alves de Siqueira*; AST - *Gustavo Lara Canela*; Ulbra/Torres - *Profº Diego Viana Gomes*; Fepam - *Antônio Augusto Ungaretti Marques*; Secretaria da Agricultura - *Paulo Zwick*; Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres - *José Carlos de Matos*; UFRGS - *Andreas Kindel*.

Não Conselheiros que participaram das Oficinas: SMAURB - *Marcelo Koch e Fernanda Brocca*; Secretaria Municipal de Cultura e Esporte - *Débora Fernandes*; 11ª CRE de Osório - *Josieli Silva*; APABG/Sema- *Letícia Vianna e Denise Machado*; Jamboó Turismo - *Tiago Côrrea*; Duc - Sema/RS - *Paola Stumpf e Rômulo Valim*; Aguatá Turismo - *Deivid Bolzan e Francisco Reis*; Sabin - *Rafael Frizzo*; Eduque - *Jorge Hermann e Jonas Brocca*; FGB - *Luciano Gross*; Artesã com palha de butiá - *Judith Santos*.

Citação em referência bibliográfica:

KROB, A. J. D. & AYDOS, B. B. ***Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva: Anexo I - Diagnóstico***. Relatório Técnico. Porto Alegre: Instituto Curicaca, 2018. 215p.

Apresentação

O Parque Estadual de Itapeva foi criado num contexto de conflito de interesses após um conjunto de audiências públicas nas quais alguns grupos conservadores do município de Torres se opunham a iniciativa. Ao mesmo tempo, a proposta era conduzida pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Sema/RS - com apoio do Instituto Curicaca, do Centro de Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - e da ONG Onda Verde. Na época, em 2002, as principais resistências locais vinham da Prefeitura Municipal de Torres, da Câmara Municipal de Vereadores e da Universidade Luterana (Campus de Torres).

Nas audiências públicas, foi trazida a importância da criação do Parque para a conservação da biodiversidade, como a proteção das dunas, que praticamente desapareceram do Litoral Norte, da sucessão de ambientes naturais da Planície Costeira, que só restava completa na área proposta ao Parque, e mesmo toda uma necessidade de proteger espécies ameaçadas da flora e da fauna. Esse discurso não convenceu a comunidade local, que se mantinha contrária à criação da Unidade de Conservação em apoio aos setores desenvolvimentistas de Torres que previam para a área uma estrada e um conjunto de condomínios. Naquele momento, o Instituto Curicaca, que teve intensa participação no processo, tentou convencer a sociedade trazendo o exemplo do trabalho que realizara junto aos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral: “a criação do Parque trará inúmeros benefícios sociais e econômicos para a comunidade local, além daquele principal em conservação da biodiversidade [...] e nós, como instituição que, junto com a Sema/RS, está propondo a criação da Unidade de Conservação, nos comprometemos a continuar trabalhando na região pela sua implantação e pelo acesso da comunidade aos benefícios que dele deverão surgir”.

Desde então, inúmeras iniciativas têm sido realizadas para a implantação da Unidade de Conservação, muitas delas com a cooperação do Instituto Curicaca ou mesmo das quais é protagonista. Entretanto, pouco ou quase nada foi feito para dar significado social e econômico à Unidade de Conservação para a comunidade local. De

fato, as ações de implantação seguem focadas em proteção, o que é muito necessário, mas que sem outras abordagens simultâneas acabam exacerbando o conflito da sociedade local com a existência do Parque.

Embora o Plano de Manejo tenha dado pinceladas em como deveria ser o uso público no Parque e algumas atividades de educação ambiental e de trilhas tenham sido realizadas por nós, mais recentemente pelos gestores e também por outros parceiros, o verdadeiro fantasma do uso público sempre foi o Camping de Itapeva. A área vinha sendo gerida pela Sema/RS com dificuldades, com infraestrutura depreciada, sem funcionários suficientes, com ocorrência de acidentes fatais, com uma relação despesa-receita desequilibrada e, principalmente, causando impactos ambientais dentro da UC e desviando os agentes públicos da função principal, a conservação da biodiversidade. O assunto e seus problemas foram várias vezes tema de discussão no Conselho e a recomendação do Instituto Curicaca sempre foi de que se evitasse a busca de uma solução pontual, mas que a estratégia fosse de buscar a realização de um Plano de Uso Público para o Parque, que trataria da questão do camping dentro de uma análise muito mais ampla de oportunidades de ecoturismo, educação, recreação e lazer na natureza que estão disponíveis para serem organizadas e implantadas na Unidade de Conservação.

Um encaminhamento conclusivo e determinante para que o planejamento do uso público avançasse, foi a decisão do Conselho Gestor de encaminhar denúncia ao Ministério Público Estadual sobre os problemas ambientais e risco aos usuários gerados pelo Camping. A denúncia levou ao fechamento do camping por determinação judicial e os esforços passaram a ser para que o planejamento da visitação fosse realizado. Pelo interesse de muitos, um recurso foi alocado em medidas compensatórias para a contratação dos serviços, mas a empresa contratada não conseguiu atender a qualidade técnica exigida pelo Termo de Referência, pelos gestores e pelo Conselho. O serviço permaneceu então paralisado por cerca de dois anos, até que com inúmeras pressões dos conselheiros o contrato foi denunciado pela Sema/RS, houve a oportunidade de alocação de outro recurso decorrente de Termo de

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



Ajustamento de Conduta e um novo processo de contratação foi aberto, no qual o Instituto Curicaca foi selecionado como melhor proposta.

Entre a criação do Parque e o momento em que esse Plano de Uso Público está sendo realizado passaram-se quatorze anos. Nesse período, a existência do Parque demonstrou o quão importante foi a decisão de criá-lo para a conservação da biodiversidade do Rio Grande do Sul e brasileira. Porém, não pode responder satisfatoriamente à comunidade local e nem a sociedade gaúcha no aspecto de benefícios sociais e econômicos possíveis para a comunidade local associados direta e especificamente à escolha da categoria parque dentre as disponíveis no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Entretanto, a busca incansável por esse benefício complementar, mas não menos importante nas estratégias de conservação da biodiversidade, acabou alcançando o momento de planejamento colaborativo da qual esse diagnóstico faz parte. Nós do Instituto Curicaca, certamente junto com os gestores da Unidade de Conservação, técnicos da Divisão de Unidades de Conservação, pesquisadores da UFRGS e membros de outras associações locais que tanto buscaram a realização desse plano, estamos muito felizes de estar realizando esse trabalho.

Introdução

O Parque Estadual de Itapeva (Peva), por sua categoria de proteção, segundo o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9985/2000), pode oferecer aos visitantes atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, desde que sujeitas às normas e restrições estabelecidas. A possibilidade de uso pela comunidade, inclusive, foi um dos fatores para que essa Unidade de Conservação (UC) se enquadrasse nessa categoria. No entanto, desde sua criação, em 2002, a UC apresenta situação contraditória, já que incluiu a área de um camping estadual, de administração do município de Torres, que foi mantido em funcionamento e voltou à administração do Estado em 2003 sem passar por uma avaliação técnica específica de viabilidade ambiental.

O uso público do Parque restringiu-se assim ao campismo e foi marcado por muitos conflitos ao longo dos anos. De maneira geral, o público do camping não possuía interesse em ecoturismo ou atividades de Educação Ambiental, o que conflitava com o objetivo primordial de uma Unidade de Conservação. Essa situação está documentada no Parecer Técnico 031/2011-Duc, cujo objetivo era realizar uma análise técnica da atividade de campismo dentro do Parque, de modo a oferecer subsídios para a mitigação desses conflitos. O Plano de Manejo, elaborado em 2006, ampliou a perspectiva de uso público ao propor um conjunto de atividades e estruturas, inclusive num capítulo específico, mas tratou o tema de forma sugestiva, o que não permitiu avançar na implantação de uso público no parque.

Desde 2011, com a interdição do camping (mediante Ação Civil Pública 07211.10.0005636), o Parque encontra-se fechado para visitação pública, exceto visitas pré-agendadas e acompanhadas de servidor do Parque. O Plano de Uso Público (Pup) é uma parte complementar do Plano de Manejo da Unidade de Conservação e tem como objetivo, então, oferecer a análise, os subsídios técnicos e a forma para a implementação da visitação no Parque e a execução de atividades educativas, recreativas e turísticas que ocorrem na visitação pública.

A primeira parte do Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva corresponde ao Diagnóstico. Esse documento contém todos os produtos resultantes da primeira etapa realizada pela equipe executora do Pup. O Termo de Referência de Contratação de Consultoria (TdR) apresentava, como primeiro produto a ser entregue, o resultado desse diagnóstico, em forma de relatório das Oficinas de Planejamento Participativo, complementado com os resultados obtidos com as atividades de “Mapeamento das instituições locais e regionais relacionadas direta e indiretamente com o Plano de Uso Público do Parque de Itapeva”, “Levantamento de demandas para o Uso Público do Parque de Itapeva” e “Levantamento documental de dados sobre turismo na área de inserção da UC”. O diagnóstico realizado pela equipe do Instituto Curicaca teve como objetivo responder às demandas apresentadas no Termo de Referência da contratação, somadas a outras informações consideradas pertinentes pela equipe do Instituto Curicaca. Para esse Diagnóstico, foram executadas as seguintes etapas, todas relatadas e detalhadas na sequência desse documento:

- Análise das referências ao Uso Público no Plano de Manejo.
- Análise das atividades de Uso Público: previstas implantadas, previstas não implantadas e implantadas não previstas.
- Elaboração e aplicação de dois diferentes questionários para o levantamento de demandas para o Uso Público.
- Levantamento de dados sobre Turismo na área de inserção da UC.
- Mapeamento das Instituições Locais e Regionais relacionadas com o Peva.
- Realização de Oficinas Setoriais em Torres.

O que nos orienta no Planejamento do Uso Público?

A elaboração do Pup segue o que foi estabelecido no Termo de Referência para Contratação de Consultoria visando à Elaboração do Programa de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva, o documento “*Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*” (MMA, 2006), a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9.985, de 18 de julho de 2000), o próprio Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva (Duarte, 2006), a base conceitual dessas e de outras referências, bem como a metodologia definida no TdR acrescida daquela detalhada pelo Instituto Curicaca na Proposta Técnica (PTec) submetida ao processo de Contratação de Consultoria. Desse conjunto, merece destaque alguns fundamentos e definições que são balizadores do que estará sendo considerado para o Pup do Parque.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC - é a lei que regulamenta a criação, categorias de uso e restrições das Unidades de Conservação em todo o território brasileiro. Segundo essa lei, o Parque Estadual de Itapeva é uma Unidade de Conservação da categoria Proteção Integral, ou seja, aquela na qual se pretende a “*manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais*” (Brasil, 2000). Em seguida, define como objetivo básico de um Parque a “*preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico*”.

A legislação é bem clara quando aponta que os parques devem estar abertos ao público e até estimular a sua visitação. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) também reconhece isso, ao afirmar que a visitação em UC “*funciona como forma de incrementar o apoio econômico para a conservação da natureza nestas áreas e potencializar a utilização sustentável dos serviços vinculados aos ecossistemas*” (Brasil, 2006).

A visitação prevista em Lei, deve ser cuidadosamente planejada, zoneada e monitorada, de forma a não conflitar como objetivo principal de qualquer UC: a proteção da biodiversidade. Como estabelece o SNUC, deve estar “*sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento*” (Brasil, 2000). Uma projeção do SNUC no âmbito estadual é o Seuc¹– Sistema Estadual de Unidades de Conservação -, que orienta o funcionamento das Unidades de Conservação estaduais da mesma forma. Por isso, é também uma orientação a ser seguida. Ou seja, qualquer planejamento que estivermos fazendo para o Uso Público estará delimitado pelas legislações existentes.

14

Num âmbito mais específico, o planejamento do uso público deve estar harmonizado com as definições do Plano de Manejo² do Parque, que tratou do tema em uma seção específica chamada Programa de Visitação e ao longo de todo o documento de forma dispersa. Quanto a isso, haverá uma análise específica nesse trabalho, que acontece simultaneamente à revisão do Plano, o que permite interações de ajuste mais abertas e que possam melhorar as decisões de uso público existente no Plano de Manejo.

Considerando as interações dos dois documentos de planejamento, é conveniente ressaltar que os princípios que devem reger as políticas, diretrizes, normas e regulamentações da visitação de Unidades de Conservação e que devem ser observados durante o planejamento e gestão da visitação, segundo o MMA (Brasil, 2006) são:

- a. *O planejamento e a gestão da visitação deverão estar de acordo com os objetivos de manejo da Unidade de Conservação.*
- b. *A visitação é instrumento essencial para aproximar a sociedade da natureza e despertar a consciência da importância da conservação dos ambientes e processos*

1Rio Grande do Sul. Decreto Nº 34.256, de 02 de Abril de 1992. Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e dá outras providências.

2 DUARTE, M. M.; Bencke, G. A. (coord.). Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

naturais, independentemente da atividade que se está praticando na Unidade de Conservação.

- c. A visitação deve ser promovida de forma democrática, possibilitando o acesso de todos os segmentos sociais às Unidades de Conservação.*
- d. As atividades de visitação possíveis de serem desenvolvidas em Unidades de Conservação devem estar previstas em seus respectivos instrumentos de planejamento.*
- e. O desenvolvimento das atividades de visitação requer a existência de infraestrutura mínima, conforme previsto nos instrumentos de planejamento da Unidade de Conservação.*
- f. A visitação é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais.*
- g. A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação em Unidades de Conservação.*
- h. A visitação deve contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.*
- i. O planejamento e a gestão da visitação devem buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes.*
- j. A visitação deve procurar satisfazer as expectativas dos visitantes no que diz respeito à qualidade e variedade das experiências, segurança e necessidade de conhecimento.*
- k. O planejamento e a gestão da visitação devem considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como: visitação individual, visitação em grupos espontâneos, visitação em grupos organizados de forma não comercial e visitação organizada comercialmente, entre outras.*

Glossário/ Definição de conceitos

Capacidade de Carga: Capacidade de Carga Turística é o número máximo de visitas num determinado período de tempo (dia ou mês ou ano) que uma área pode suportar, antes que ocorram alterações no meio físico e social (Boo, 1990).

Conservação da Natureza: manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. (Brasil, 2000).

Parque: área protegida para “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (Brasil, 2000).

Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Brasil, 2000).

Plano de Uso Público: documento técnico que compõe o Plano de Manejo e define as formas sustentáveis de utilização das Unidades de Conservação para conservar seus atributos naturais e históricos, através da análise da infraestrutura, estudo da demanda e otimização de atividades, proporcionando ao usuário a oportunidade de interagir, da melhor forma possível, com a natureza” (De Barros Pena et al., 2013).

Preservação: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção em longo prazo das espécies, habitat e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais (Brasil, 2000).

Proteção Integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (Brasil, 2000).

Turismo Ecológico/Ecoturismo: Segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. O Ecoturismo assenta-se sobre o tripé interpretação, conservação e sustentabilidade e pode ser entendido como atividade turística baseada na relação sustentável com a natureza, comprometidas com a conservação e a educação ambiental (Brasil, 2008).

Turismo Voltado à Natureza: turismo baseado em visitação a áreas naturais. O turismo voltado à natureza está intimamente ligado ao ecoturismo, mas que não abrange, necessariamente, os conceitos do ecoturismo. É o tipo de turismo que existe atualmente na maioria das áreas naturais antes que um plano tenha sido estabelecido e medidas de conservação tenham sido implantadas (Drumm & Moore, 2003).

Turismo de base comunitária: tipo de turismo no qual a comunidade organiza e presta serviços para os visitantes, tais como: trabalhar como “guia” local, levar para pescar, para conhecer a roça, a casa de farinha, oferecer hospedagem, alimentação, etc. (Janéret al., 2010).

Zona de Amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (Brasil, 2000).

Zoneamento: definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Brasil, 2000).

O Parque Estadual de Itapeva

O Parque Estadual de Itapeva foi criado pelo Decreto Estadual nº 42009, de 12 de dezembro de 2002. Possui área aproximada de 1.000 hectares e está localizado em área do bioma Mata Atlântica, um dos mais ameaçados do Brasil. Além disso, inclui o gradiente completo de ecossistemas litorâneos – mar, dunas móveis, dunas fixadas por restinga, banhados, áreas alagáveis, mata paludosa e matas de restinga - que hoje se encontram muito alterados e até suprimidos na maior parte do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O Parque Estadual de Itapeva é um dos últimos remanescentes desse gradiente de ambientes e de toda a sua biodiversidade associada, que inclui espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

O Parque tem como principal objetivo a *“conservação dos recursos naturais existentes na formação Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, incluindo espécies da fauna e flora silvestres dos ecossistemas de dunas, banhados, mata paludosa e mata de restinga, estando presentes na área do Parque animais ameaçados de extinção, conforme Lista das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul”* (Rio Grande do Sul, 2002). O Plano de Manejo (PM) do Parque foi elaborado em 2006 pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB). O PM passa por processo de revisão pela equipe gestora, acompanhada pelo Conselho Consultivo que, criado em 2003, passou por uma reestruturação em 2007 e, atualmente, conta com dezesseis representantes.

Atrativos Naturais e culturais da UC com potencial de Uso Público

- **Morro de Itapeva:** Segundo o Plano de Manejo, Unidade de Paisagem Colinas Rochosas, subunidade Colinas Rochosas com Vegetação Arbórea. Apresenta uma vegetação arbustiva e arbórea diferente do que se observa no restante do Parque. Possui potencial para trilha interpretativa e, do topo do morro, se tem vistas da cidade de Torres e da praia.
- **Dunas:** Uma das paisagens mais marcantes do Parque está enquadrada pelo PM em mais de uma Unidade de Paisagem: Faixa Praial, subunidades Faixa de Praia e

Dunas Frontais e Dunas Interiores Móveis; Unidade de Paisagem Dunas Interiores Fixas. As dunas fazem parte da memória dos torrensens e são praticamente um marco do litoral gaúcho.

- **Lagoa do Simão:** Único corpo d'água lântico da UC. Pertencente à Unidade Terraços Lagunares, subunidade Áreas Úmidas. Localizada em Zona Primitiva 1. Não há muitas informações no PM, mas é um local de beleza cênica na UC.
- **Pedra de Itapeva:** Unidade de Paisagem Colinas Rochosas, subunidade Colinas Rochosas com Vegetação Herbácea. A denominação remonta aos indígenas que no passado ocupavam e transitavam pela Planície Costeira, em tupi Guarany significa pedra chata. Local de uso intenso, historicamente, pela comunidade, para coleta de mexilhão e pesca, onde há também residências construídas sobre ela, trata-se de um elemento natural que dá nome ao Parque e tem valor simbólico especial que precisa ser destacado.
- **Mata Paludosa:** Um dos tipos de formação florestal do Parque. Unidade de Paisagem Terraços Lagunares, subunidade Mata Paludosa. Localizada entre as dunas interiores fixas e as móveis, marcada pelo acúmulo de água (solos mal drenados), vegetação adaptada e proteção do vento. Caracteriza-se pela riqueza de epífitas e gêneros e espécies de origem tropical, especialmente as palmeiras. Junto com o butiazal, foi a classe de vegetação mais afetada pela atividade humana. É o ambiente onde ocorre a maior parte das espécies de flora (49 espécies) e fauna ameaçadas do Parque e também, junto com a mata arenosa, a maior riqueza de aves e mamíferos.
- **Paisagem:** Um dos fortes atrativos do Parque são as paisagens. Destacam-se o conjunto de ambientes e sua sequência evolutiva que pode ser apreciado quase que exclusivamente nessa área – praia, dunas frontais, campos úmidos, grandes dunas arenosas, dunas vegetadas, mata paludosa, matas de restinga dos morros arenosos e ao fundo a encosta da serra. Outra paisagem importante é a das dunas interiores ao Parque associadas à extensa praia em sua frente, junto ao mar, que pode ser mais bem observada de cima das Guaritas. Ou mesmo uma paisagem

cultural, que pode ser vista de cima do Morro de Itapeva, que permite, num primeiro plano, avistar as dunas e a mata de restinga e, num segundo plano, as Guaritas e os grandes prédios da cidade de Torres avançando em múltiplas direções.

- **Sítio arqueológico:** No Parque encontra-se o Sítio de Itapeva, formado por três conjuntos de vestígios arqueológicos: sambaquis com restos de ossos humanos e artefatos líticos que representam a presença pré-histórica de povos sambaquianos, ocupantes da região entre 4000 e 2000 anos atrás; cerâmicas, pontas de flecha, sementes calcificadas e ossos de animais que representam a ocupação indígena Guarani antes da chegada dos colonizadores europeus; e as ruínas da casa do Cabo da Guarda, representante do Império e que, desconfia-se, pode ter sido a primeira construção de Torres.
- **Pedra Vermelha:** Durante a reunião de apresentação do Diagnóstico ao Conselho, foi solicitada a inclusão da Pedra Vermelha como um atrativo potencial. Supõe-se tratar-se de um testemunho do derrame basáltico, semelhante à Pedra da Guarita, mas que por estar em um nível relativamente mais baixo teve sua porção superior, e atualmente aflorante, intemperizada e transformada em solo vermelho. Entretanto, não há referência a esse local no Plano de Manejo e nem na proposta de GeoParque que foi referida pelo Conselho. Está localizada em uma Zona de Recuperação, interna a uma Zona Primitiva, o que significa que sua recuperação deverá ser nesse sentido. Localiza-se também ao lado do sangradouro, uma área frágil dentro do Parque na qual ocorre a nidificação de espécies de aves limícolas. Recomenda-se que esse local seja utilizado apenas para o turismo científico.

Localização e distâncias

Está situado no município de Torres, Litoral Norte do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. Torres situa-se na divisa entre o estado do RS e Santa Catarina. O Parque, por sua vez, está localizado entre o Balneário Itapeva, ao sul, a Estrada do Mar (RS-389), a oeste, a praia de Itapeva, a leste, e a zona urbana do município de Torres, ao norte (Duarte, 2006). Dentro da Zona de Amortecimento do Parque estão ainda os

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico

municípios de Dom Pedro de Alcântara, Arroio do Sal, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, conforme representado na figura 1 (Anexo 1 – mapa em formato A3). Até o centro de Torres, a distância é de aproximadamente 10 km. De Porto Alegre, a distância é de 191 km via Estrada do Mar ou 196 km via BR-101. De Florianópolis, a distância é de 279 km via BR-101.

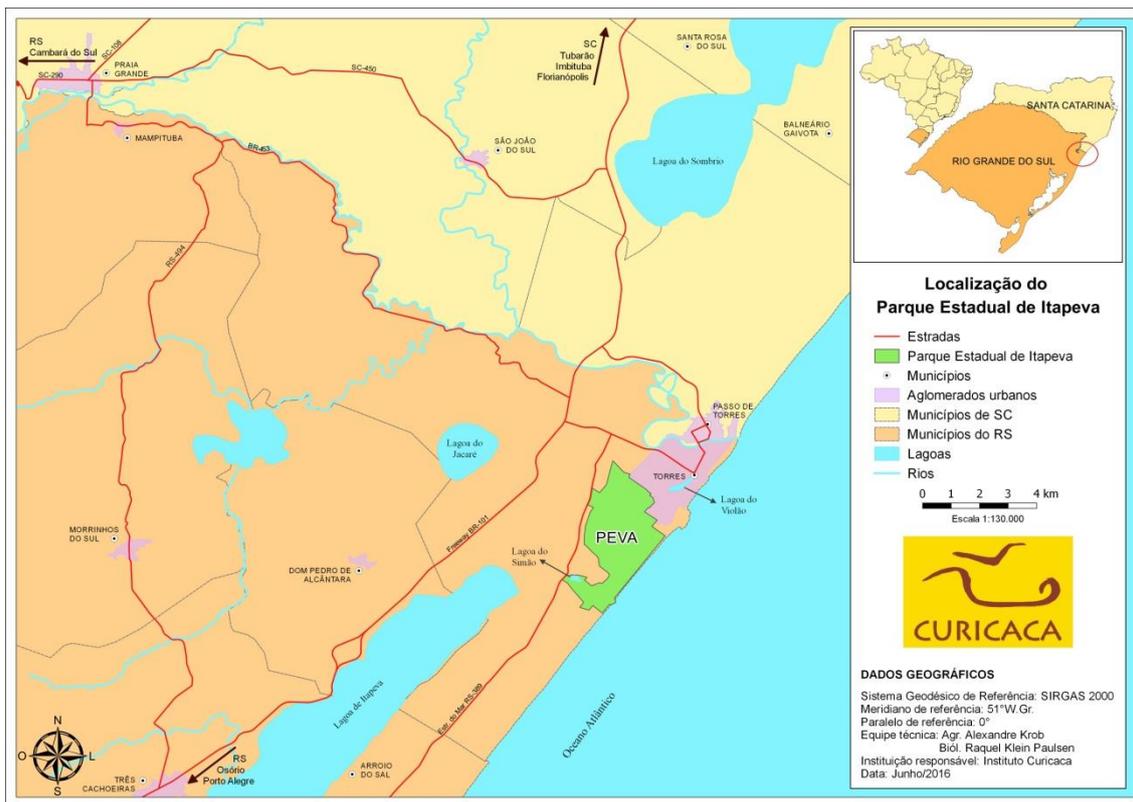


Figura 1 - Mapa de localização do Parque Estadual de Itapeva.

Acessos à UC

O acesso ao Parque pode ser feito pelo trevo de acesso ao balneário de Itapeva, na Estrada do Mar (RST-389), ou através da antiga Interpraias, s/n, no km 85 da Estrada do Mar (Duarte, 2006). Na Estrada do Mar é proibido o tráfego de veículos de grande porte. A principal entrada do Parque é pela antiga Interpraias, acessada pela Estrada do Mar, após 2,1km de estrada de chão batido, conforme representado na figura 2 (Anexo 2 – mapa em formato A3).

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico

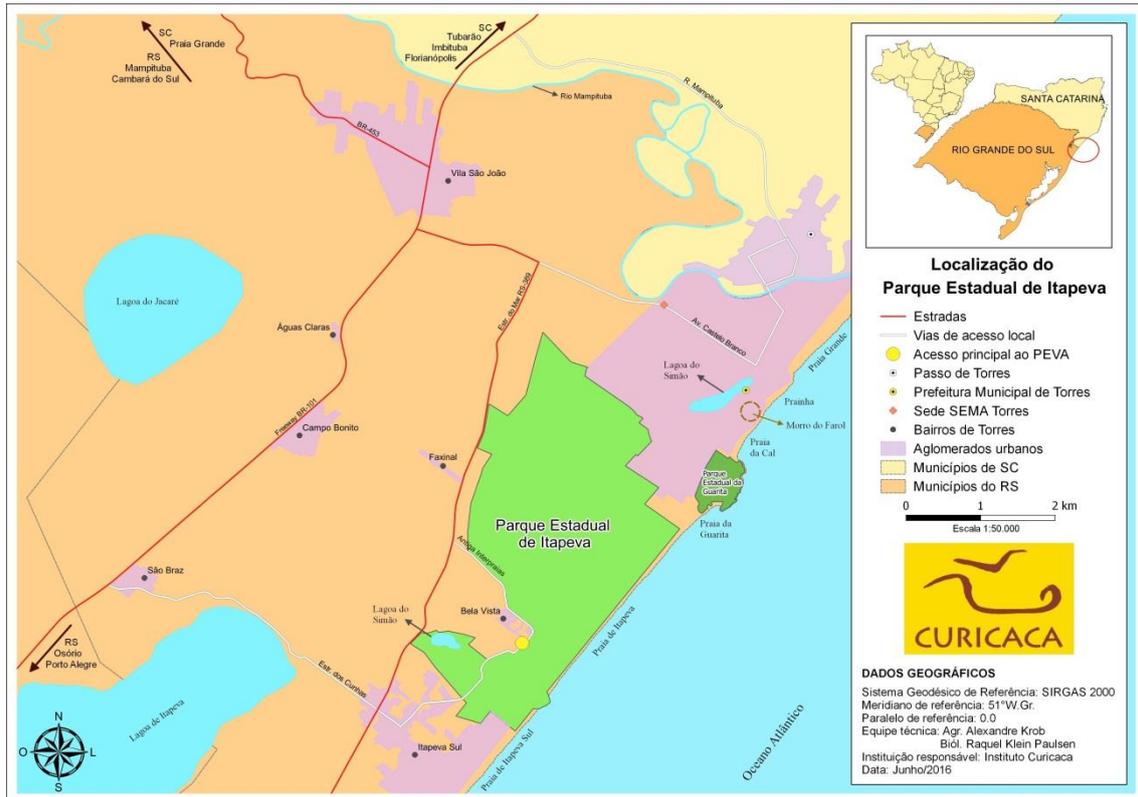


Figura 2 - Mapa de localização regional do Parque Estadual de Itapeva.

Situação Administrativa atual da UC:

A Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável possui sede própria em Torres, construída em 2007, localizada na Avenida Castelo Branco, 1581. A sede está em boas condições e conta com equipamentos necessários ao seu funcionamento. Já no Parque, a infraestrutura é a do camping e demais propriedades existentes antes da sua criação e, salvo exceções, está em péssimo estado de conservação. A infraestrutura física será abordada novamente no documento final do Pup, nos planos de demolição ou reforma. Em relação aos veículos e equipamentos disponíveis, a UC possui 3 caminhonetes tracionadas, em bom estado, e um veículo comum. Não há motocicletas, tratores, caminhões ou outros veículos. Em equipamentos para a manutenção das trilhas, o Parque dispõe de três roçadeiras costais. Quanto aos recursos humanos, possui 3 técnicos ambientais de nível superior, biólogos concursados, 2 guarda-parques e 3 agentes administrativos, também concursados. Além disso, possui um agente administrativo com Cargo em comissão (aposentado) e um Adido da caixa (aposentado). São quatro os postos de guardas

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



patrimoniais de empresa terceirizada, sendo 1 na sede e 3 na área do Parque, com vigilância 24 horas. Não há pessoal de manutenção de sede ou trilhas, após o fim do contrato do Estado com a terceirizada responsável.

Considerações: A perspectiva de que aconteça um uso público intenso do Parque Estadual de Itapeva, capaz de interagir com os diferentes atrativos naturais e ambientes de interesse educativo e ecoturístico existentes, está limitado pela atual estrutura administrativa da Unidade de Conservação. Não há, no momento, nem recursos humanos e nem equipamentos e infraestrutura adequados para que o uso público venha a ser implementado exclusivamente pela Sema/RS e, mesmo prevendo concessões, será necessário prever para os próximos anos uma melhoria significativa no quadro.

Análise do uso público previsto no Plano de Manejo

Analizamos o Plano de Manejo (PM) em busca de referências diretas ou indiretas sobre o uso público no Parque. O tema é referenciado ao longo do documento, embora pulverizado em diferentes seções. Essa análise buscou foi feita principalmente nas seções Programa de Visitação (incluindo seção específica sobre o Camping, conforme previsto no Plano de Trabalho) e Zoneamento, mas também encontrou e analisou uma série de referências ao uso público existentes em outros programas e atividades descritas no PM.

De um modo geral, as recomendações são de caráter básico e preliminar denotando falta de experiência no assunto por parte da equipe que elaborou o planejamento, mas justificam-se dessa forma no contexto em que o Plano de Manejo aponta a necessidade de um planejamento detalhado para o uso público. Entende-se, de um modo geral, que a simplicidade da abordagem sobre o tema implica numa dificuldade e até mesmo impedimento de realizar atividades rotineiras de visitação pública e educação ambiental no Parque. Para essa análise partimos dos seguintes pressupostos:

- Que referências ao uso público são feitas no Plano de Manejo?
- Quais atividades de uso público já estão previstas desde o Plano de Manejo e em que medida?
- Como essas atividades estão ocorrendo agora, sem o Plano de Uso Público?
- Quais as perspectivas para elas no futuro, segundo o PM?

Além disso, o Plano de Manejo trata especificamente de algumas atividades ou infraestruturas previstas para a realização do uso público no Parque de Itapeva, cada uma delas analisada a partir de pressupostos propostos pela equipe técnica que o elaborou.

Daqui para diante, ao realizarmos essa análise faremos referência entre parênteses à página do Plano de Manejo onde a situação está referida.

Uso público na seção Zoneamento

A realização de atividades de uso público previstas no Plano de Manejo e a serem planejadas no Plano de Uso Público têm íntima relação com os objetivos de cada uma das diferentes zonas definidas no Zoneamento do Parque (p. 140). É um pressuposto conhecer e localizar no mapa da figura 1 as seguintes zonas e as atividades que foram propostas ou mencionadas ao longo do Plano de Manejo. À medida que formos identificando essas atividades ao longo da análise, elas serão separadas para uma lista, analisada no capítulo seguinte.

25

Zona Primitiva (ZP): aquela com mínima interferência humana. O objetivo geral do manejo é preservar o ambiente natural.

- ZP 1 (4,87 ha) – Lagoa do Simão, único corpo d’água lântico na área da UC .
- ZP 2 (2,10 ha) – Área remanescente de butiazal denso, junto à Estrada do Mar.
- ZP 3 (58,26 ha) – Área no morro de Itapeva, próximo ao camping (mata no morro e dunas com resquícios de sambaquis).
- ZP 4 (24,09 ha) – Área próxima à praia, na porção leste do Parque.
- ZP 5 (283,09 ha) – Extensa área de baixada arenosa (dunas primárias e faixa de baixadas úmidas), dunas móveis, mata arenosa, mata paludosa e banhados.

Normas: Não é permitido o acesso público a esta zona, recomendando-se a adoção de medidas preventivas, como a instalação de placas informativas, distribuição de material impresso educativo e realização de patrulhas regulares de fiscalização e orientação aos visitantes.

Considerações: Do ponto de vista do Uso Público, foram incluídos na ZP alguns atrativos naturais com potencial de realização de atividades de ecoturismo, recreação e lazer na natureza que merecem reflexão. A Lagoa do Simão (ZP1) apresenta potencial para alguma atividade com embarcação não motorizada, em íntimo contato com a tranquilidade da natureza. Com o devido cuidado, é possível planejar uma atividade com caiaque e Standup Paddle que fique restrita ao espelho de água e tenha seu impacto. A área do Morro de Itapeva (ZP3) dificulta o estabelecimento de um circuito

circular na Trilha do Morro, forçando o visitante a retornar pelo mesmo caminho que acessou o morro e tornando a trilha cansativa. Uma revisão nesse zoneamento é bem importante para o aperfeiçoamento do desenho da trilha. Da mesma forma, a área próxima à praia (ZP4), também impede o estabelecimento de um circuito para a Trilha das Dunas, que poderia retornar pela praia, mas nesse caso há outras opções de ajuste no desenho da trilha.

Zona de Uso Extensivo (ZE): maior parte áreas naturais, mas que podem apresentar algumas alterações humanas. Intermediário entre ZP e ZI. Objetivo do manejo é compatibilizar manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano com a prática de atividades educativas e recreativas.

- ZE 1 (15,58 ha) – Local para implantação de trilha interpretativa e trilha para arborismo.
- ZE 2 (3,09 ha) – Pedra de Itapeva. Local para recreação e pesca amadora no mar (já na zona de amortecimento da UC).
- ZE 3 (0,17 ha) – Local onde será construído o mirante no topo do Morro de Itapeva, final da trilha do morro.
- ZE4 (47,61 ha) – Dunas no limite norte do Parque. Local para recreação nas dunas.

Normas:

Nas zonas ZE1, ZE3 e ZE4, será permitida apenas a visitação pública orientada, para grupos de tamanho compatível com a capacidade de carga dessas áreas, a ser definida em estudo específico.

Nas zonas ZE1 e ZE3, a visitação pública será permitida de terça-feira a domingo, das 08h30min às 18h00min, durante a temporada de veraneio, e de quarta-feira a domingo, das 08h30min às 17h00min, no restante do ano; o ingresso de visitantes fora dos períodos acima deverá ocorrer somente mediante autorização da administração do parque.

Nas zonas ZE2 e ZE4, onde já são desenvolvidos usos tradicionais por parte da população do entorno e veranistas, não haverá, provisoriamente, limitação de horário ao acesso, até que se construa um cenário favorável ao disciplinamento das atividades ali desenvolvidas, através de programas de educação ambiental.

Na ZE1, não é permitido o deslocamento de visitantes fora da trilha interpretativa e da trilha para arborismo, a serem implantadas.

Não é permitido o uso de qualquer tipo de veículo automotivo nas zonas ZE1 e ZE4, exceto em situações emergenciais e quando absolutamente necessário; na zona ZE2, provisoriamente, será permitido o trânsito de veículos, para possibilitar o acesso de turistas e veranistas à pedra de Itapeva e/ou à praia; na zona ZE3, após a implantação do mirante no topo do morro de Itapeva, o acesso deverá ser restrito a veículos destinados a atividades de administração da Unidade de Conservação, fiscalização e manutenção/abastecimento das benfeitorias existentes.

As trilhas deverão receber manutenção permanente, evitando-se, porém, a interferência significativa sobre processos sucessionais.

Nas zonas ZE1 e ZE3, deverão ser instaladas lixeiras apenas no início e/ou no final das trilhas, não sendo permitido o descarte de resíduos ao longo das mesmas.

O lixo gerado no interior da Unidade de Conservação deverá ser separado e retirado do parque regularmente.

Considerações: As normas e restrições estabelecidas para algumas das ZE podem ser incompatíveis com a viabilidade econômica das atividades a serem previstas para estes locais. Na época da elaboração do Plano de Manejo, a equipe envolvida deve ter considerado que o uso público no Parque seria implantado totalmente com investimentos e operação do Estado e por ele subsidiados e desconsiderou nuances relacionadas a uma quantidade mínima de usuários que possa viabilizar as atividades no caso de concessões com investimentos privados. Um exemplo, é a implantação do Mirante do Morro na ZE3. Serão necessários investimentos de médio porte com esse equipamento e garantias de suprir os custos mensais de operação e manutenção do

Mirante com a segurança necessária. A viabilidade econômica pode depender da definição de uma expectativa de quantidade maior de público usuário, conduzindo para uma opção de trilha autoguiada com capacidade de carga maior. A definição prévia no PM de que essa trilha deve ser orientada. Essa mesma norma está descrita para a trilha de interpretativa da mata paludosa e trilha de arborismo, o que pode ser outra limitação à concessão. A restrição de acesso de veículos à ZE1 pode dificultar o estabelecimento de estacionamento para os usuários do arborismo e não há como evitar futuros congestionamentos na estrada e problemas de trânsito sem organizar esse estacionamento interno à zona. Por outro lado, a permissão de acesso de veículos à ZE3 para acesso à Pedra de Itapeva e à Praia, mesmo que provisória, parece ter sido uma decisão para evitar conflitos do que uma orientação com fundamentações técnicas e para ambos os casos, os veículos podem ser deixados no estacionamento interno ao Parque ou em bolsões de estacionamento na Praia de Itapeva Sul ou dentro do Parque da Guarita. Todas estas limitações acima mencionadas precisarão ser revistas para a Fase II do Plano de Uso Público.

Zona de Uso Intensivo (ZI): áreas naturais ou alteradas pelo homem, podendo abrigar: centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. Seu objetivo é facilitar a recreação intensiva e educação ambiental em harmonia com o meio.

- ZI 1 (33,94 ha) – Centro de Visitantes e mirante; dunas entre o camping e a área de pranchinhas (sandboarding); mirante alternativo.
- ZI 2 (15,58 ha) – Área do Camping de Itapeva.
- ZI 3 (1,43 ha) – Área para prática de “pranchinhas” (sandboarding) e propriedade do Sr. Clóvis.

Normas:

Lixeiras que permitam a separação do lixo deverão ser instaladas em locais de fácil acesso aos visitantes, em todas as áreas.

O lixo gerado no interior da Unidade de Conservação deverá ser separado e retirado do parque regularmente.

A visitação pública deverá respeitar a capacidade de carga de cada área, a ser definida em estudo específico.

O uso da zona ZI2 (Camping de Itapeva) deverá ser orientado por regimento específico.

Nas zonas ZI1 e ZI3, a visitação pública será permitida de terça-feira a domingo, das 08:30 às 18:00h, durante a temporada de veraneio, e de quarta-feira a domingo, das 08:30 às 17:00h, no restante do ano; o ingresso de visitantes fora dos períodos acima deverá ocorrer somente mediante autorização da administração do parque.

Os efeitos provocados pelo uso público deverão ser continuamente monitorados, avaliando-se periodicamente a necessidade de redefinição da capacidade de carga de cada área.

Considerações: A área destinada para a prática de pranchinhas ou sandbording (ZI3) não apresenta características adequadas para esse tipo de atividade, possuindo dunas muito pequenas e com conformação inadequada. Não é possível identificar na interpretação do PM se houve um erro de localização da ZI3 no mapa ou se foi carência de informações detalhadas sobre as exigências mínimas do terreno para a prática desse esporte. A ZI1, para qual foi definida a implantação de Centro de Visitantes e Mirantes, deixa bastante ampla a possibilidade de instalação dos mesmos, uma vez que não define com precisão onde posicioná-los. Entretanto, pela conformação da ZI1, supõe-se que o Centro de Visitantes estaria previsto para uma área de dunas associadas ao campo, atualmente um potreiro, localizada nas proximidades da ZE1. Há duas questões a serem consideradas aqui: se o PM prevê que haja centros de visitantes descentralizados, há uma limitação real a essa proposta dada pelo conseqüente aumento da demanda de Vigilância Patrimonial e seu impacto nos custos operacionais do Parque; se o PM prevê que o Centro de Visitantes principal localize-se na ZI1, desconsidera que a conformação do polígono do Parque e a relação

de seus limites com a estrada vicinal de acesso à Estrada do Mar, bem como a localização das principais trilhas, apontam que o principal espaço de recepção dos visitantes, com estacionamento e área de circulação associados, deve ficar na ZI2 associada à Zona de Recuperação ZR9.

Zona de Recuperação (ZR): Uso público somente para educação.

30

- ZR 1 (8,09 ha) – Área plantada com *Casuarina sp.*, espécie a ser erradicada do parque.
- ZR 2 (5,19 ha) – Área com plantio de *Eucalyptus sp.*, espécie a ser erradicada do parque, próxima a um grande banhado com *Typha sp.*
- ZR 3 (78,19 ha) – Antiga área de banhado, utilizada durante anos para o plantio de arroz, na porção norte do Parque, próximo à Estrada do Mar.
- ZR 4 (3,77 ha) – Terminal turístico, a ser demolido.
- ZR 5 (56,42 ha) – Entorno da Lagoa do Simão e área a leste da estrada de Itapeva, próximo à Vila de Itapeva.
- ZR 6 (20,29 ha) – Dunas primárias e faixa de restinga no bairro do Curtume.
- ZR 7 (316,84 ha) – Parte da mata do Faxinal e campos antropizados na porção oeste, próximo à Estrada do Mar. Na área da mata, a ação principal será o controle/erradicação do lírio-do-brejo. Nas áreas de campo, além da retirada do gado bovino, poderão ocorrer algumas intervenções, demandando um tempo maior para a recuperação das mesmas.
- ZR 8 (3,77 ha) – Área de dunas primárias e faixa de restinga degradadas, presença de trechos de rua pavimentada.
- ZR 9 (1,35 ha) – Área de mata transformada em área de pecuária, próxima à entrada do Camping.
- ZR 10 (2,47 ha) – Área de dunas móveis, no limite sul do Parque.
- ZR 11 (3,43 ha) – Área de mata transformada em área de pecuária, na subida da trilha do morro de Itapeva, ao lado do Camping.

Normas:

As atividades administrativas devem restringir-se à fiscalização ambiental e a ações de manejo previstas neste plano (por ex., controle de espécies exóticas invasoras).

Nesta zona deverão ser removidas todas as estruturas construídas que não serão aproveitadas, bem como entulho e lixo depositados irregularmente na área do parque.

A visitação pública será direcionada principalmente a técnicos e estudantes universitários, demonstrando as práticas utilizadas para a recuperação das áreas.

31

Considerações: A Trilha do Morro está plotada no mapa do PM para ser instalada na ZR11, o que nos leva a interpretar que, embora essas zonas tenham sido estabelecidas com fins de recuperação do ambiente natural, existe uma flexibilização para o direcionamento do seu uso final para a Zona de Uso Extensivo. É provável que outros locais de zonas de recuperação precisem ser utilizados para a realização de atividades de ecoturismo, recreação e lazer na natureza. De um modo geral, o conjunto de Zonas de Recuperação é uma forte perturbação ao uso público e à percepção do Parque Estadual de Itapeva como um espaço de manifestação da natureza. Todas as ações previstas no PM para as Zonas de Recuperação devem tornar-se de alta prioridade para a gestão da UC e seus planos operacionais.

Zona de Uso Conflitante (ZC): áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, etc. Seu objetivo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a UC.

- ZC 1(1,27 ha) – Antiga estrada interpraiais.
- ZC 2 (0,58 ha) – Trecho de estrada no sul do Parque, próximo ao terminal turístico.
- ZC 3 (0,32 ha) – Trecho de estrada no sul do Parque, na pedra de Itapeva.

- ZC4 – Linha de alta tensão que secciona o Parque, a ser desativada pela empresa responsável.
- ZC 5 – Rede elétrica (baixa tensão) próximo à praia, na faixa de restinga.

Normas: Nas zonas ZC1, ZC2 e ZC3, deverá haver sinalização informando os usuários sobre a conduta correta nestes locais, principalmente quanto à velocidade máxima permitida para veículos automotores.

Considerações: A paisagem é um dos elementos fortes para o uso público no Parque, por isso há a previsão de mirantes. Nesse contexto, a ZC5, na qual está localizada a rede elétrica (baixa tensão) próxima à praia, precisa ser modificada para Zona de Recuperação e ter como meta a remoção da linha valorizando a paisagem e a função dos mirantes.

32

Zona de Ocupação Temporária (ZO): zona provisória será incorporada a uma das zonas permanentes uma vez que as populações sejam realocadas ou as áreas sejam desafetadas da UC.

- ZO 1 (1,15 ha), ZO2 (1,63 ha) e ZO3 (0,99 ha) – Bairros/Comunidades Porto Alegre, Dunas e Riacho Doce.

Normas: Deverá ser exercido um rígido controle sobre esta zona, para evitar a ampliação das áreas de ocupação humana.

Considerações: A condição na qual se encontra essa zona acarreta uma grande dificuldade de planejamento e implantação de atividades de uso público para a porção norte do Parque. Sua condição denigre a imagem da Unidade de Conservação e é um cartão postal negativo aos turistas e visitantes. Recomenda-se que a revisão do PM incorpore um Plano Estratégico para essa área, para que num futuro não muito distante ela possa ser o espaço de integração da cidade de Torres com o Parque e deste com o Parque da Guarita, a ponto de alcançar a condição desejada de ser um dos pórticos de acesso.

Considerações gerais sobre o zoneamento e o uso público

Nessa análise crítica do zoneamento, tendo como fundamentação o imaginário de quem está planejando o uso público e levantando diferentes possibilidades de oferta de atividades e serviços para os visitantes, fica evidente que há boas oportunidades junto à atrativos naturais e culturais que estão localizados em zonas impróprias ao uso, conforme o planejamento clássico adotado no Brasil. Entretanto, a revisão do PM que está sendo levada nesse momento no âmbito do Conselho Gestor e do Grupo Técnico de Revisão do Plano de Manejo, já decidiu pela adoção do manejo adaptativo como método de planejamento e da definição de objetivos de conservação para cada zona, ao invés de normas restritivas.

Nesse sentido, é o momento de reforçar que o planejamento do uso público deverá apontar para algumas das Zonas Primitivas a possibilidade de instalação de trilhas ou atividades de ecoturismo com uma capacidade de carga e um funcionamento que não prejudiquem os objetivos de conservação, situação que merecerá uma boa discussão e análise da Equipe Gestora e do Conselho Gestor.

Uso público no Programa de Visitação

Efetivamente, o Plano de Manejo considerou e fez sugestões para o uso público no Programa de Visitação da UC, que está descrito no item 8.2 iniciado na página 168. Este programa está subdividido em tópicos, forma que utilizaremos para a análise que segue.

Trilhas

Em 2006, quando foi realizado o PM, o documento apontou que *“não existem ainda no Parque de Itapeva áreas que sejam utilizadas especificamente como trilhas interpretativas. Dois caminhos já existentes são realizados atualmente como vias de acesso por moradores e visitantes, mas não possuem nenhum tipo de sinalização, a trilha do Morro de Itapeva e a trilha das Dunas”* (p. 168). De fato, a Trilha das Dunas já era utilizada pelo Instituto Curicaca desde 2003, quando iniciou as atividades de educação ambiental associadas ao Parque de Itapeva e outras Unidades de

Conservação e áreas de interesse natural e cultural da região. A equipe de educação ambiental já tinha naquela época painéis móveis educativos e atividades lúdicas planejadas para essa trilha, que eram realizadas com as turmas de alunos e professores enviados pelas secretarias municipais de educação.

A Trilha do Morro de Itapeva foi planejada no PM ligando a via principal do Parque com o topo do morro de Itapeva, onde o PM prevê o funcionamento de um mirante e de uma guarita de fiscalização. A Trilha das Dunas acompanha a base das dunas fixas, no sentido sul-norte. Neste caso, foi desenhada apenas para parte do percurso utilizado pela ONG, deixando de fora uma subida nas dunas mais altas realizada na altura de um banhado mais constante existente do lado esquerdo de quem segue. Além disso, o PM também propõe a implantação de uma trilha florestal na Mata do Selau, área próxima ao camping, junto à estrada, em zona mais periférica da UC (e, portanto, com menos impactos) e próxima a um possível mirante alternativo a ser implantado na propriedade do Sr. Walter, alternativa também para o centro de visitantes (alternativa 1). As trilhas estão detalhadamente analisadas e discutidas em item específico desse documento, mas uma consideração genérica sobre elas pode ser antecipada: todas foram desenhadas no terreno como um caminho linear de ida e retorno pelo mesmo trajeto, aspecto altamente desaconselhado no planejamento de trilhas.

Guaritas

O PM prevê seis guaritas de fiscalização (bases de vigilância), duas delas que seriam usadas também para o uso público (2 e 6). Na guarita 2, está previsto um pequeno centro de informações a respeito do Parque aos turistas que trafegam pela Estrada do Mar, incluindo distribuição de material impresso e venda de suvenires. Na guarita 6, localizada no topo do morro de Itapeva, além da base de vigilância, poderá funcionar uma pequena lanchonete com um banheiro público, através de um contrato de concessão (p.170). As demais guaritas compõem o Programa de Proteção da UC (p. 160). Veja a seguir as descrições de cada uma delas constantes no PM.

- Guarita 1, localizada próximo da Lagoa do Simão, poderá ser uma casa de 30m² com uma sala, uma cozinha, um dormitório e um banheiro.
- Guarita 2, localizada na Estrada do Mar, deve ter cerca de 50 m² e além das dependências semelhantes à guarita 1, deverá conter uma sala para informações e distribuição de material, um banheiro público e área para estacionamento.
- Guarita 3, próxima da praia, pode ser uma unidade móvel (trailer) que pode ser deslocada pelo limite norte do Parque conforme necessidade.
- Guarita 4, que deve aproveitar uma casa de alvenaria já existente na área de baixadas úmidas, com dois pisos e cerca de 64m², podendo servir como alojamento para a Brigada Militar, os guarda-parques e, durante o verão, os salva-vidas que atuam na faixa de praia adjacente. Casa em propriedade particular, deve ser adquirida pelo estado.
- Guarita 5, localizada no camping, pode aproveitar a casa da administração já existente próxima da praia.
- Guarita 6, no topo do morro de Itapeva, deve aproveitar casa de alvenaria já existente (necessita ser adquirida pelo estado).

Note-se que a Guarita 5, localizada junto ao acesso pela praia, foi desconsiderada para uma função de informação para o uso público. Mesmo que essa entrada não seja utilizada para acesso público ao Parque, ela é muito procurada por pessoas usuárias da praia na busca de informações sobre a Unidade de Conservação e é recomendável que a função prevista para o local seja ampliada nesse sentido. Já a Guarita 2, localizada junto à Estrada do Mar e que seria uma edificação nova, deve ser repensada quanto ao papel de fornecer informações aos veículos que circulam na estrada. Seria mais um local que necessitaria de Vigilância Patrimonial e a função prevista pode ser facilmente substituída pela construção de um bom trevo de acesso para o Parque, uma boa sinalização informativa e provocadora de interesse colocada na estrada e um amplo conjunto de folhetos informativos distribuídos em tendas de alimentação, restaurantes e hotéis.

Mirante

No Programa de Visitação o PM trata de apenas um mirante (p. 170), o qual deve ter cerca de 5 metros de altura, suportar uma plataforma de concreto com guarnição lateral de 1,2 metros, possuir escadas de madeira tratada nos seus dois lados e comportar de 5 a 10 pessoas simultaneamente. Já no zoneamento do parque são citados três mirantes: Mirante da Trilha do Morro (p. 142) na ZE3, mirante junto ao Centro de Visitantes e mirante alternativo, ambos na ZI1.

As dimensões previstas no PM para esse mirante não estão de acordo com a sua localização e finalidade. Sua altura necessita ultrapassar a copa das árvores para que permita a visão de 360º que lhe trará peculiaridade. Estima-se que deva ter uma altura de 18 metros. Além disso, se a sua capacidade simultânea for de apenas 5 a 10 pessoas, estará subdimensionado para a capacidade de carga da trilha e causará demanda operacional complementar pela fragmentação dos grupos. Uma revisão nas dimensões e total liberdade arquitetônica no seu planejamento deverão integrar a próxima fase do Pup.

Centro de Visitantes

Incluído no Programa de Visitação (p. 170), o Centro de Visitantes deve ser utilizado na recepção dos visitantes e nas atividades de educação ambiental. Será o principal local para transmissão de informações. O PM recomenda que seja planejada uma estrutura nova, com cerca de 435m² (p.194), que considere a realidade local e siga projetos de outras UCs estaduais (especialmente o Centro de Visitantes previsto para o PE do Turvo). Deve ser construído em área junto ao camping, na ZI1.

Enquanto não ocorrer a construção do Centro de Visitantes, o PM propõe que as atividades possam ocorrer em outro local do camping, aproveitando algum prédio já existente. Alternativa para o Parque Estadual de Itapeva, em função das construções já existentes, é fazer uma adaptação e reforma em alguma delas. Duas possibilidades são apresentadas no PM: um prédio semiconstruído na área de baixadas úmidas (alternativa 2) e uma propriedade próxima ao camping, entre as dunas e a mata paludosa (alternativa 1). Ambas alternativas necessitam aquisição da área.

Fica claro, aqui, que o PM sugere um único Centro de Visitantes centralizado e propõe aproveitamento de prédios já existentes para a instalação de centros de visitantes temporários. As duas opções apresentadas tornaram-se difíceis de alcançar devido à necessidade de aquisição dos prédios e, de fato, nenhuma opção intermediária foi adotada até o momento desse planejamento. Entretanto, nas definições de necessidades de Guarita há uma referência à instalação de uma delas em uma casa de alvenaria já existente no Topo do Morro (Guarita 6), que já havia sido adquirida pelo Estado e estava com pendências judiciais. Essa casa, pela sua localização no final da trilha e pelo tamanho e qualidade da edificação, poderia ser em curto prazo um espaço para a instalação de Centro de Visitantes provisório.

37

As dimensões sugeridas para o Centro de Visitantes, de 435 m², precisam ser revistas nesse planejamento considerando-se a capacidade de carga a ser definida para esse setor do Parque e a otimização da estrutura, reduzindo os custos de manutenção, uma vez que há tendências de ser uma edificação construída e mantida pelo Estado.

Nessa avaliação consideramos a possibilidade de utilizar a antiga casa da família Black para a instalação do Centro de Visitantes, com vistas a fazer uma revitalização da mesma. A casa foi avaliada por arquiteto e engenheiro da equipe e considerada imprópria para a instalação, uma vez que seu espaço interno cria grandes dificuldades para aproveitamento à finalidade recepção de visitantes, não oferece espaço suficiente para atender a demanda e apenas as paredes e alicerces poderiam ser aproveitados, o que geraria um custo maior do que a construção de um novo prédio.

Casa da Família Black

O antigo proprietário da casa mantém um blog³, no qual descreve a história da família na região, sua relação com o local e o processo de construção da casa. Dessa fonte, sintetiza-se que Georg Black, primeiro proprietário da área, conheceu Itapeva no ano de 1915. Em 1926, adquiriu a área e em 1928 iniciou o serviço de hotelaria, um dos primeiros de Torres. A hospedagem envolvia várias atividades, como jogos, teatros

³ BLACK, Arno. Itapeva. In <http://m.itapeva3.webnode.com/historia-de-itapeva/> Acesso em 12/8/2016

e passeios pela mata intocada. A chegada, a partir de Porto Alegre, levava três dias e envolvia transporte lacustre, férreo e por carros de boi. A construção existente hoje data de 1940, embora modificações tenham sido feitas em anos posteriores. O Hotel, como era chamado, contava com cozinha, dois banheiros, um quarto de banho, três quartos com 6 camas, uma sala de jantar, uma adega e uma despensa. Tinha caixa d'água e rede elétrica alimentada por baterias e um gerador a querosene.

Realizamos uma visita técnica conjunta com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE. Dessa análise, compreendemos que a casa possui algumas características que lhe conferem identidade e, pelo tempo de sua existência na região é também uma âncora física da história da área onde foi criado o Parque, somando-se a história da Unidade de Conservação. Destaca-se, principalmente, a estrutura de armação do telhado, com técnicas de origem colonial alemã, tesouras de ponta alta e pendural, com inclinação de 45 graus e associada a uma empena de madeira que lhe confere o uso do sótão. Outras características identificadas são a utilização de reforços de estrutura salientes, peitoral de janelas feito de pedra grés, janelas de abrir a francesa para a parte interna, que possivelmente na sua fase original tinham tampões cegos para fora. Além disso, a sua localização no terreno caracteriza uma volumetria diferenciada na paisagem, que também merece permanecer.

Recomendação: Uma vez que a sua utilização como parte do Centro de Visitante não é viável, por isso não recomendada, mas que por outro lado a sua demolição significa uma perda para a memória, recomenda-se que a Sema/RS, juntamente com o IPHAE, busquem uma alternativa para a sua revitalização, preservando os elementos arquitetônicos que lhe conferem diferencial e, acima de tudo, garantindo-lhe um uso. Em caráter emergencial, é preciso estabilizar o processo de deterioração em curso. Para isso, recomenda-se a retirada e o armazenamento das telhas, o reforço da estrutura do telhado e o recobrimento temporário com telha de fibrocimento ou de metal, com custos mais baixos. Durante esse processo, é preciso fazer o Cadastro das estruturas do telhado e da empena, nos moldes utilizados pelo IPHAE, para registro da forma de fazer da época de sua construção. Alguns usos possíveis podem ser indicados, como a instalação de um espaço administrativo do Parque ou a cooperação com ONG ou

associação para a implantação de um espaço cultural complementar, como um museu do artesanato com palha de butiá.

Engenho da Família Simão

Dentro dos limites do Parque, junto a Estrada do Mar (RS 389) s/ nº, próximo ao acesso da Estrada dos Cunhas, existe um engenho de farinha que foi construído pelo Sr. Roberto, que detém profundo conhecimento empírico da física das engrenagens e polias. Nessa edificação foram utilizadas diversas peças coletadas de outros engenhos de farinha existentes na região e que hoje são extremamente raros (BOHRER, 2007). Havia o interesse dos proprietários em criar ali um museu do engenho. Em 2005, durante o evento de lançamento da Ação cultural de criação saberes e fazeres da Mata Atlântica, metodologia de educação ambiental do Instituto Curicaca, o engenho foi visitado pelo então Secretário Estadual de Cultura, Sr. Roque Jacoby, que designou técnicos da Secretaria para dar apoio ao interesse de criar o museu. Infelizmente, alguns meses depois, um incêndio destruiu toda a edificação e o acervo de peças de antigos engenhos que ali estavam armazenados. A família Simão reconstruiu o espaço, que continua funcionando e produzindo farinha.

Um amplo conteúdo de informações sobre o engenho, sua história, a diversidade de peças para a confecção da farinha de mandioca – descascados, ralador, prensa, forno, etc -, incluindo fotografias, podem ser encontrados nos materiais de educação ambiental produzidos pelo Instituto Curicaca, que teve entre seus temas geradores os saberes da construção de engenhos e produção da farinha. Nesse sentido, a recuperação do engenho de farinha ali existente e a manutenção de uma mostra viva de um dos processos econômicos e seus saberes que foi destaque na história da região é uma iniciativa recomendável. Da mesma forma que para a Casa da Família Black, essa iniciativa não faz parte do planejamento do uso público e a sua realização deverá acontecer conforme interesse do Parque Estadual de Itapeva e do Conselho da UC, podendo para tal dispor da iniciativa de parceria que melhor convir – concessão, convênio ou parceria formal -, desde que seja feita com o envolvimento de pessoas que reconhecidamente detém o saber da construção de engenhos e de produção de farinha, de maneira que a iniciativa não seja apenas de salvaguarda de

um bem edificado, mas, principalmente, de salvaguarda de um bem cultural imaterial regionalmente importante.

Camping e infraestrutura associada

O item 8.2.5 do PM trata do Camping de Itapeva, aponta sua “*situação muito precária*” (p.11), problemas relacionados à disponibilidade de recursos humanos para gestão, nas condições das instalações, fragilidades na capacidade de suporte e pendências na regularização fundiária (p.174), além da falta de um zoneamento do mesmo, associando este zoneamento a uma capacidade de carga que deve ser definida. Além disso, recomenda que o zoneamento propriamente dito deva levar em consideração o tipo de usuário, sendo necessária a criação de duas zonas distintas, uma para o usuário com barracas simples, e outra para usuários proprietários de “motor home” e “trailer” (p. 174) e a implantação de um regimento interno (p. 175), a necessidade de priorizar a regularização fundiária da área do camping (p. 175) e o item 8.2.5.1 Viabilidade do Camping de Itapeva atesta a dificuldade do estado em administrar seu funcionamento.

Nesse caso, cremos que o PM foi brando na avaliação dos impactos ambientais causados pelo camping e na relação custo benefício da manutenção do funcionamento desse serviço, isso considerando os impactos gerados versus os serviços de ecoturismo e recreação e lazer na natureza proporcionados. Possivelmente, se o cenário de uso público considerado tivesse sido a ideia de funcionamento simultâneo de diversas atividades, como trilhas, mirantes, museu, arborismo, contemplação, entre outras que estarão sendo acrescentadas nesse plano, as considerações a respeito da manutenção do campismo dentro de uma Unidade de Conservação tão diminuta e tão frágil seria mais bem avaliada. Mais detalhes são apontados no item específico sobre o camping na análise de atividades.

Comunicação visual

O PM destaca a importância de serem oferecidas informações aos visitantes e também àqueles que estão circulando no entorno da Unidade de Conservação para

que possam ter conhecimento de sua existência e interesse em conhecê-la (p. 178 e 179).

Para o interior da UC, prevê folhetos e placas. No caso dos folhetos, indica um mais simples, para todos os interessados, com informações gerais sobre a UC e seu funcionamento, e um mais aprofundado, com informações biológicas, físicas e históricas, que pode ser distribuído gratuitamente em palestras ou vendido na área de visitação. Todas as áreas de visitação devem dispor de placas com informações sobre locais de visitação permitida, trilhas e serviços oferecidos e também placas educativas com os principais aspectos do Parque.

Para o entorno do Parque, prevê um sistema de placas informativas, que devem indicar a existência da UC, serviços oferecidos e horários de funcionamento, além de placas com recomendações de conduta e informações de práticas corretas. O PM não deixa claro que tipos de orientação de conduta ou de práticas corretas seriam indicadas por meio das placas. Cremos que algumas orientações de cuidado são importantes para dentro da UC e as que foram aplicadas fora, possivelmente devam estar relacionadas ao cuidado com o lixo, o atropelamento de animais, entre outras, mas que se aplicam a qualquer pessoa que circule na região, devendo ser planejadas no âmbito do Plano de Manejo seção de sinalizações gerais.

Programa de Educação Ambiental

Outro aspecto abordado no PM é a educação ambiental associada à Unidade de Conservação (p. 184) e indica que as principais ações devem ser:

- Em escolas da região: palestras e disponibilização de material em linguagem acessível.
- Em bairros nos limites do Parque Estadual de Itapeva: criação de um programa específico de EA, acompanhado de projetos de saneamento básico, paisagismo, jardinagem e arquitetura ecológica, entre outros.
- Parcerias com outras instituições.

De certa forma, a abordagem proposta visa uma educação ambiental que ajude a comunidade a ter consciência sobre os problemas ambientais que lhes afetam e que

podem também causar prejuízo aos objetivos da Unidade de Conservação, o que é uma abordagem importante e necessária. Entretanto, minimiza ou desconsidera as atividades de educação ambiental dentro do Parque, aproveitando o potencial sensibilizador que este tem para a biodiversidade, a paisagem, o patrimônio cultural e para os desafios da gestão dos impactos à natureza causados pelas pessoas e suas atividades – espécies invasoras, descuido com o lixo, caça, descontrole sobre os animais domésticos, degradação das dunas, entre tantos outros que estão inadequadamente associados à riqueza biológica que ali precisa ser protegida. Talvez essa oportunidade tenha sido mais pensada como conteúdo informativo das placas de sinalização e folhetos, mas dessa forma, subestimam a sensibilização pela ludicidade e superestimam a conscientização pela oferta de conhecimentos cognitivos.

Programa de Pesquisa e Monitoramento dos Visitantes

O monitoramento da visitação é tratado dentro do Programa de Pesquisa e Monitoramento (p.180). *“Uma das formas de valorização do Parque de Itapeva se dá através da implantação de um bom programa de uso público, para que os visitantes da UC apreciem suas belezas e conheçam um pouco de sua biodiversidade”*. O PM recomenda o estabelecimento de indicadores de qualidade ambiental, que devem ser monitorados periodicamente. Os itens prioritários são as espécies invasoras, alteração da infraestrutura da vegetação, compactação de solo e geração de resíduos. Caso a visitação cause impactos para além do esperado, recomendam adequações na capacidade de carga e/ou nos limites das zonas de uso público.

Para avaliação da capacidade de carga das áreas de visitação, deverá ser usado o método VIM - Manejo de Impacto da Visitação, que possui 8 etapas, especificadas no PM. Os funcionários do Parque deverão ser os principais responsáveis pela identificação de parâmetros de qualidade ambiental e pelas atividades de monitoramento. Pode haver convênios com universidades, órgãos de pesquisa e ONGs. A definição da capacidade de carga deverá ser estabelecida após a implantação de toda a infraestrutura física das trilhas.

A abordagem preconizada mantém-se adequada e é recomendável atualizar a metodologia de definição da capacidade de carga, como já foi previsto na Proposta Técnica apresentada pelo Instituto Curicaca. Outro aspecto a considerar é que a capacidade de carga deve ser calculada simultaneamente ao planejamento das trilhas e das infraestruturas necessárias, inclusive de maneira associada, uma vez que determinadas intervenções de minimização de impacto poderão permitir ajustes positivos na quantidade e frequência de usuários.

Outras referências ao Uso Público ao longo do PM

Na página 12, ao mencionar os Sítios de interesses históricos e culturais, o PM aponta que *“a área do Peva não possui sítios de interesses históricos ou culturais significativos, a não ser um sambaqui (RS 201) na base do morro de Itapeva. Para a região de Torres, segundo o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (IPHAN, 2005), são encontrados 22 registros de sítios arqueológicos: RS-100, Morro das Pedras; RS-136, Torres; RS-201, Itapeva 1; RS-202, Itapeva 2; RS-203, Itapeva 3; RS-204, entre Itapeva e Lagoa do Jardim; RS-205, Arroio da Lagoa do Jardim; RS-206, Praia Rivieira; RS-207, Coati; RS-208, Olavo Peres; RS-209, Sambaqui do Arroio Seco; RS-97, Basílio Guilherme da Silva; RS-98, Paradeiro de Torres; RS-99, Sambaqui da Guarita; RS-LN-101, Bom Jesus 1; RS-LN-102, Ibicuí; RS-LN-103, Bom Jesus 2; RS-LN-104, Bom Jesus 3; RS-LN-109, Cemitério de Itapeva; RS-LN-49B, Atlântico 1; RS-LN-49A, Ostrea; RS-LN-50, Atlântico 2. A maioria destes sítios são sambaquis em precário estado de conservação (p. 19)”*.

Tendo como base essas informações, haveria a tendência de considerarmos pouco relevante o significado histórico cultural da área do Parque. Entretanto, para os arqueólogos a área é considerada um sítio de grande importância pela sobreposição dos vestígios de três populações que ocuparam o território antes do homem moderno. A mais antiga, dos povos sambaquianos, remonta a um período de 4.000 a 2.000 anos atrás. Sua marca principal foram os sambaquis, amontoados de conchas feitos pelos grupos para enterrar os mortos e simbolizar sua força para outros grupos nômades que chegassem ao local. Essa população pré-histórica também deixou partes de

ferramentas líticas, como machados, pontas de flecha, cavadeiras. Depois deles, outra população que deixou vestígios foram os indígenas Guarany. Deles foram encontrados pedaços de vasilhas de barro com ornamentações características, como as feitas com a marca das unhas. Há a hipótese de que os sambaquianos desapareceram da região pelo contato com os Guarany que chegaram. Mais recentemente, os colonizadores portugueses ligados ao império e que vieram guarnecer a região no século XVII, nos deixaram como vestígio ferramentas de metal e cacos de louças, entre outros. Desses últimos, também é encontrada no Parque a ruína de uma pequena edificação colonial que, hipoteticamente, teria sido o local de parada do Cabo da Guarda, figura encarregada do controle da passagem do gado com fins de cobrança de impostos para a Coroa de Portugal. Essa pequena síntese já é suficiente para recomendar que a importância histórico cultural da área do Parque mereça destaque nas atividades educativas do uso público e como conteúdo da Trilha do Morro de Itapeva.

No item “Percepção da situação das comunidades da região em relação ao Peva” (p. 131), o PM reconhece três grandes grupos sociais relacionados com o Parque: 1) veranistas e turistas, usuários do meio ambiente como espaço de lazer, estabelecendo com ele uma relação utilitária e tendo uma preocupação secundária com as condições do mesmo; 2) agricultores, pescadores e outros que têm o ambiente como local de vida e desenvolvimento de suas atividades e 3) empreendedores (setores imobiliários, construção civil, mineradores, campings, hotéis e restaurantes), com uma visão de natureza como mercadoria ou fonte de lucro (p. 131).

Dentre as questões mais polêmicas levantadas pela sociedade durante as entrevistas de elaboração do PM (p.132-138) estava a “Efetivação e uso público do Peva e outras áreas protegidas”, quando os entrevistados foram unânimes que a consolidação do Parque Estadual de Itapeva e a efetiva proteção da sua biodiversidade são fundamentais, contemplando além da conservação a prestação de serviços ambientais, a pesquisa científica e a visitação pública. Outro tópico bastante citado foi o desejo de ter-se um museu no interior do parque. O Parque da Guarita, a APA da Lagoa de Itapeva e outras áreas de conservação da região também são reconhecidas

como carentes de proteção efetiva, infraestrutura e ações de manejo, além da necessidade de alocação de pessoal (p. 134).

Outras questões que se apresentaram polêmicas foram os bairros Dunas, Guarita e Riacho Doce e as ameaças que oferecem ao Parque; a Poluição no meio rural; a Caça e pesca; e a coleta de frutos e sementes, silvicultura, queimadas, usos de APP, as quais merecem abordagens nas atividades de educação ambiental proporcionadas para a comunidade.

Quanto ao levantamento de instituições de expressão e reconhecimento local (p.132), aquelas que possuem relevância no PM são: O Poder Público, em diversas instâncias e órgãos; Os conselhos municipais de Desenvolvimento Urbano (CMDU), do Meio Ambiente (COMAM) e de Desenvolvimento Rural (CMDR); O Conselho de Desenvolvimento Regional (COREDE); O Conselho Consultivo do Parque Estadual de Itapeva; As associações de moradores, organizações não governamentais e outras entidades setoriais e de classe. Entretanto, o questionário enviado para os diferentes setores na elaboração do Pup apontou outros atores importantes, que serão tratados noutra seção.

Quanto às expectativas da sociedade para com o Parque Estadual de Itapeva, o que se pôde depreender do Plano de Manejo (p. 140) é que a maioria espera que ele *“contribua para a manutenção da biodiversidade atual”* e, além disso, desempenhe *“um papel fundamental em termos de desenvolvimento sustentável para todo o litoral norte do Rio Grande do Sul, ajudando a despertar, através de conceitos como os de preservação da natureza, educação ambiental, turismo ecológico e desenvolvimento sustentável, a noção de cidadania planetária, de interdependência social, econômica e ecológica de todos os povos. O Parque Estadual de Itapeva também deverá desempenhar um papel significativo nas próximas décadas em termos de pesquisa ambiental.”* (p.140).

A partir da página 154, trata-se da “Interação com a comunidade do entorno” e conclui-se *“espera-se que o Parque tenha uma elevada visitação e utilização do camping no período”*. Além disso, o PM menciona que, uma vez *“que não há quadro*

funcional previsto para as atividades de condutores de trilha, devendo esse serviço ser executado por terceiros, é importante que seja feito um treinamento para formação e aperfeiçoamento de condutores”, destinadas principalmente aos moradores da região do Parque.

No item 7.2 (p.154), o PM trata da relação do Parque Estadual de Itapeva com as propriedades do entorno e no 7.3. (p.155) do desenvolvimento sustentável do entorno. Essa preocupação se justifica porque, especialmente nos meses de verão, “é possível que a UC não consiga absorver toda a demanda existente, em função de sua capacidade de carga”. Então, “atividades de lazer relacionadas ao ecoturismo ou a aspectos regionais tradicionais, oferecidas em áreas particulares do entorno do Parque e na região, poderiam absorver esse público e gerar uma fonte alternativa de renda aos proprietários” (p.154).

O entorno do Parque é composto, ao norte, por uma ocupação urbana de caráter periférico-popular (bairros Riacho Doce e Dunas) (p.38). Ao sul, pelo Balneário de Itapeva, loteamento urbano de pouca densidade cuja maior parte das residências são utilizadas para veraneio (p. 40). No limite oeste, há uma ocupação urbana esparsa e linear junto à Estrada do Mar, com maior adensamento no lado oposto ao Parque (p. 41). Dentro do Parque Estadual de Itapeva, existem vários sítios, principalmente junto à Estrada do Mar. A maioria deles possui casas novas ou reformadas e sem uso para produção agropecuária, somente para consumo próprio (p.41).

Entre outras coisas, essas duas seções recomendam as seguintes ações para com a comunidade do entorno que possuem interações com o Pup.

- Realização de cursos de educação e capacitação para a comunidade (p. 154). No âmbito do Pup essas atividades podem estar relacionadas a formação para a condução em ecoturismo.
- Resgate de atividades historicamente realizadas na região (p. 154). A recomendação é vaga, parte disso vem sendo realizado pelo Instituto Curicaca em relação ao artesanato com palha de butiá, à produção de farinha de mandioca e da clina de enchimento de estofados, a prática do Terno de Reis, dentre outras que foram levantadas no diagnóstico dos

Microcorredores Ecológicos de Itapeva. Há outras iniciativas em curso conduzidas por associações locais. Parte desses temas serão abordados no Centro de Visitantes e na educação ambiental.

- Implantação de programas de voluntariado (p. 154). Caso seja possível criar uma organização para essa forma de interação com a UC, o voluntariado poderá ajudar em ações do Uso Público, como o monitoramento ou a educação ambiental.
- Realização de estágios, reconhecimento da importância da UC e das possibilidades de ganho com a existência do Parque na região, especialmente para os proprietários lindeiros. Isso poderá ser alcançado se os gestores da Sema/RS e as instituições mais diretamente envolvidas com a implantação do Uso Público conseguirem viabilizar o envolvimento da comunidade local nas atividades e serviços.
- Treinamento para formação e aperfeiçoamento de condutores (principalmente moradores locais).
- Estímulo à elaboração de lembranças e produtos tradicionais nas propriedades do entorno ou em locais de fácil acesso aos visitantes, possibilitando mais opções de lazer aos visitantes, maior conhecimento da região e uma fonte de renda para os moradores (p. 155). Essa interação, principalmente com os indígenas e com as artesãs com palha de butiá será prevista no Pup.
- Incentivar a criação de empreendimentos de ecoturismo e turismo rural, abrangendo os vários atrativos naturais existentes na região de Torres, e também a formação de pessoal local para o recebimento dos visitantes. Já foi definido como uma diretriz do Uso Público, voltada para oportunidades ao empresariado local, e as formações complementares deverão integrar a lista de capacitações necessárias.
- Organizar e apoiar cursos para geração de renda para a população do entorno: formação de condutores locais para guias de ecoturismo e turismo rural e cursos de produção e venda de produtos regionais. Essa abordagem já está comentada acima.

Na página 186, o Programa de Administração especifica a infraestrutura mínima necessária para o funcionamento do Parque Estadual de Itapeva: guaritas, Centro de Visitantes, mirante e trilhas, e recomenda também um alojamento para pesquisadores

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



e um laboratório para pesquisas, para os quais podem ser aproveitadas estruturas já existentes no Morro de Itapeva. Entretanto, parece inadequado associar uma área de pesquisadores com uma área de uso intensivo para a visitação, como será a do Morro. É melhor que a infraestrutura lá existente seja diretamente associada à visitação.

Por fim, na página 192, o PM fala sobre concessões e serviços, recomendando a concessão, com ênfase na comunidade local, como forma de garantir a existência de serviços, principalmente no caso do camping, restaurantes e lanchonetes, sandboarding e condução de trilhas.

Análise da situação das atividades de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Essa análise de atividades segue a orientação de procedimentos do Termo de Referência para a contratação do Uso Público, que estabeleceu os itens que necessitam compor a análise para cada uma das atividades, mas foi acrescida de outros itens que o Instituto Curicaca considera importantes.

A análise foi feita a partir do conhecimento que o Instituto Curicaca tem do funcionamento atual e histórico de funcionamento do Parque, informações repassadas pela Divisão de Unidades de Conservação e consulta feita aos gestores da Unidade de Conservação e considerou a seguinte lista de atividades previstas no Plano de Manejo, associadas às páginas onde aparecem no PM:

- Trilha do Morro (subida): p. 168
- Trilha das Dunas: p. 169
- Camping: a partir da p. 174 e zoneamento p. 144
- Centro de Informações Guarita 2: p. 161 e p. 170
- Lanchonete Guarita 6: p. 170
- Trilha da Mata Paludosa com arborismo: no PM é chamada de trilha da Mata do Selau: p. 169 e zoneamento, p.142.
- Recreação e Pesca Amadora na Pedra de Itapeva: prevista somente no zoneamento, p. 142.
- Recreação nas dunas no limite norte: prevista somente no zoneamento, p. 142.
- Sandboarding: p. 169 e no zoneamento p. 144
- Centro de Visitantes Principal: p. 170 e zoneamento, p. 143
- Centro de Visitantes alternativo 1: p. 171
- Centro de Visitantes alternativo 2: p. 171
- Mirante no topo do morro: p. 142, 168, 170 e zoneamento, p.143

- Mirante junto ao centro de visitantes: p. 169 e zoneamento, p. 143
- Mirante alternativo: zoneamento, p. 143

Algumas das atividades de Uso Público previstas não foram de fato implementadas, outras já foram e hoje não estão mais em funcionamento, outras estão em atividade e outras ainda não foram sequer previstas. Todas foram analisadas conforme itens da metodologia de *Krobet al* (2003), acrescido de itens considerados pela equipe do Instituto Curicaca como pertinentes para o contexto atual, ou seja:

50

- a) Descrição
- b) Zona onde está localizada: cf. zoneamento
- c) Identificação dos locais
- d) Situação Fundiária
- e) Comportamento dos Visitantes:
- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio:
- g) Condições dos equipamentos facilitadores:
- h) Procedimentos operacionais:
- i) Capacidade de suporte: quantos e com que frequência
- j) Principais problemas e ameaças
- k) Atividades e serviços ligados à visita da UC (interação)
- l) Infraestrutura associada
- m) Motivos de estar fora de operação ou da não implementação ou da implementação sem estar prevista
- n) Recomendações e considerações

Obs.: Normas e procedimentos, dentre outros.

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico

As atividades descritas e criticadas nas fichas de análise que seguem, estão localizadas na figura 3 do mapa de atividades analisadas (Anexo 3 - mapa em formato A3).

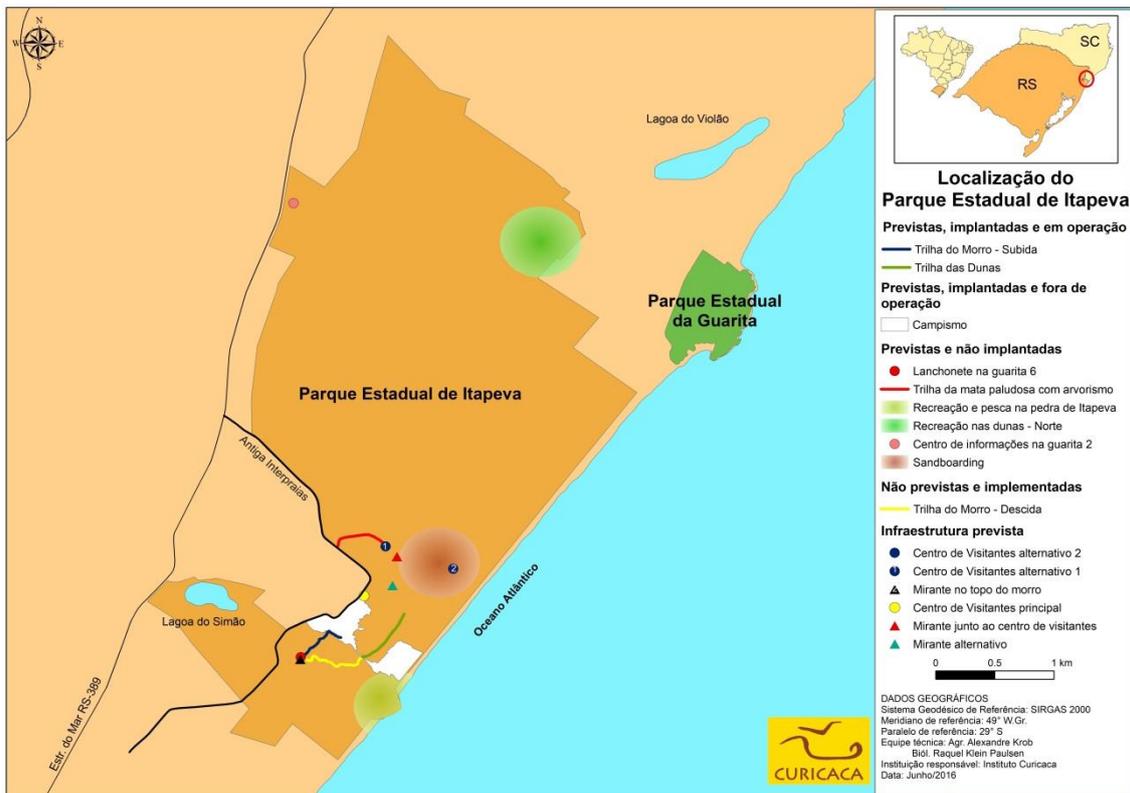


Figura 3 - Mapa de atividades de uso público analisadas

Atividades previstas, implementadas e em operação

Trilha do Morro de Itapeva

a) Descrição: Trilha para reconhecimento dos ecossistemas presentes no Parque e seus aspectos mais relevantes; no topo, observação do gradiente de ambientes existente no Parque, desde as dunas primárias até as áreas próximas à Estrada do Mar e de diferentes formações da vegetação, destacando os aspectos mais relevantes da flora e da fauna, objetivos da UC e aspectos referentes ao manejo, como zoneamento, recuperação de áreas degradadas, controle de espécies exóticas invasoras, etc.

b) Zona onde a atividade está localizada: Inclui a ZI2 (camping), ZR11 e ZE3 (mirante).

c) Identificação dos locais: Inicia na estrada de acesso interno, a partir da qual sobe o Morro de Itapeva, percorrendo a Unidade de Paisagem Colinas Rochosas. Cerca de 50% da trilha percorre áreas degradadas, com vegetação em estágio médio de regeneração e grande quantidade de espécies invasoras. Os outros 50% atravessam remanescentes de mata de restinga com vegetação arbórea e arbustiva característica de borda, com presença de espécies invasoras e espécies heliófitas. Essa situação repete-se em dois trechos, o primeiro mais na base, onde passa por uma espécie de túnel verde, e outro mais próximo ao topo, onde passa por um corredor com vegetação arbórea e arbustiva nas laterais. Mais ou menos na metade do trajeto passa por um antigo potreiro que se encontra em estágio inicial de regeneração da vegetação devido à retirada do gado. Logo em seguida, alcança uma área degradada, onde existe uma casa, de onde é possível avistar a paisagem interior na direção noroeste, associada a edificações da localidade Bela Vista. Finaliza no topo do morro, junto a uma casa de alvenaria, em área antropizada do antigo jardim da casa, rodeada por remanescentes de Mata de Restinga em estágio avançado de regeneração, com vegetação arbórea em diferentes composições. Retorna à estrada principal pelo mesmo caminho. Os interesses do público variam, no Projeto Verão, normalmente buscam informações sobre aspectos históricos e outras curiosidades, já para os grupos de universidades as curiosidades estão relacionadas à biodiversidade.

Trilha do Morro de Itapeva

d) Situação fundiária: Parcialmente regularizada, pois a área é pública, no trajeto possui três edificações, duas delas com situação de posse resolvida para o Estado e uma ainda pendente, mas que se encontra abandonada.

e) Comportamento dos visitantes: Frequentada por grupos de origem diversa (especialmente escolas, universidades, ONGs e o público do Projeto Verão) que buscam atividades interpretativas e educativas. Pode ser esperado um cansaço de pessoas mais idosas, mesmo tratando-se de aclive suave a mediano. É esperada, também, uma reação de insatisfação ou frustração pela simplicidade da trilha e pelo retorno pelo mesmo trajeto, inconformidade já manifestada aos gestores quando conduzem na trilha através de expressões do público ao chegar ao topo do morro, como *“voltar pelo mesmo caminho?”*.

f) Disponibilidade de equipamentos ou instrumentos de apoio: A trilha não conta com equipamentos de apoio. Não há infraestrutura de espaço físico para orientação dos visitantes. Não há estruturas de segurança para o visitante, nem estruturas de contenção de erosão. Existe apenas uma placa de sinalização do início da trilha, onde consta o nome da trilha.

g) Condições dos equipamentos facilitadores: A placa no início da trilha está em bom estado e merece uma renovação da pintura.

h) Procedimentos operacionais: A atividade é realizada por meio de agendamento prévio de grupos, sempre guiada por um dos gestores da UC e não há cobrança de taxa. A fim de manter as condições da trilha, periodicamente é realizada a roçada do caminho. Segundo os gestores, a duração total da trilha (dois trechos) hoje é de aproximadamente 1h 40 minutos. Durante os meses de janeiro e fevereiro, quase que exclusivamente, os usuários do projeto verão. No projeto 2015/2016 foram atendidas 30 pessoas no mês de dezembro, 52 em janeiro e 35 em fevereiro. Referente a grupos (escolas, universidades, outros), no ano de 2015 foram atendidas, aproximadamente, 266 pessoas em 16 grupos, dando uma média de 16,6 pessoas por grupo. Os meses com o maior número de saídas

Trilha do Morro de Itapeva

foram novembro (5) e dezembro (3).

i) Capacidade de suporte: Não está definida. Os gestores optam por conduzir grupos pequenos a fim de minimizar o impacto na trilha, que no momento é realizada conjuntamente com um trecho acrescido (parte 2), mas não previsto. Entretanto, recentemente, em atividade com estudantes da UFRGS, foi conduzido um grupo com cerca de 60 pessoas, o que indica que o tamanho do grupo está sujeito à demanda.

j) Principais problemas e ameaças: Instabilidade do terreno no trecho da subida do túnel verde com falta de equipamentos para segurança do visitante; áreas sujeitas à erosão com falta de estruturas para contenção do solo e do terreno; falta de estrutura para o atendimento dos visitantes (local para ministrar a palestra inicial, sanitários, e pontos de parada para descanso ou lanche); ausência da posse de imóveis existentes no trajeto da trilha; ponto de fuga na casa do meio da trilha; pouco atrativa para o ecoturismo, com risco de frustrações.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Nenhuma interação existente, mas deve estar diretamente associada ao mirante e a ponto de venda de alimentação e de souvenirs e necessariamente associada ao Centro de Visitantes.

l) Infraestrutura associada: Está previsto no PM um mirante com vista da praia e outros ambientes do Parque, bem como guarita de fiscalização (guarita 6), mas ainda não instalados no topo do morro. A varanda de uma das casas existentes ao longo da trilha tem sido utilizada para apreciar a vista e a varanda da casa de alvenaria no topo do Morro tem sido utilizada para um pequeno apoio de sombra ao descanso dos usuários.

m) Recomendações e considerações: (1) Remoção das exóticas invasoras em todo o campo de visão da trilha; (2) Implantação de pavimentação orgânica no trecho em aclave do túnel verde, no início da trilha, associado à estruturas de contenção e drenagem; (3) Demolição da primeira casa de madeira à direita de quem sobe; (4) Isolamento do acesso a segunda casa de madeira; (5) Implantação de sinalizações ao longo da trilha; (6) Implantação de recanto na metade do trecho em aclave com túnel verde. Considerações:

Trilha do Morro de Itapeva

Essa trilha é bastante simples e muito pouco atraente para o ecoturismo. Necessita de outras complementações para que possa valer a pena, tipo placas educativas ao longo do caminho, lancheria e loja de souvenirs na casa de alvenaria no topo do morro, mirante no topo do morro, informações ambientais temáticas na casa de alvenaria. Essa trilha pode ser auto-interpretativa e ter uma capacidade de carga mais elevada.

55



Figura 4 - Placa de sinalização do início da Trilha do Morro



Figura 5 - Subida da Trilha do Morro

Trilha das Dunas

a) Descrição: Trilha que acompanha a base das dunas fixas, com fins de visualizar a área de dunas e vegetação psamófila junto à costa, onde é possível ressaltar a importância e fragilidade dos ambientes.

b) Zona onde a atividade está localizada: Sai da estrada principal (Z12), percorre a Zona de Uso Intensivo 1 (Z11) por cerca de 800 metros, inicialmente pelo acesso da parte baixa, mas depois subindo e descendo nas dunas, alcançando a Zona de Uso Intensivo 3 (Z13) e retornando pelo mesmo caminho.

c) Identificação dos locais: Percorre o pé da duna, permitindo a visualização do ambiente de dunas e de baixadas úmidas. É realizada na zona de transição entre as Unidades de Paisagem de Baixadas Úmidas e Dunas Interiores Móveis. A trilha percorre ambientes característicos da faixa de baixadas úmidas. Quando sobe as dunas, o usuário tem uma

Trilha das Dunas

ampla visualização da paisagem, da sequência de ambientes – dunas vegetadas, dunas móveis, campos úmidos e banhados interdunas, dunas frontais, praia e mar. Possibilita interações com espécies típicas do ambiente. Quando o grupo é levado até o final da trilha, entra em ambiente antropizado, com a presença de casas e arruamentos de um condomínio irregular. As maiores curiosidades manifestadas pelo público usuário referem-se às plantas carnívoras e sapinho-da-barriga-vermelha.

57

d) Situação fundiária: Parte regularizada, na região próxima a estrada de acesso, e parte irregular, à medida que se aproxima do antigo loteamento.

e) Comportamento dos visitantes: O principal público hoje é o de universidades, com o objetivo de observação das dunas e baixadas úmidas, assim como da biodiversidade associada. No entanto, pode ser utilizada por grupos que de origem diversa (escolas, universidades, famílias, grupos de terceira idade, entre outros) que busquem atividades interpretativas e educativas. Pode ser esperado um cansaço de pessoas mais idosas, devido ao peso da areia para a caminhada, bem como certo desconforto com o sol. É esperada também uma reação de insatisfação ou frustração pela simplicidade da trilha. Por outro lado, deverá haver um forte interesse das crianças em correr, dar cambalhotas e rolar nas dunas, desafiando a forma como a condução será feita.

f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Apenas uma placa no início da trilha indicando o seu nome.

g) Condições dos equipamentos facilitadores: Placa estragada.

h) Procedimentos operacionais: A atividade é realizada por meio de agendamento prévio de grupos, sempre guiada por um dos gestores da UC e não há cobrança de taxa. Conforme os gestores, não existe uma regularidade de público nem dados de frequência. A trilha é utilizada quase que exclusivamente com visitas técnicas e o tempo depende muito do objetivo da trilha.

i) Capacidade de suporte: Não está definida. Os gestores optam por conduzir grupos

Trilha das Dunas

pequenos a fim de minimizar o impacto na trilha. Tem sido menos utilizada proporcionalmente à trilha do morro.

j) Principais problemas e ameaças: Parte da trilha é realizada sobre uma estrada de acesso operacional configurando terreno antropizado e desinteressante; áreas de campos úmidos e banhados sujeitas ao impacto de pisoteio não estão protegidas do acesso; falta de estrutura para o atendimento dos visitantes (local para ministrar a palestra inicial, sanitários, e pontos de parada com sombra para descanso); perturbação de tuco-tuco que estão localizados na base das dunas, inclusive tal área foi destinada à realocação de animais capturados no licenciamento de condomínio próximo; existência de serpente peçonhenta e escorpião e inexistência de capacitação para lidar com a situação caso ocorra acidente; inexistência de capacidade de carga e desconhecimento sobre o impacto nas dunas.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Nenhuma interação existente, mas deve estar necessariamente associada ao Centro de Visitantes. No PM, a trilha das dunas é o acesso para a área da atividade de sandboarding (prevista e não implementada).

l) Infraestrutura associada: Não há estruturas previstas. Serve como caminho ao Centro de Visitantes Alternativa 1 e a guarita 4 de fiscalização, banheiros da trilha e um alojamento de pesquisadores previstos no PM, mas não implementados. Nas proximidades, estão diversas ruínas do antigo camping.

m) Recomendações e considerações: (1) Planejar uma nova trilha que substitua essa, podendo utilizar apenas uma parte do trajeto; (2) Demolir as estruturas do camping e remover as casuarinas que existem nas proximidades, restaurando parcialmente a paisagem.



Figura 6 - Trilha das dunas - parte inicial



Figura 7 - Dunas imediatamente associadas à trilha proposta e com potencial de inclusão

Recreação na Pedra de Itapeva e Pesca Amadora

a) Descrição: Área de uso espontâneo por veranistas e pescadores amadores para passeio nas pedras e lançamento de linhas de pesca ao mar. Esse ponto dá nome ao Parque, pois Itapeva é uma palavra de origem tupi-guarani, onde “ita” significa pedra e “peva” significa chata, ou seja, pedra chata.

b) Zona onde a atividade está localizada: ZE2

c) Identificação dos locais: Formação rochosa do tipo testemunho dos derrames basálticos, localizada junto à praia, parte coberta por vegetação herbácea e arbustiva, parte diretamente afetada pelas dinâmicas marinhas e ocupada por invertebrados marinhos, e que no PM está enquadrada como Unidade de Paisagem de Colinas Rochosas com Vegetação Herbácea.

d) Situação fundiária: Área privada com ocupações irregulares. Até recentemente (março de 2016), a área era considerada como área de marinha pertencente à União, mas como a Pedra em si está acima do nível do mar, a União entende que não é de sua responsabilidade.

e) Comportamento dos visitantes: As atividades ocorrem de forma espontânea conforme o interesse de visitantes, aplicando-se as mesmas regras para esse tipo de uso que valem para a praia na Zona de Amortecimento. A atividade de pesca mais comumente realizada nessa área é com o uso de caniço ou linha de mão. A pesca efetivamente ocorre no mar, que está na Zona de Amortecimento, mas os pescadores ficam sobre as pedras, que estão dentro da Unidade de Conservação. Os usuários da praia incluem em suas caminhadas uma passagem pela Pedra de Itapeva.

f) Disponibilidade de equipamentos / instrumentos de apoio: Nenhum referente ao Uso Público. Placas de sinalização existentes são de restrição do uso. Uma proibindo a retirada de mariscos, outras proibindo a passagem de veículos não autorizados e, também, há correntes com cadeado para controlar a passagem dos veículos.

Recreação na Pedra de Itapeva e Pesca Amadora

g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.

h) Procedimentos operacionais: O uso da área pelos interessados é livre, desde que não estejam praticando alguma irregularidade. A presença de guarda-parques ocorre em caráter de passagem uma ou duas vezes por dia, apenas com fins de fiscalização.

i) Capacidade de suporte: Não definida.

j) Principais problemas e ameaças:

- A pedra de Itapeva é uma barreira natural ao fluxo de carros pela praia. Nela existe uma passagem pela parte superior que tem sido utilizada para o acesso às moradias irregulares ali construídas e para a passagem de um lado para outro. O fluxo de veículos dentro da Unidade de Conservação é inadequado devido à degradação do ambiente, poluição do solo, hídrica e atmosférica, perturbações sonoras e introdução de espécies invasoras, por exemplo, e pelo impacto que a circulação causa no ambiente de praia e espécies usuárias na Zona de Amortecimento em frente ao Parque. Esse uso, que recentemente (janeiro de 2016) passou a ser controlado, é totalmente conflitante com a atividade prevista no Uso Público.
- Outro problema é a existência de três casas na parte superior da praia, que inclusive oferecem serviços aos veranistas durante a temporada, e que são fonte de poluição, perturbações e demonstram aos que por ali circulam que o Estado não possui controle sobre o território. Essas moradias e seus impactos conflitam diretamente com uma recomendação de uso de recreação e pesca para dentro de uma Unidade de Conservação.
- A pedra de Itapeva era tradicionalmente buscada por moradores locais para a coleta de mariscos e essa atividade, a partir da criação do Parque em 2002, tornou-se irregular. Entretanto, o controle tem sido um grande desafio, uma vez que a área não possui fiscalização constante e o acesso é bastante facilitado, inclusive ocultado para quem vem pela parte sul. Frequentemente, o conflito de uso surge em

Recreação na Pedra de Itapeva e Pesca Amadora

conversas com moradores locais que criticam bastante essa restrição, por não conseguirem entendê-la. O uso, conforme previsto, principalmente para a pesca, pode potencializar o interesse na coleta de mexilhões. Além disso, como não é possível controlar a carga de usuários, a pressão sobre o ambiente decorrente da pesca pode ficar descontrolada.

- Recentemente, 2014 a 2016, a área foi identificada por pesquisa do Instituto Curicaca como de uso para alimentação por bandos de piru-piru (*Haematopus palliatus*), inclusive por casais que estão em nidificação e cuidando de filhotes dentro do Parque, e o uso, na forma prevista no PM pode causar perturbações complementares.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Sem interações previstas.

l) Infraestrutura associada: Nenhuma.

m) Recomendações e considerações: (1) Priorizar a regularização fundiária da região da Pedra; (2) Implantar estruturas mais robustas e definitivas de controle da passagem de veículos, destinada apenas para os de serviço público municipal, estadual, federal e de atendimentos de emergência; (3) Estabelecer e implantar gradualmente um plano de controle e eliminação da circulação de veículos na praia – lado norte e lado sul da Pedra; (4) Proibir o uso do local para pesca; (5) Definir a sinalização necessária para a potencialização do uso educativo; (5) Definir a sinalização necessária para o regramento do uso recreativo e proibição da pesca; (6) Implantar a sinalização; (7) Agregar o atrativo a outras trilhas internas como elemento opcional e complementar; (8) Incluir a área da Pedra no plano de fiscalização e controle, com investidas aleatórias; (9) Dar o devido destaque a Pedra de Itapeva como elemento símbolo do Parque; (10) Rever a logomarca do Parque e considerar a possibilidade de adotar a Pedra de Itapeva ao invés do sapinho-verde-de-barriga-vermelha.

Considerações: A área não apresenta nem apelo e nem condições para uma gestão de uso específica e contínua, uma vez que não tem como estabelecer para ela um controle

Recreação na Pedra de Itapeva e Pesca Amadora

de acesso. É demandada pelos usuários a todo o momento e não justifica a alocação de guarda-parque especificamente para essa função. O PM não trata da coleta de mexilhão e de algas, trata somente da pesca amadora (carretilha). A permissão como local de pesca é incoerente com a capacidade de controle e não deve ser estimulada, devendo ser revista e proibida na revisão do PM.

Obs.: Em relação ao uso para pesca deve ser considerado o histórico do trabalho do Conselho Gestor referente à pesca (pesca amadora e petrechos de pesca autorizados para a praia).

63



Figura 8 - Estrada cruzando a Pedra de Itapeva, hoje sob controle de tráfego pela Sema/RS.



Figura 9 - Pedra de Itapeva sob forrageamento de bando de pinguim-piru que nidificam no Parque Estadual de Itapeva

Atividades previstas, implementadas e fora de operação

Campismo

a) Descrição: Área destinada para o campismo no interior do Parque, com infraestrutura de apoio – banheiros, lavanderia, área de alimentação, abastecimento de água e pontos de acesso à eletricidade.

b) Zona onde a atividade está localizada: Zona de Uso Intensivo 2 (Z12).

c) Identificação dos locais: A atividade ficava mais concentrada na parte plana próxima à praia, acessada pela estrada interna, mas também na subida para a área de edificações administrativas. A parte plana corresponde uma área antropizada ao lado da área de Baixadas Úmidas da ZP4, bastante ocupada por espécies invasoras, gramíneas exóticas, mamonas e um conjunto de casuarinas que serviam de sombra para as barracas. Nesta área, originalmente existiam dunas móveis entremeadas por campos úmidos e por banhados. É onde se concentra a maioria das estruturas do antigo camping, que estão totalmente deterioradas. Esta área encontra-se abandonada há cerca de 5 anos e encontra-se em processo inicial de regeneração (em alguns pontos mais avançada). A parte superior está localizada sobre uma duna vegetada, bem consolidada, na base de uma Colinas Rochosa, coberta por vegetação campestre com espécies exóticas, entremeada por fragmentos de mata de restinga (Dunas Interiores Móveis da Z11). Atualmente nesta área é possível se observar o manejo da vegetação exótica, o plantio de algumas mudas nativas e um processo inicial de recuperação da vegetação nativa. Nessa parte, existem duas estruturas de churrasqueiras e um banheiro. Na parte mais alta, junto das edificações administrativas, também havia campismo de uma forma irregular, quando usuários edificaram por dentro das barracas. Hoje existem algumas ruínas dessas construções e a área é de morro rochoso muito tomada por espécies exóticas plantadas ou invasoras. O estado de regeneração da área é corroborado pelo parecer técnico Relatório Técnico nº 007/2011 – Parque Estadual de Itapeva, que aponta áreas com estágio inicial, médio e avançado de regeneração. Ainda segundo esse relatório, o fechamento do camping proporcionou e potencializou a regeneração natural

Campismo

das áreas.

d) Situação fundiária: Totalmente regularizada.

e) Comportamento dos visitantes: Segundo o PM, os antigos usuários do camping não buscavam atividades de recreação em contato com a natureza, ou de turismo ecológico, mas principalmente uma hospedagem de baixo custo e com acesso facilitado à praia. Alguns usuários eram moradores da cidade de Torres que alugavam seus imóveis durante a temporada de veraneio. Outros eram donos de motor home. De um modo geral, campistas familiares, com presença de pessoas de diversas idades, incluindo crianças. Alguns poucos campistas buscavam uma interação com a natureza e preferiam acampar mais afastados da maioria, buscando a área da encosta. O Instituto Curicaca ofereceu atividades de educação ambiental e trilhas na natureza para os campistas em um dos veraneios, tendo sido de baixo interesse dos adultos e bem procurada pelas crianças.

f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Mesas e bancos nas áreas de alimentação e transformador de alta tensão para abastecimento de energia.

g) Condições dos equipamentos facilitadores: A maioria encontra-se em péssimo estado de conservação e até mesmo em ruínas.

h) Procedimentos operacionais: Aos usuários do camping era permitida a hospedagem em barracas, trailers e motor home. O valor da diária é estabelecido na Lei de Taxas (Lei Estadual nº 8.109/85), e corresponderia a R\$ 11,76 por pessoa, em valores atuais da época de realização do Plano de Manejo (2006). No período de veraneio, uma equipe extra era deslocada para o Parque, vinda de outras Unidades de Conservação, sendo utilizada para os serviços necessários no camping – administração financeira e portarias, manutenção de equipamentos, coordenação dos usuários – deixando desprovidos os serviços de conservação da biodiversidade no Parque e também nas UC cedentes. O Parecer nº38/2011 da Duc - Sema/RS aponta que *“em termos operacionais, a administração do camping é extremamente precária”* e que a existência do camping

Campismo

acaba prejudicando funções básicas na UC como fiscalização e proteção da UC.

i) Capacidade de suporte: No PM informa que um Grupo de Trabalho foi instituído pela Portaria Sema nº25/2010 para tratar do camping e elaborou um documento com a relação das principais ações a serem implementadas visando à reorganização da atividade (Parecer nº38/2011 da Divisão de Unidades de Conservação da Sema/RS) e deu uma estimativa de número máximo de usuários em 496 pessoas, sendo 128 visitantes e 368 campistas. Como não foi utilizada uma metodologia apropriada, considera-se que esse valor teve fundamentação administrativa a partir dos espaços e infraestruturas disponíveis, sem considerar variáveis ambientais.

j) Principais problemas e ameaças: O Plano de Manejo trata o campismo de maneira ambígua e não se posiciona claramente sobre a sua viabilidade ou não. De fato, lança a necessidade de uma avaliação mais detalhada. Consta nele que *“entre os principais problemas estão a questão do pessoal, das instalações, da capacidade de suporte e a questão fundiária”* (p. 174). Outra questão relevante é a falta de zoneamento do camping, que, conforme o PM, *“deve levar em consideração o tipo de usuário, sendo necessária a criação de duas zonas distintas, uma para o usuário com barracas simples, e outra para usuários proprietários de motor home e trailer”*, bem como a implantação de um regimento interno e a dificuldade de gestão do camping por parte do estado (p. 174).

Para uma Unidade de Conservação com apenas 1000 hectares, o campismo em seu interior representa um significativo impacto ambiental direto e indireto. A área originalmente ocupada pelo camping fragmenta um contínuo desse ambiente dentro do Parque, que originalmente seria um campo de dunas e campos úmidos importantes para a reprodução e abrigo de importantes espécies protegidas pela UC – tuco-tuco, piro-piro, batuíra-de-coleira, pernilongo, lagartixa-das-dunas. Se a UC fosse bem maior, seria possível destinar uma área de sacrifício para esse fim, mas não é o caso. O campismo dentro do Parque tem causado a descaracterização dos ambientes naturais da UC, devido à circulação de pessoas em locais não permitidos, causando a degradação de

Campismo

ambientes de mata arenosa, impedimento da regeneração natural de ambientes em recuperação, e impactos em áreas adjacentes, impedindo a regeneração natural da vegetação em fragmentos florestais vizinhos. Ocorria descarga de dejetos cloacais fora do local destinado a esse fim, pelos usuários de trailers e motor homes; presença de animais domésticos como cães e gatos, que alguns usuários traziam consigo; dispersão de espécies exóticas invasoras; foco de dispersão de pessoas para acesso à Zonas Primitivas ou Zonas de Recuperação. Todos esses impactos também foram listados no Parecer nº38/2011 da Duc - Sema/RS. Além disso, até o momento da realização do parecer, a atividade do camping não demonstrou contribuir para os objetivos do Parque em educação ambiental e lazer e recreação na natureza. O público não interage plenamente com as atividades educativas e a preferência de interação é com a praia, como em qualquer outro camping a beira mar. De modo geral, seu funcionamento também não tem contribuído para benefícios socioeconômicos às comunidades locais. O anexo IX do Parecer, “Consulta de Ocupação de Campings no município de Torres/RS, temporada de 2010/2011”, no qual foram aplicados questionários com os proprietários de camping do entorno do Parque. Esse documento aponta aumento na lotação na temporada 2010/2011 em 6 dos 10 campings pesquisados, sendo que 5 atribuem o fato ao fechamento do camping de Itapeva.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: há alguma interação? Não

l)Infraestrutura associada: Edificações do tipo banheiros e lavanderias com tanques, fossa e sumidouro, cozinhas/refeitórios com pias, eletricidade, mesas, bancos e churrasqueiras, pontos de energia espalhados pelo terreno para a conexão de cabos de luz dos campistas, estação transformadora de energia de alta para baixa tensão, casa de apoio para guarda de materiais, guarita no portão de acesso à praia, estrada de acesso a partir da entrada superior até a guarita junto à praia, estrada de acesso com linha de transmissão de energia associada, caixa d’água na parte superior com canalizações de distribuição de água, edificação de proteção do transformador de alta tensão, casa (guaritas de fiscalização) na entrada na parte superior e na entrada junto à praia. De

Campismo

modo geral, com exceção das duas guaritas de acesso e de um banheiro na beira da estrada interna na subida para a parte alta, as edificações estão muito degradadas, algumas delas quase em ruínas. A estrada de acesso está em condições de trânsito e a linha de transmissão de energia, que segue na sua margem, encontra-se com soquetes e fios desgastados.

m) Motivos de estar fora de operação ou de sua não implementação: Há alguns anos a gestão do camping vinha sendo realizada de forma precária, conforme parcialmente descrito no item “i” de principais problemas e ameaças. O Instituto Curicaca fez então um parecer técnico sobre os problemas de funcionamento e uma denúncia ao Ministério Público Estadual, que abriu uma ação civil e o fechamento veio por meio de determinação judicial, ação Civil Pública nº 072/1.10.0005636-3). Como o funcionamento do camping era um grande problema para a gestão do Parque e como o Conselho da Unidade de conservação recomendou que o assunto devesse ser tratado por meio do Plano de Uso Público, não foi realizada nenhuma ação para a solução de problemas e reabertura. Inicialmente, houve algumas reclamações quanto ao fechamento, mas em seguida, outros campings do entorno se fortaleceram e absorveram a clientela, enquanto os gestores puderam dedicar o escasso número de funcionários para outras atividades mais prioritárias à conservação da biodiversidade ao invés de fazerem trabalho administrativo de gestão do camping. O ambiente vem se recuperando na área onde o camping funcionava e, numa análise de consequências, hoje é possível visualizar vários benefícios para a conservação da biodiversidade com seu fechamento.

n) Recomendações e considerações: (1) Desativar definitivamente o camping dentro do Parque; (2) Iniciar a demolição de infraestruturas associadas, remoção de espécies invasoras e recuperação ambiental na área do camping; (3) Na implantação do Uso Público, criar formas de estímulo aos visitantes para que procurem camping na área de entorno, estimulando assim a economia local; (4) Nas ações de cooperação com moradores do entorno, apoiar a instalação de camping sustentável.

Campismo

Considerações: Embora o PM considere que caso o camping volte a funcionar, deva ser feito “o arrendamento da área através de concessão de uso” (p. 177), não se trata aqui de uma análise de viabilidade econômica, mas fundamentalmente de viabilidade ambiental. Para uma Unidade de Conservação de tamanho tão reduzido e, ao mesmo tempo, tão importante para a conservação da sequências de ambientes costeiros e de espécies ameaçadas e endêmicas, o camping é ambientalmente inviável.

Obs.: Com a interdição do camping, decorrente da Ação Civil Pública nº 072/1.10.0005636-3, foi estabelecido um Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Portaria Sema nº 03/2011, com o objetivo de análise técnica sobre as atividades e reestruturação da prática de campismo no Parque Estadual de Itapeva, em relação ao cumprimento de seus objetivos de criação. Como resultado, o GT concluiu que a atividade de campismo não apresenta características que a qualificam como atividade a ser realizada no interior da UC, conflitando com os objetivos de criação do Parque Estadual de Itapeva.



Figura 10 - Edificações de apoio no antigo camping



Figura 11 - Atividade de educação ambiental do Instituto Curicaca com campistas



Figura 12 - Estrutura do antigo camping altamente deteriorada.

Atividades de Uso Público Previstas e Não-Implementadas:

Trilha da Mata do Selau ou Trilha da Mata Paludosa com Arborismo

- a) Trilha interpretativa em ambiente florestal, especialmente em mata paludosa, a qual poderá possuir inclusive um trecho para a prática de arborismo. O trecho da Trilha de Mata Paludosa previsto para a prática de arborismo estaria naZE1.
- b) Zona onde a atividade está localizada: Inicia na ZI1 e percorre a ZE1.
- c) Identificação dos locais: O percurso da trilha proposta segue por ambientes de Unidades de Paisagem da Mata Paludosa e de Áreas Úmidas. Apresenta como vantagens a localização periférica (possivelmente com menos impactos em pontos chave da UC) e a proximidade da área prevista para implantação de um mirante alternativo. Nessa trilha propõe-se um trecho para a prática de arborismo (p. 169).
- d) Situação fundiária: Não regularizada.
- e) Comportamento dos visitantes: Poderá se sentir desconfortável com a excessiva umidade, calor e presença de mosquitos no período de primavera, verão e outono.
- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Não há.
- g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.
- h) Procedimentos operacionais: Não se aplica.
- i) Capacidade de suporte: Não definida.
- j) Principais problemas e ameaças:
- A implantação de uma trilha em meio à Mata Paludosa exige um forte investimento em trilha suspensa, uma vez que é impossível ao visitante comum caminhar sobre o solo encharcado e lodoso característico desse ambiente. Outro aspecto prejudicial à trilha é a excessiva umidade e abafamento durante o período de verão, época de maior demanda para o seu uso, associado a grande presença de mosquitos. No que

Trilha da Mata do Selau ou Trilha da Mata Paludosa com Arborismo

tange à implantação de trilha suspensa, esse é um desafio a ser levado para a equipe de engenharia, uma vez que os alicerces de sustentação da passarela podem exigir estruturas especiais e a alta umidade exigir materiais especiais ou altura de plataforma mais elevada.

- As árvores da Mata Paludosa não são caracteristicamente muito altas e estão estruturadas sobre solo plástico, instável e de profundidade muito variável. Durante o ciclone tropical Catarina, que há alguns anos atingiu o Parque, várias árvores foram totalmente arrancadas do solo com raiz. Possivelmente, a parte suspensa do arborismo não poderá ser sustentada nas árvores, mas em postes de eucalipto a serem instalados para esse fim, cujo desafio de engenharia está em encontrar estruturas de fixação que se mantenham estáveis.

k) Atividades e serviços ligados à visita da UC: Está previsto no PM uma interação com a prática de Arborismo.

l) Infraestrutura associada: Previstos um mirante alternativo e o Centro de Visitantes alternativa 2 (não implantados).

m) Motivos da não implementação: Investimento mais elevado em relação a outras trilhas, ausência de regularização fundiária na área prevista, baixa prioridade relativa.

n) Recomendações e considerações: (1) Elevados investimentos de implantação e altos custos de manutenção apontam essa trilha associada ao arborismo para um processo de concessão; (2) Reafirmação da trilha no Plano de Uso Público deve considerar a viabilidade econômica, pois pode haver uma relação custo/benefício negativa.

Considerações: O Parque Estadual de Itapeva é a única unidade de conservação estadual que permite a visita em ambiente de Mata Paludosa, formação bastante característica e restrita, o que será um diferencial em educação ambiental. Esforços para viabilizar essa trilha são importantes. Em toda a região não existe uma atividade de arborismo, que de fato, são poucas no Rio Grande do Sul. Se implantada, poderia ser um

Trilha da Mata do Selau ou Trilha da Mata Paludosa com Arborismo

dos produtos mais atrativos do Parque. Além disso, o arborismo proporcionaria uma perspectiva diferenciada ao visitante, pela proximidade da copa das árvores. Entretanto, caso o investimento associado ao arborismo seja muito alto e o empreendimento economicamente inviável, sugere-se uma simplificação com uma trilha tangencial e com trajeto diferente do originalmente previsto.



Figura 13 - Área de campo associada ao local previsto para a Trilha da Mata do Selau.



Figura 14 - Altura da mata na área prevista para arborismo - Trilha do Selau

Recreação Livre nas Dunas

- a) Descrição: Uso das dunas pelos visitantes para brincadeiras diversas sem a utilização de equipamentos.
- b) Zona onde a atividade está localizada: ZE4.
- c) Identificação dos locais: Área de dunas mais periférica, ao lado da Zona Primitiva 6. Unidade de Paisagem de Dunas Interiores Móveis, localizada próximo ao limite norte da UC.
- d) Situação fundiária: Não regularizada.
- e) Comportamento dos visitantes: Interações múltiplas com o ambiente e entre as pessoas. Imprevisível.

Recreação Livre nas Dunas

- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Não previsto.
- g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.
- h) Procedimentos operacionais: Não definidos.
- i) Capacidade de suporte: Não definida.
- j) Principais problemas e ameaças: As dunas da porção norte estão lindeiras a ocupações irregulares e área de risco e tensão social. Não há qualquer controle sobre o território, que é frequentado pelo mais variado tipo de pessoas. A possibilidade real de haver um controle efetivo da área é mínima, exigindo altos investimentos em cercamento com muro de concreto vazado, instalação de guarita de controle e disponibilidade de guardas-parques instalados no local e com rotina de fiscalização constante. Propor qualquer atividade mais livre nessa área é regularizar a entrada e circulação de pessoas sem o devido e necessário controle. Além disso, as dunas nessa região foram definidas por recente pesquisa como comprometidas, por não possuírem dinâmica de recarga das áreas trazidas do mar pelos ventos. Outro aspecto, é que existem na área sítios arqueológicos na forma de sambaquis, que necessitam ser protegidos e estariam sujeitos a estímulo de pressão por uma atividade ali instalada.
- k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Nenhuma interação.
- l) Infraestrutura associada: Nada previsto.
- m) Motivos da sua não implementação: Ausência de regularização fundiária, de normas e diretrizes para execução e pela inexistência de capacidade instalada na Sema/RS para a sua gestão.
- n) Recomendações e considerações: (1) Retirada dessa atividade do Plano de Uso Público; (2) Substituição por atividade regulamentada e rotineira associada ao programa de educação ambiental, preferencialmente para professores e alunos da Escola Municipal Zona Sul, com possibilidade para outras escolas que tenham interesse em

Recreação Livre nas Dunas

trabalhar o tema gerador “impactos antrópicos sobre sistemas de dunas”, dentre outros com aptidão para a área.

Considerações: A recreação livre nessa área não deve ser fomentada, pois não há como a Sema/RS dispor das condições de gestão. Além disso, a porção norte do Parque está sobre pressão direta pelas ocupações irregulares, existência de bairro popular lindeiro do qual emanam diversas ações antrópicas para dentro da UC – deposição de lixo, circulação de pessoas, circulação de cães e gatos, entrada de caçadores, circulação de veículos de tração animal e motores, desova de cadáveres humanos – além de ser local de ocorrência de comércio de drogas. O domínio e gestão dessa área deve, antes de qualquer coisa, ser resolvido por meio de um plano estratégico de ação cooperada com o município e outros órgãos estaduais de segurança, saúde, ação social e habitação, para que depois se possa propor alguma atividade de uso público compatível com o novo contexto. Uma vez estabelecido o domínio do Estado, pode-se reavaliar o Uso Público naquela área com fins de uma integração com o Parque da Guarita.



Figura 15 - Ambiente associado à área de recreação livre nas dunas - Limite Norte

Sandboarding

- a) Descrição: Esporte com pranchas similar ao snowboarding para ser praticado em dunas de areia do Parque com dimensões e formas apropriadas.
- b) Zona onde a atividade está localizada: ZI3
- c) Identificação dos locais: Equivocadamente, a atividade está prevista pelo PM na área de Baixadas Úmidas, no entanto, a prática requer um Ambiente de Dunas, que estaria próximo dali.
- d) Situação fundiária: Parcialmente regularizada, mas insuficientemente para a instalação da atividade.
- e) Comportamento dos visitantes: Espera-se que gere interesse em jovens que também praticam o skate ou o surf, mantém atividades em grupo e desafios de ultrapassar regras e limites.
- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Não previsto.
- g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.
- h) Procedimentos operacionais: Não especificados.
- i) Capacidade de suporte: Não definida.
- j) Principais problemas e ameaças: Recentemente, uma pesquisa de doutorado (comunicação Ad Doc) apontou a alimentação dos campos de dunas do Parque Estadual de Itapeva cessou, “não existindo alimentação do mesmo nem ao NE (pela urbanização), nem ao E-SE (pela extensa área vegetada que impede a conexão entre a praia e o campo de dunas)”. Ao mesmo tempo, embora os autores do estudo considerem que o Sandboarding pode ser uma atividade de inclusão de moradores nas atividades do Parque, informam que essa atividade é considerada de alto impacto, que na Austrália, por exemplo, é proibida em Unidade de Conservação por acelerar os processos erosivos através do carreamento de sedimentos, além do impacto gerado pelo afugentamento da fauna local. Informa que a literatura mostra que o uso contínuo de uma área para a

Sandboarding

prática desta atividade suaviza a superfície da duna.

k) Atividades e serviços ligados à visita da UC: Não há interação.

l) Infraestrutura associada: Nenhuma

m) Motivos de sua não implantação: Desconhecido.

n) Recomendações e considerações: (1) Não implementar o sandboarding no Parque Estadual de Itapeva; (2) Buscar outras áreas em Arroio do sal que possam ser recomendadas para a implantação de sandboarding.

Considerações: O PM prevê a atividade, mas não considerou dois aspectos fundamentais, a viabilidade ambiental e a forma de operação possível. Além disso, o tipo de ambiente requerido para a atividade localiza-se em zona diferente da qual foi prevista. Além disso, a conformação das dunas – altura e formato – não se assemelham às que tem sido utilizadas para a prática em outros locais do Brasil. Embora a prática já tenha sido realizada nas dunas da Parque, os que praticaram teriam mais um caráter de iniciação ao esporte ou brincadeira de grupo de amigos. Ambos os aspectos dificultam que a atividade possa ser concessionada, o que seria a possibilidade administrativa.

Obs: Visão dos gestores a respeito da viabilidade: Há posições diferentes na equipe quanto ao interesse em implantar a atividade e o fator de decisão deverá ser a viabilidade ambiental.



Figura 16 - Área onde foi proposto o sandboarding.

Centro de Informações na Guarita 2

- a) Descrição: O PM propõe que a guarita seja usada para a recepção de visitantes.
- b) Zona onde a atividade está localizada: Zona de Recuperação 7.
- c) Identificação dos locais: Próximo da Estrada do Mar, na Unidade de Paisagem Dunas Interiores Fixas. Próxima ao remanescente de butiazal.
- d) Situação fundiária: Não regularizada.
- e) Comportamento dos visitantes: Desconhecido. Pode haver interesse em buscar informações sobre o Parque enquanto estão se deslocando pela Estrada do Mar.
- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Folheto sobre o Parque.
- g) Condições dos equipamentos facilitadores: Folheto do Parque apresenta informações

Centro de Informações na Guarita 2

ambientais e institucionais, mas não possui elementos de apoio ao Uso Público.

h) Procedimentos operacionais: Não definido.

i) Capacidade de suporte: Não definida.

j) Principais problemas e ameaças: A guarita está localizada em uma área onde não está previsto acesso ao Parque para Uso Público. A indicação de localização feita pelo PM supõe-se a uma finalidade de informação associada a um ponto de fiscalização. Possivelmente, não haverá como manter em funcionamento as seis guaritas previstas no PM e, há poucas chances dessa ser construída, uma vez que outras áreas podem ter prioridade para a implantação de estrutura de fiscalização.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Não especificado.

l) Infraestrutura associada: Posto de fiscalização no mesmo prédio.

m) Motivos da sua não implementação: Não há uma demanda prioritária para que seja feita essa construção e a situação fundiária da área onde deveria ser localizada conforme PM.

n) Recomendações: Desassociar a finalidade de atendimento ao público exclusivamente para essa guarita e generalizar para todas que estejam localizadas no perímetro da Unidade de Conservação e com possibilidade de ser acessada pelo público.

Considerações: A prioridade para instalação de uma Guarita deve estar apoiada na estratégia de fiscalização e controle do PM. O uso desse tipo de espaço para fins de divulgação ou informações do uso público no Parque é uma questão de oportunidade.

Lanchonete na Guarita 6

- a) Descrição: O PM propõe uma lanchonete com banheiro na guarita 6, através de concessão.
- b) Zona onde a atividade está localizada: ZE3
- c) Identificação dos locais: Topo do Morro de Itapeva, ao final da Trilha do Morro prevista no PM, onde a Unidade de Paisagem é Colinas Rochosas com Vegetação Arbórea (Floresta Arenosa).
- d) Situação fundiária: Regularizada
- e) Comportamento dos visitantes: Estarão um pouco cansados ao final da subida do morro, principalmente os mais idosos ou aqueles com hábitos sedentários, e precisarão de lugares para sentar à sombra e ter acesso à água, banheiro e alimento.
- f) Estruturas e equipamentos facilitadores e de apoio: Não especificado.
- g) Procedimentos operacionais: Não especificados.
- h) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Não referido.
- i) Capacidade de suporte: Não definida.
- j) Principais problemas e ameaças: Gestão de resíduos e controle dos visitantes para permanecerem na área destinada para lanches.
- k) Atividades e serviços ligados à visita da UC: Acesso e uso do Mirante.
- l) Infraestrutura associada: Mirante.
- m) Motivos de a atividade estar fora ou da não implementação: Até recentemente o imóvel previsto para a instalação da lanchonete, já existente, ainda não tinha a reintegração de posse para o Estado. Além disso, a atividade deveria ser concessionada e não foram alcançadas as condições necessárias para isso, que virão com o Plano de Uso

Lanchonete na Guarita 6

Público.

n) Recomendações: (1) Ao planejar o funcionamento da lancheria, prever medidas especiais de gestão do lixo evitando não só a poluição, mas também o acesso por animais silvestres; (2) Prever um tema ambiental para ser desenvolvido na lancheria; (3) Considerar a possibilidade de associar um ponto de venda de produtos promocionais do Parque.

Considerações: Considerar a possibilidade de essa lancheria ser concessionada em conjunto com todo o serviço de alimentação no Parque. A lancheria pode não ser necessária, uma vez que a trilha até o local é curta e a necessidade básica do visitante, de banheiros e acesso à água, pode ser suprida pela oferta pública. Analisar de forma integrada ao Centro de Visitantes, para decidir sobre a necessidade e viabilidade.

83



Figura 17 - Casa no topo do morro que serviria de guarita e lanchonete

Atividades não previstas e implementadas

Trilha do Morro (parte acrescida)

- a) Descrição: Trilha do morro em ambiente natural mais íntegro passando por mata de restinga e dunas na base do morro, utilizada como complemento da trilha originalmente prevista.
- b) Zona onde a atividade está localizada: Zona Primitiva 3 (ZP3). A trilha termina na estrada interna utilizada para deslocamento de uso público (Z12).
- c) Identificação dos locais: Encosta leste do Morro de Itapeva no trecho que desce em direção ao mar em meio a mata de restinga, seguido das dunas vegetadas e arenosas que se encontram junto à antiga estrada na base do morro. Na ZP3 é possível observar uma rica vegetação arbórea e bastante epifitismo. No final da trilha, a paisagem muda totalmente, saindo da mata fechada para uma área de dunas interiores, de onde é possível se observar as baixadas úmidas da ZP3 e da ZP4, as dunas interiores da ZP5 e a faixa de praia com as dunas frontais.
- d) Situação fundiária: Não regularizada.
- e) Comportamento dos visitantes: É esperada uma perturbação com picadas de mosquitos e com algumas sementes com espinhos que se prendem à roupa durante o trajeto. A trilha possui pontos de fuga que despertam interesse do visitante em sair do trajeto previsto, devendo ser bloqueados e sinalizados. Nas dunas ao final da trilha podem ser encontradas espécies venenosas e peçonhentas, como escorpião-preto e jararaca, que podem provocar pânico ou acidentes e requerem cuidado e orientação.
- f) Disponibilidade de equipamentos / instrumentos de apoio: Nenhum.
- g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.
- h) Procedimentos operacionais: Condução feita pelos gestores da UC.
- i) Capacidade de suporte: Não definida.

Trilha do Morro (parte acrescida)

j) Principais problemas e ameaças: impacto sobre fauna flora em Zona Primitiva; impacto sobre a integridade das dunas na posição de transição entre o morro e o ambiente de dunas na base do morro; risco de carregamento de espécies invasoras para o interior de Zona Primitiva; risco de integridade ao sítio arqueológico existente junto à trilha, que ainda não foi resgatado pelos arqueólogos.

k) Atividades e serviços ligados à visitação da UC: Nenhum.

l) Infraestrutura associada: Nenhuma.

m) Motivos de estarem implementadas sem previsão no PM: A Trilha do Morro, originalmente prevista, é pobre em conteúdo de biodiversidade, é um trajeto curto e tem um retorno pelo mesmo caminho, aspectos que frustravam tanto o visitante como os gestores. Do topo do morro até a praia existia uma trilha utilizada pelos proprietários da edificação de veraneio existente no topo do morro, cruzando uma Zona Primitiva. Seu conteúdo em biodiversidade é bem mais atraente e os gestores resolveram utilizá-la como complemento da trilha do morro para conduzirem alunos de escolas e demais visitantes previamente agendados. Criaram, assim, um trajeto circular que termina em outro ponto da estrada de acesso interno.

m) Recomendações e considerações: (1) Discutir com os gestores e o Conselho a possibilidade de planejar essa trilha, prever um monitoramento cuidadoso, estabelecer uma capacidade de carga inicialmente reduzida considerando a possibilidade de fechamentos temporários ou mesmo de fechamento definitivo, conforme resultados do monitoramento; (2) Caso haja aceitação da manutenção da trilha, readequar o objetivo dessa Zona para permitir o uso restrito da faixa onde está a trilha; (3) Dissociar essa parte da trilha da parte já prevista no PM deixando a primeira parte exclusivamente associada ao Mirante do Morro, com capacidade da carga maior, e a segunda parte efetivamente como a Trilha do Morro, com capacidade de carga reduzida; (4) Detalhar o planejamento da trilha.

Considerações: Nesse momento, não existe outra parte do Parque que possa dispor uma

Trilha do Morro (parte acrescida)

porção de Mata de Restinga para visitação.



Figura 18 - Ruínas arqueológicas junto à nova trilha



Figura 19 - Porção inicial da trilha, mais próxima do topo do morro.



Figura 20 - Porção quase final da trilha, junto às dunas próximas à área do antigo camping.

Turismo Científico

- a) Descrição: Atividades visitação relacionadas a disciplinas de graduação e pós-graduação, onde professores conduzem seus alunos em ambientes do Parque.
- b) Zona onde a atividade está localizada: Sem regramento.
- c) Identificação dos locais: Há uma maior demanda pela Mata Paludosa e pelos Butiazais.
- d) Situação fundiária: Não resolvida.
- e) Comportamento dos visitantes: Ao estarem bastante envolvidos com a disciplina, seguem as orientações e desafios colocados pelo professor responsável.
- f) Disponibilidade de equipamentos/ instrumentos de apoio: Nenhum.

Turismo Científico

g) Condições dos equipamentos facilitadores: Não se aplica.

g) Procedimentos operacionais: O professor agenda a visita informando o número de pessoas que farão parte da atividade e os locais que pretende visitar. A visita é acompanhada por um gestor ou um guarda-parque.

i) Capacidade de suporte: Não definida.

j) Principais problemas e ameaças: Risco de coleta de material biológico.

k) Atividades e serviços ligados à visita da UC: Inexistente.

l) Infraestrutura associada: Existe um alojamento para 8 pessoas localizado na sede da Sema/RS, na cidade de Torres, e também está previsto no PM um alojamento de pesquisadores dentro da Unidade de Conservação. Logo no início da criação do Parque alguns professores utilizavam as estruturas do camping para permanecerem com seus alunos na área de estudo.

m) Motivos de estarem implementadas sem previsão no PM: Essa atividade não foi prevista no Programa de Uso Público do Plano de Manejo, mas é um acontecimento recorrente no Parque e que necessita ser mais bem organizada.

n) Recomendações e considerações: (1) Definir as áreas do Parque que podem ser visitadas por professores e seus alunos; (2) Prever os procedimentos de agendamento no Pup e as recomendações mínimas necessárias que o grupo deve receber; (3) Estabelecer os procedimentos prévios antes da visita, como assistirem a um pequeno vídeo ou palestra sobre a Unidade de Conservação.

Considerações: É muito importante a visita por professores e alunos das instituições de ensino para um reconhecimento da importância da Unidade de Conservação, fortalecimento da consciência ambiental dos estudantes e estabelecimento de oportunidades para futuras pesquisas ou estágios. Deve apenas ser mais bem regulamentada para a redução de riscos e melhor aproveitamento.



Figura 21 - Visita com estudantes de biologia saindo da Trilha do Morro, semelhante à visita feita com professores universitários. Fonte: fanpage do Parque Estadual de Itapeva.



Figura 22 - Grupo de estudantes dispostos na trilha enquanto o guia passa informações. Parte do grupo está bastante distante da pessoa que fala e acaba dispersando. Fonte: fanpage do Parque Estadual de Itapeva

Levantamento de demandas ao Uso Público através da aplicação de questionários

A equipe executora do Plano de Uso Público elaborou e aplicou dois questionários. O primeiro foi direcionado para setores e pessoas pré-selecionadas com a ajuda dos gestores do Parque. Foram enviados cerca de 100 questionários para moradores, pesquisadores, gestores públicos e outros atores relacionados direta ou indiretamente com o Parque e/ou o município de Torres. O segundo, mais simplificado, foi aplicado aos visitantes que estavam utilizando a praia e visitando o Festival de Balonismo.

Os questionários foram respondidos, respectivamente por 45 e 23 pessoas, de forma presencial ou via internet. Os resultados dessas entrevistas estão apresentados a seguir neste documento. Cabe ressaltar que a maioria das perguntas era aberta, e conseqüentemente, cada entrevistado pôde dar quantas sugestões julgasse necessário. Dessa forma, os números nos gráficos de barras representam a quantidade de vezes que cada resposta foi mencionada e a soma não corresponde ao total de entrevistados.

Resultados das entrevistas realizadas

São apresentadas a seguir organizadas conforme o tipo de questionário que foi utilizado para as entrevistas e relativo ao público alvo.

Questionário 1 – setores direta e indiretamente envolvidos

Caracterização dos entrevistados

Idade dos entrevistados

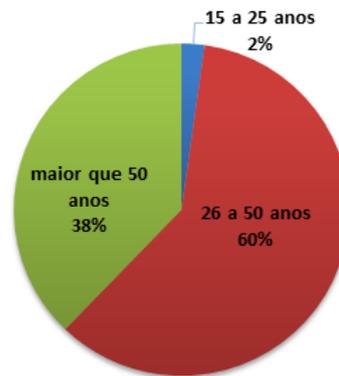


Figura 23 - Faixa etária dos entrevistados

Setores aos quais os entrevistados fazem parte

Direcionamos os questionários para abranger todo o conjunto de setores mais diretamente envolvidos. À medida que alguma pessoa relacionada ao setor não respondia a nossa demanda procurávamos, inicialmente, uma maior insistência, inclusive por meio de entrevista presencial, e depois, caso não houvesse retorno, procurávamos outra pessoa vinculada ao setor que pudesse responder e manter o equilíbrio. Os resultados da amplitude de setores consultados podem ser observados no gráfico abaixo.

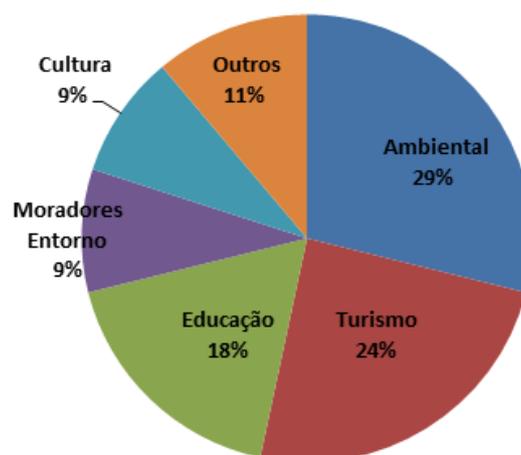


Figura 24 - Representação proporcional entre setores entrevistados

Esferas de atuação dos entrevistados

O mesmo esforço foi feito em relação às esferas de atuação. Priorizamos a esfera municipal, sem esquecer que se trata de uma Unidade de Conservação estadual que pertence ao patrimônio natural do Rio Grande do Sul e deve ter sua gestão influenciada por instituições e órgãos de atuação estadual com ela relacionados. Da mesma forma, sua proximidade com Unidades de Conservação federais e o fato de abrigar sítios arqueológicos de responsabilidade federal, provocaram a busca da participação de instituições de âmbito nacional.

93

Respeitando o equilíbrio entre governo e não governo que está definido pelo SNUC para os Conselhos Gestores, da mesma forma procuramos buscar contribuições relativamente equilibradas de ambas as esferas. O resultado desses dois esforços pode ser observado nos gráficos abaixo, bem como é detalhado na tabela que segue.

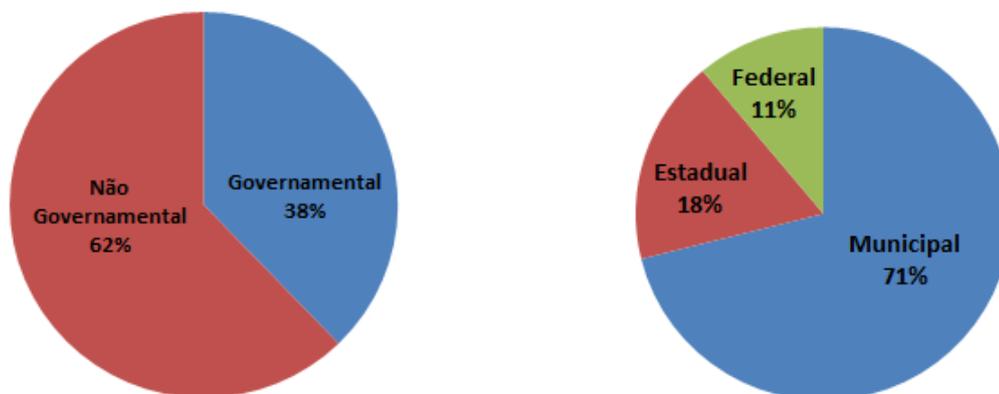


Figura 25 - Esferas de atuação dos entrevistados

Tipo de instituição ou órgão aos quais os entrevistados pertenciam

Tabela 1 - Tipo de instituições entrevistadas

Instituição	Número
Universidades	4
Agência Turismo	4

Instituição	Número
Escola Estadual	1
IPHAE	1
Sema/RS	5
Coletivos e Associações locais	8
Empresas locais	5
Câmara	2
ICMBio	1
Escola Municipal	3
Prefeitura	4
COMMAM	1
SETUR	1
Moradores	4
IPHAN	1
Total	45

Em seguida, apresentamos as conclusões das entrevistas organizadas em eixos temáticos.

Sobre o Parque e seus benefícios

a) Você conhece o Parque de Itapeva? Se sim, para que você acha que ele serve?

Apenas um entrevistado afirmou não conhecer o Parque de Itapeva. De maneira geral, os entrevistados afirmam que o Parque serve para preservação e para transmissão de conhecimento e educação ambiental e, em seguida, para lazer, ecoturismo, visitação e pesquisa (figura 5). Outros usos foram mencionados, tais como: referência paisagística, para migração de aves, contemplação e relaxamento e melhoria da qualidade de vida.

Nesse aspecto é importante destacar que as entrevistas foram de modo geral bem direcionadas, para pessoas a instituições que tinham contribuições a dar pela

proximidade com a Unidade de Conservação de diferentes modos. Por outro lado, a única instituição que respondeu sem conhecer o Parque foi o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que aponta o quanto existe de distanciamento entre a Unidade de Conservação e esse órgão que é responsável pela proteção do patrimônio arqueológico, o que não deveria existir, uma vez que, inclusive, esse é um atrativo turístico da UC. Recomenda-se que uma aproximação seja buscada pela Sema/RS e pelos gestores do Parque, de forma a se estabelecer uma cogestão sobre esse patrimônio. É importante destacar que o deslocamento de visitantes, pesquisadores, guardas-parque na área das dunas frequentemente leva a serem encontrados cacos de cerâmica e outros vestígios arqueológicos, para os quais há procedimentos legais que não estão sendo orientados e nem adotados.

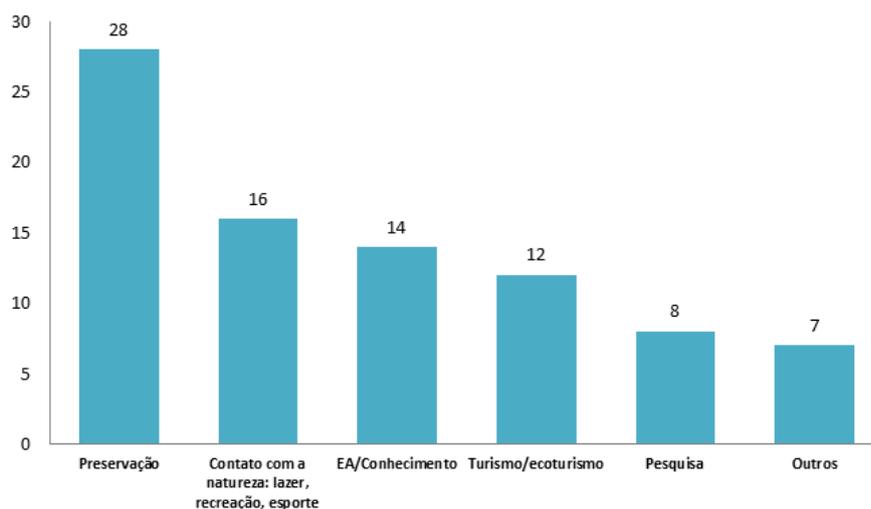


Figura 26 - Finalidades do Parque segundo entrevistados

b) Que benefícios surgirão quando o Parque de Itapeva tiver atividades de visitação funcionando direitinho e receber um público maior de interessados?

De maneira geral, os entrevistados percebem a existência de benefícios potenciais advindos do parque. Os principais são no campo do turismo e da economia, seguido por “conscientização e sensibilização” e “valorização do parque e melhora da relação com a comunidade”. Também foram citadas atividades pedagógicas, conservação e preservação ambiental, prática de esportes e lazer e realização de

pesquisa. Na categoria “outros”: freio para a especulação imobiliária, desenvolvimento de pesquisas, local para prática de esportes e melhor estrutura para o parque.

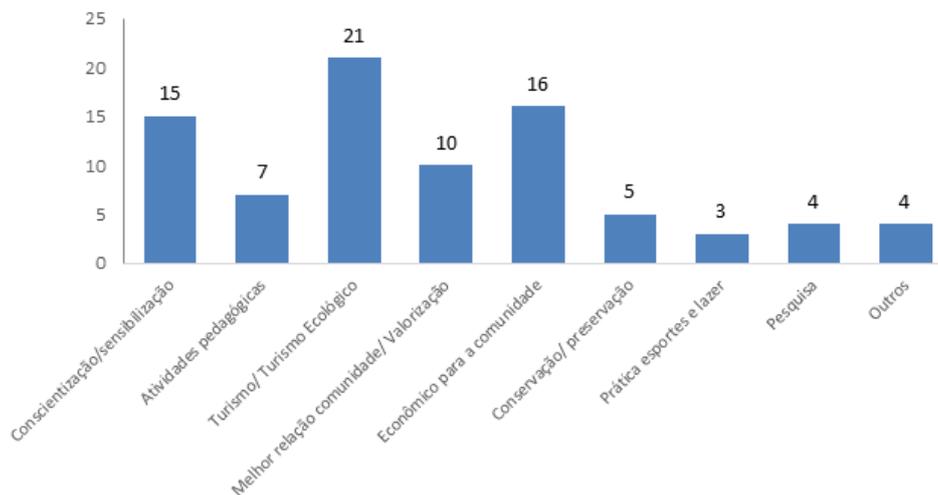


Figura 27 - Benefícios esperados pelos entrevistados a partir do Uso Público

Para ilustrar essa percepção dos entrevistados, consideramos duas respostas:

“Isto representará um fator importantíssimo para que a comunidade de Torres passe a entender os benefícios que o Parque trará, em todos os aspectos. Também representará um impulso para que o turismo ecológico se desenvolva na região, com reflexos na economia local. Da mesma forma, significará a possibilidade de uma reversão na forma como a população se relaciona com o Parque, através de ações voltadas para a Educação Ambiental”.

“O Parque terá mais visibilidade, fortificando assim sua identidade, as atividades regradas, poderá fomentar mais o turismo ecológico, as visitas, os grupos de pesquisa e, com isso, a própria comunidade local será beneficiada e atraída para desenvolver atividades. Este regramento é o ponto benéfico, que conduzirá todas as atividades sem prejudicar o meio ambiente”.

Usuários e atividades de uso público

c) Considerando os lugares de interesse (atrativos) naturais e culturais existentes no Parque de Itapeva, quem você acha que poderiam ser seus usuários?

Os principais usuários apontados foram a comunidade escolar, moradores de Torres, turistas, ecoturistas e pesquisadores. Também foram citadas agências de turismo e artistas, representados na categoria “outros” do gráfico.

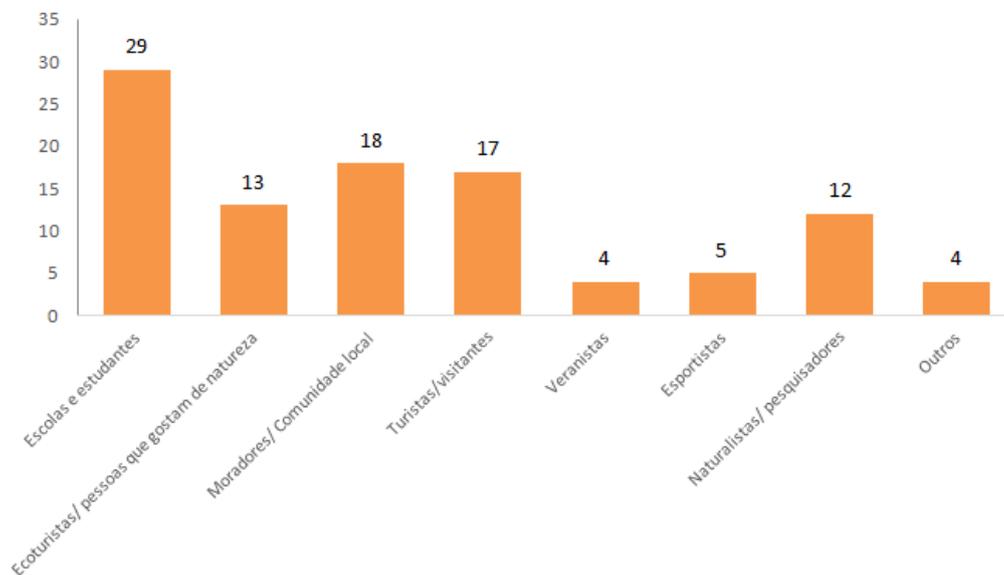


Figura 28 - Usuários do Uso Público sugeridos pelos entrevistados

Esse olhar orienta para uma demanda reprimida do Parque em educação ambiental e espaço de interação para os moradores locais, que nesse momento está mais destacada pela situação de fechamento da Unidade de Conservação à visitação pública, mas que também reflete as limitações da área protegida em exercer seu papel, de envolvimento e sensibilização da comunidade, aspecto que merece dedicação.

De outra forma, em relação aos demais usuários apontados, o ecoturista foi apontado como usuário potencial na mesma dimensão que os pesquisadores, o que pode ser interpretado que a identidade do Parque como um local para o ecoturismo

precisa ser muito trabalhado, pois não está em destaque, embora esse seja um dos objetivos dessa categoria de Unidade de Conservação.

d) Quais atividades de Uso Público você acha que poderiam acontecer dentro dele?

A principal atividade, mencionada por 30 entrevistados (67,7%) foi a trilha, com suas diferentes modalidades (trilha autoguiada, trilha guiada, caminhadas, trekking, visita guiada, visita orientada, etc.). Das outras atividades, a mais citada foi a realização de Educação Ambiental, recreação, lazer e aventura e pesquisa ou visita científica. Outras sugestões apontadas, que estão na categoria “outros” do gráfico foram: visita a sítio histórico, realização de exposições, eventos ao ar livre, meditação, mirante, atividades de TEAL, passeios de quadriciclo, observação de flora, passeios de bicicleta (ciclovia) e à cavalo, rapel, contemplação da natureza, dinâmica de grupo, produção de mudas, hotelaria, sítio escola nos remanescentes arqueológicos, viveiros comunitários de espécies endêmicas e nativas e realização de eventos ao ar livre.

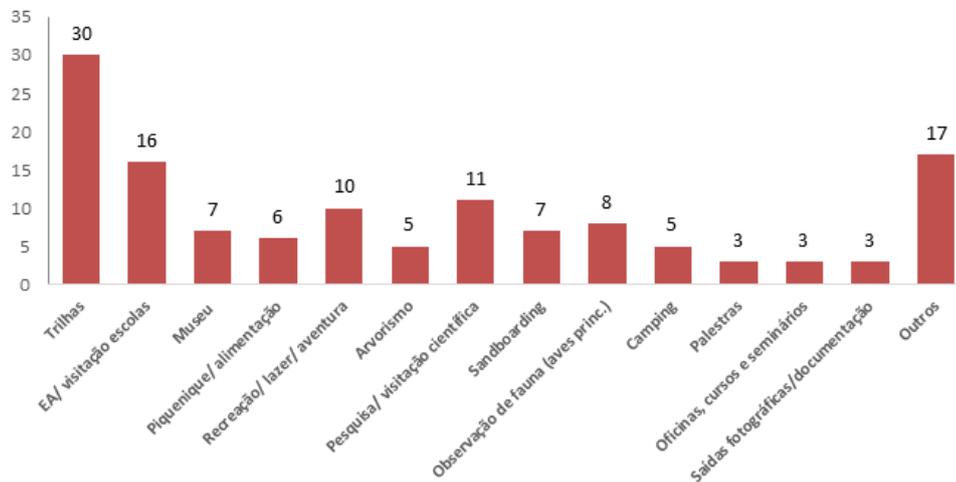


Figura 29 - Atividades de Uso Público sugeridas pelos entrevistados

A demanda por trilhas, que supera em muito as demais, aponta para a necessidade de um esforço prioritário para esse tipo de atividade no planejamento do Uso Público. Por outro lado, merece destaque para essa abordagem um aspecto que é da nossa avaliação técnica, mas teve também uma referência nos comentários de um

entrevistado morador local. Que os ambientes disponíveis para as trilhas, quer porque foram estabelecidos no PM, quer pelas condições de viabilidade de implantação – dificuldades estruturais, custos, etc. – estão de um modo geral disponíveis em outras áreas em propriedades particulares. Isso exige que dois diferenciais façam parte das trilhas do Parque: a interação com a paisagem, que só existe ali, e o forte apoio de instrumental educativo associado às trilhas, que não são alcançados em outras áreas.

e) Que outras atividades, não seriam recomendáveis para o interior do Parque, mas poderiam ser criadas ou fortalecidas nas proximidades?

99

A tendência geral foi a de estimular a instalação de estruturas de hospedagem como campings e pousadas no entorno do Parque, deixando seu interior para atividades de menor impacto. Também estruturas de produção e venda de alimentação, produção e venda de produtos típicos e artesanato e prática de esportes, com ênfase no ciclismo. Na categoria “outros” estão enquadradas as atividades sugeridas por um entrevistado apenas, como construção de condomínios e outros implementos urbanos, atividades envolvendo música, realização de cursos, instalação de empresas de ecoturismo e Educação Ambiental, cavalgadas, capacitação da comunidade do entorno, estacionamento e circulação de veículos, realização de eventos, trilhas de moto, prática de agricultura orgânica e construção de museu.

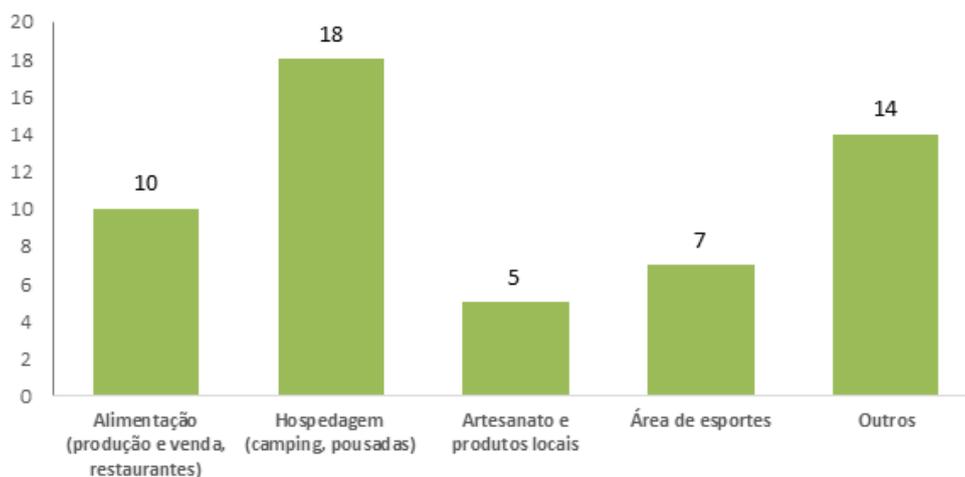


Figura 30 - Atividades recomendadas pelos entrevistados para fora do Parque

Em relação a essa questão, é de extrema importância destacar que o conflito do camping dentro do Parque aponta para um desfecho. Passados os momentos quentes de reação ao fechamento do camping, que foram motivados também por interesses pessoais ou de setores diretamente beneficiados, a sociedade com mais clareza enxerga que hospedagens, tipo o camping, com alto potencial de causar impacto à biodiversidade, devem ser estimuladas no entorno.

A implantação do uso público

100

f) Pensando que o Uso Público no Parque é responsabilidade da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mas que para funcionar bem precisa da ajuda de outros setores, sugira contribuições que cada um poderia dar (Prefeitura, ONGs, DAER, SETUR, Associações ...). Não se esqueça do setor ao qual você está ligado.

A resposta dessa pergunta levantou uma rede de interações, nos níveis municipal, estadual e federal. Essas respostas ajudaram a complementar o desenho de interações elaborado pelo Instituto Curicaca e, junto com ela, serviram de base para o item específico sobre o tema, que apresenta as interações institucionais e as contribuições necessárias de cada uma delas para o bom funcionamento do parque. Por isso, não serão detalhadas nessa seção.

g) As atividades de Uso Público precisarão ser implantadas (investimento) e depois mantidas (manutenção). Considerando o tipo de atividade sugerida, a capacidade do Estado, o interesse e condições do setor privado, os cuidados necessários com a natureza, as condições para o uso por toda a sociedade interessada, qual das opções de funcionamento das atividades você sugere?

A maioria dos entrevistados apontou a opção de funcionamento misto entre a iniciativa privada e o estado. Alguns ainda mencionaram que a concessão deve priorizar as comunidades locais, especialmente as do entorno do Parque.

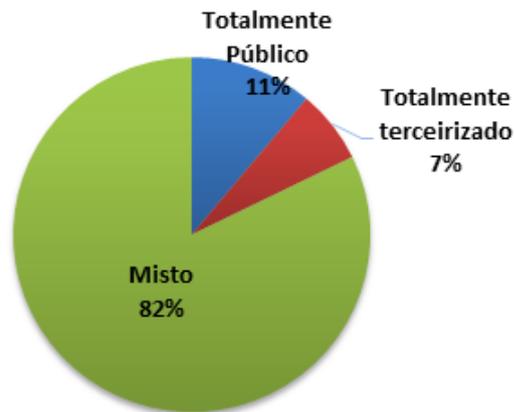


Figura 31 - Formas de operação do Uso Público escolhidas pelos entrevistados

Como ilustração das diferentes opiniões, tomamos as seguintes respostas:

Totalmente privado:

“O governo, na atualidade, é incapaz de manter ordem nos serviços a prestar na Unidade. Já terceirizando, além de as atividades saírem da responsabilidade do governo, teremos geração de emprego local” e “Acredito que as empresas trabalharão melhor porque não são partidários, terão interesse em manter a concessão e lidarão com a estrutura de forma diferente do que o órgão público”.

Todas favoráveis ao Uso Público totalmente público:

“Porque de envolver atividades concessionadas se perde o valor de preservação, o lucro será levado em conta em primeiro lugar”.

“As terceirizações são desastrosas, haja vista a situação de guardas e outros trabalhadores no Parque Estadual de Itapuã, recebendo atrasado, sem equipamentos de segurança, etc.”.

“Terceirização pode acarretar em mau uso do Parque”.

Todas favoráveis ao Uso Público Misto:

“Há atividades que podem perfeitamente ser executadas por setores da sociedade civil, como guiar turistas nas trilhas e nas visitas de escolares ou grupos, serviços de alimentação para os visitantes, livraria. Outras atividades são de responsabilidade do estado: fiscalização, monitoramento, autorização para pesquisas, definição dos usos permitidos, ...”.

“Está cada vez mais claro que o estado não tem capacidade para investimentos. Acredito que a alternativa deva ser público/privado”.

“Sendo uma UC estadual, deve o estado ser o principal responsável. No entanto, a iniciativa privada tem papel fundamental nos investimentos e manutenção”.

“Foi marcado misto pensando que a gestão deve ser da Sema/RS, mas que os serviços podem ser terceirizados, como fornecimento de alimentação para os usuários do Parque.”.

“O Poder Público já demonstrou incapacidade de gestão em áreas de proteção, porém a presença do estado é importante pra manter o caráter público do local”.

“Atividades de recuperação, pesquisa e educação ambiental pelo poder público, mantidos pelas concessões à iniciativa privada das atividades de gastronomia, lazer e hotelaria.”.

“Por acreditar que com o público e a iniciativa privada em parceria é a única forma de acontecer o turismo sustentável”.

“O bom seria o público, mas, dadas as dificuldades na administração do setor, a morosidade, enfim, os problemas já conhecidos, por que não fazer parcerias?”.

h) Caso haja concessões de serviços e atividades dentro do Parque, poderão participar da licitação pública empresas e associações com capacidade para implantá-las e mantê-las. Caso você faça parte de uma, teria interesse? Ou teria alguma(s) para sugerir nesse sentido?

Essa pergunta buscou um esboço preliminar do interesse dos atores locais em concorrer para a concessão das atividades de uso público no Parque. Para essa interpretação, considerou-se dentre o total de atores que responderam ao questionário apenas aqueles que, pelo perfil de identificação, apresentavam potencialidade de empreendedorismo. Cerca de 2/3 dos identificados nesse perfil não manifestaram interesse. Essa análise é ainda muito preliminar, pois o nível de erro pode ser elevado, entretanto, sugere-se que é necessário um esforço de mobilização e de capacitação de empresários e da sociedade organizada local para habilitarem-se as concessões de serviços que serão, possivelmente, oferecidas no Parque.

103

i) Quais os principais cuidados que devemos ter para que o Uso Público não cause prejuízo à natureza protegida no Parque?

Os principais cuidados apontados na entrevista foram no sentido de respeitar o regimento estabelecido para o parque e seu zoneamento adequado, sinalização e orientação clara aos visitantes, respeitar o número máximo de visitantes (capacidade de carga) e realização de um projeto eficiente de comunicação sensibilização com o entorno. Outros cuidados apontados foram que os editais de concessão devem ser bem elaborados, não permitir ruídos no parque, atenção aos resíduos gerados no parque, implantação gradual do Uso Público, Educação Ambiental eficiente com usuários, cobrança de taxa e realização de palestra obrigatória para ingresso no parque e avaliação técnica antes de implementar qualquer atividade.

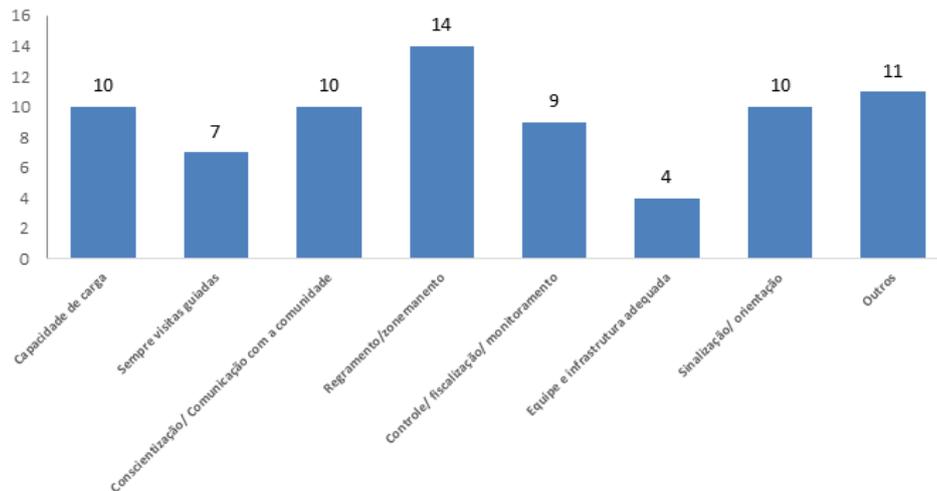


Figura 32 - Principais cuidados sugeridos para a implantação do Uso Público

Para ilustrar esses resultados, são selecionadas as seguintes respostas:

“Estabelecer a capacidade de carga (de visitantes) que os ambientes suportam sem ocorrer grandes alterações, fiscalização e monitoramento contínuos e efetivos de todo o território da UC, trabalhar com a comunidade (especialmente do entorno da Unidade) no sentido de conscientizar sobre a importância da área para a conservação e para a melhoria das condições de vida dela mesma, controlar pesquisas executadas na UC, seguir o Plano de Manejo”.

“Adequação do número de visitantes em relação a carga limite de cada trilha. Cuidado com a devida destinação do lixo dentro e no entorno do Parque. Número suficiente de funcionários para atender os serviços e também para fiscalizar as atividades dentro do Parque”.

“Educar, educar e educar. Modelos proibitivos de Unidades de Conservação nos moldes militares já demonstraram que suficientemente que não funcionam. Se não pode, explique por que. Placas que nada instruem e só proíbem são contradições pedagógicas. Unidades de Conservação precisam ser Unidades de Conscientização”.

“Fortalecer a equipe de funcionários do Parque e a infraestrutura mínima, dar suporte para programas de interação com a comunidade”.

De um modo geral, o conjunto de opiniões a esse respeito reforça a ideia de que o Uso Público, se não bem planejado e adequadamente gerido pelo poder público responsável pela Unidade de Conservação e pela proteção da biodiversidade em seu interior, pode ser um problema. Um exemplo interno é a situação histórica do camping dentro do Parque, cujo funcionamento causou diversos impactos ambientais, e que será mais bem discutido em item específico.

105

As interações com o Parque

j) Que outras opções de turismo ecológico, rural, cultural, já em funcionamento na região, poderiam fazer parte de um conjunto maior ao qual o Parque estaria integrado? Por exemplo, trilhas, outras Unidades de Conservação com Uso Público, museus etc.

A resposta dessa pergunta apresentou muitas opções de turismo, tanto em Torres como no entorno. Essas respostas ajudaram a complementar o desenho de oportunidades turísticas na região, elaborado pelo Instituto Curicaca, e, junto com ela, completaram o item específico sobre o tema, que aponta as interações turísticas existentes e potenciais. Por isso, não serão detalhadas aqui. De maneira geral, os passeios mais mencionados pelos entrevistados foram o Parque da Guarita, os cânions de Aparados da Serra e a Ilha dos Lobos, nessa ordem.

Outras manifestações pertinentes

Nesse espaço apontamos outras manifestações ou sugestões dadas ao longo do questionário que julgamos pertinentes de registro. São elas:

“Maior divulgação da UC para moradores locais e turistas, evitando que os mesmos causem impactos sem saber que estão dentro de uma

UC. Exemplos: folders, palestras, placas, vídeos nas escolas e para Secretarias de Turismo, Educação, Cultura, etc. Manter páginas eletrônicas. Promover concursos de fotografia e outras atividades semelhantes que divulguem a UC e que possa até gerar renda: como venda de calendário com fotos ou agendas, onde o dinheiro é revertido diretamente para a UC. Criar associação de amigos do parque, criar fundo específico para o parque que pode ser gerenciado pela associação ou conselho consultivo.”;

“[o Parque] Está há muito tempo desativado e estamos atrasados, muito bom o início do Plano”;

“O Pup deve integrar a população residente e visitante com a UC”;

“Falta turismo na região, mas um turismo diferenciado: não é estacionar um carro, é no dia que não dá praia, dá trilha”;

“Sobre a fiscalização dos guardas que cuidam do mesmo, não apresentam condições de exercer essa função, pois estão despreparados para tratar as pessoas como cidadãos que sempre respeitaram e preservaram a referida área”;

“O Parque é estadual, porém a população de Torres precisa entender, se apropriar e usar esse patrimônio natural e também como retorno financeiro. O turista que virá até Torres deixará recursos financeiros. Educação forte e direcionada”;

“Considero vital uma via ecoturística externa ao Parque, na sua face norte, separando o parque de edificações já existentes. A via permitiria vigilância dos limites do parque e apreciação turística daquela paisagem, hoje obstruída por edificações;

“muito cuidado nessa construção, a comunidade tem que fazer parte do processo, o Parque é considerado um vilão no desenvolvimento de

Torres a grande missão é mostrar à comunidade que temos um parque que pode ser a salvação de Torres na baixa temporada atraindo visitantes do mundo inteiro”;

“Desconheço envolvimento da comunidade do entorno (limite norte) neste processo. Vejo que a pressão na regularização fundiária que ocorre no entorno a décadas deverá ser melhor tratada, do contrário estaremos criando crianças ‘raivosas’ com a natureza, onde temos ameaças de desapropriações e muita informação falsa no que tange o meio político. Repito, a comunidade do entorno, principalmente a do limite norte deverá ser a mais ‘prejudicada’, as ações devem ser vistas por ‘todos’ no bairro e ainda está muito distante da clareza necessária para a aceitação da comunidade”.

Questionário 2 - Turistas e Visitantes

Caracterização do entrevistado

Esse questionário buscou complementar o diagnóstico, com a visão de pessoas que visitam Torres e que são potenciais usuários do Parque, especialmente nos meses de verão. Foram entrevistadas 23 pessoas, predominantemente de cidades do Rio Grande do Sul (19 entrevistados), dois de SC, um do RJ e um da Argentina, divididos nas seguintes faixas etárias:

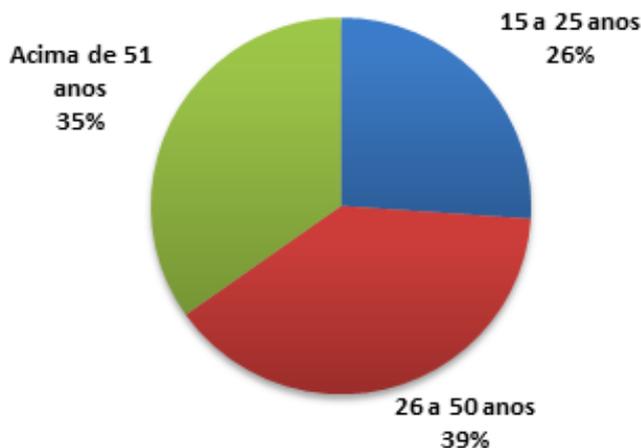


Figura 33 - Faixa etária dos veranistas, turistas e visitantes entrevistados

Dos entrevistados, pouco mais da metade se enquadrava na categoria “Visitante”, aquele que passa de 1 a 3 dias e se orienta pela curiosidade de cidade. As outras categorias consideradas foram de “Turista”, que passa menos que 7 dias na cidade e decide quanto tempo ficar e o que fazer pelas opções turísticas existentes, “veranista de período”, que fica de 7 a 15 dias e hospeda-se em hotel, e “veranista de temporada”, que passa de 15 a 90 dias no verão, possui ou aluga residência”.

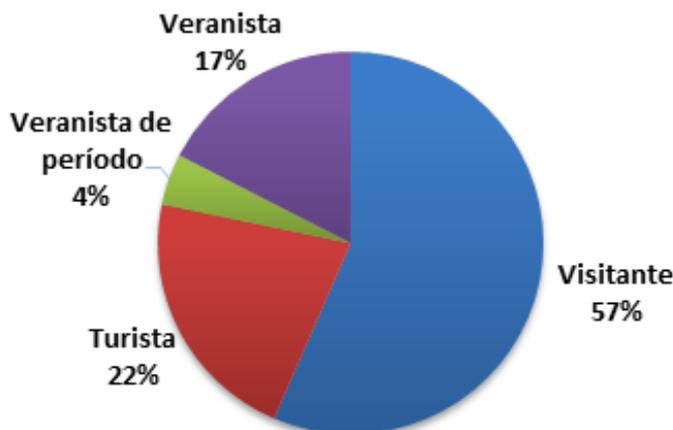


Figura 34 - Distribuição na categoria de entrevistados (veranistas, turistas e visitantes)

Quando questionados sobre o que gostam de fazer em Torres, 16 responderam gostar de ir à praia, 10 disseram gostar de ir ao Morro e/ou Parque da Guarita e 4 falaram no Festival de Balonismo. Outras atividades mencionadas foram: caminhar,

andar de bicicleta, conhecer, passear, descansar, ir a restaurantes, passear no comércio e pescar.

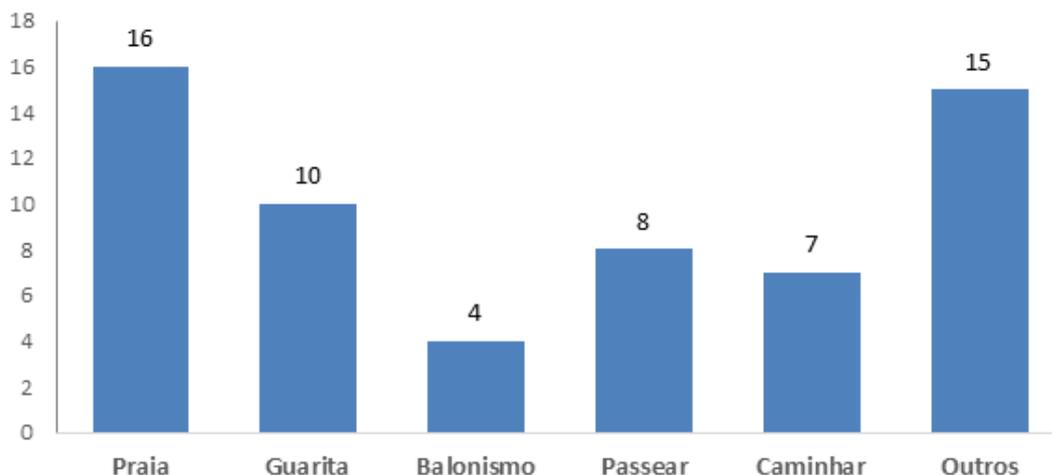


Figura 35 - Preferência dos veranistas, turistas e visitantes quando vêm à Torres

Interação do entrevistado com o Parque

Quanto ao Parque de Itapeva, 13 pessoas (56,5%) não o conhecem. Entre as que disseram conhecê-lo, no entanto, foi frequente a confusão referindo-se ao Parque da Guarita ao responder a pergunta, aspecto que foi identificado no desdobramento da conversa. Evidentemente, no momento atual em que o Parque está parcialmente fechado ao público, não há porque se fazer uma divulgação aos turistas e veranistas sobre a sua existência. Entretanto, pode haver aqui um indício de que é necessária uma maior divulgação da existência do Parque para esse usuário potencial.

Interações com ecoturismo, com o entorno de Torres e suas necessidades

No quesito experiência e interesse em atividades de ecoturismo, 16 (69,6%) visitam ou já visitaram parques e reservas, sendo os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral os mais mencionados, com oito citações. No entanto, 87% disseram não ter costume de ir a outros municípios do entorno de Torres à procura de atividades ecoturísticas.

Sobre a demanda por atividades quando visitam parques naturais, como no questionário anterior, os entrevistados apontaram as trilhas como principal atração.

Na categoria “outros” se enquadram cavalgadas, palestras, tranquilidade, aproveitar a natureza, bicicleta e atividades mais radicais como tirolesa.

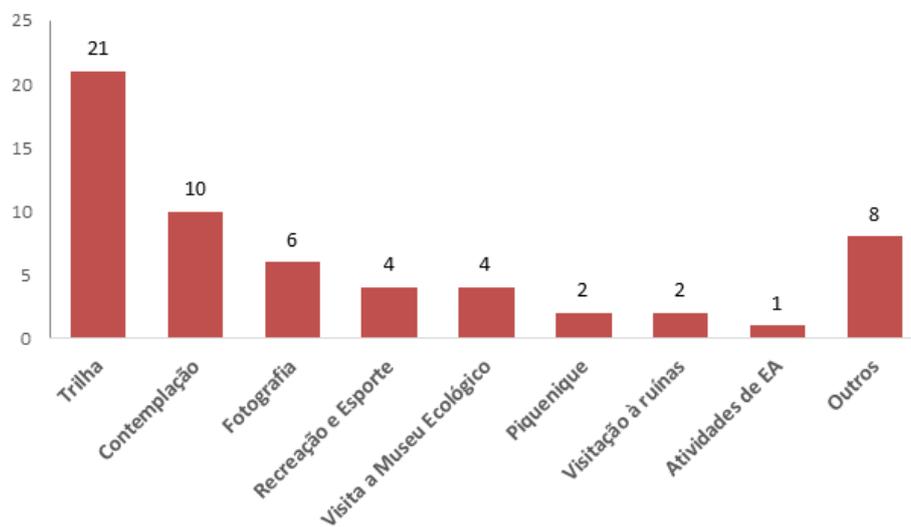


Figura 36 - Demandas dos veranistas, turistas e visitantes entrevistados para um Parque

Quanto à expectativa de infraestrutura nos parques, por parte do visitante é bem baixa, muitos disseram que não precisa muito além de um banheiro (73,9%), lanchonete (47,8%) e/ou espaço para piquenique (21,7%) e sinalizações e painéis ambientais (39,1%). Além do citado no gráfico acima foram mencionados: acessibilidade, pontos para descanso com sombra e água, lixeiras, bancos, área para churrasco e hotel.

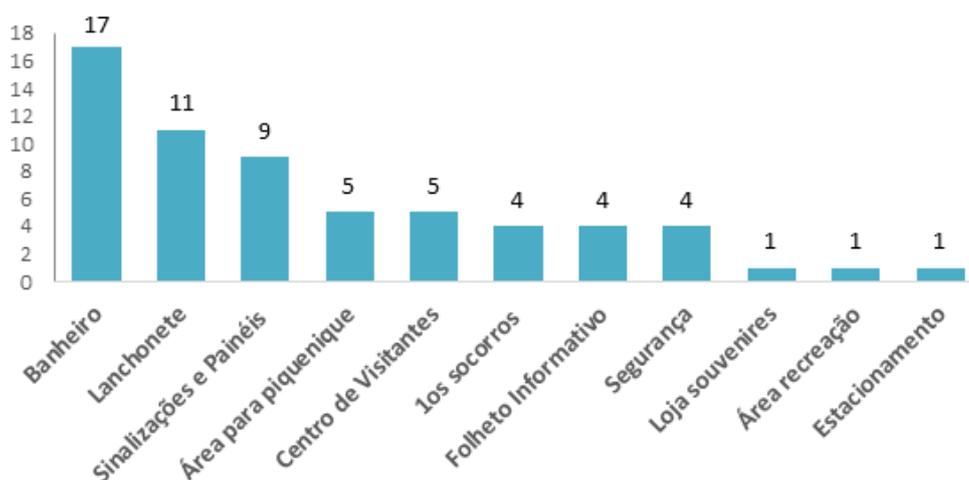


Figura 37 - Necessidades de apoio no Parque apontadas por veranistas, turistas e visitantes

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



Há aqui um indicativo que se alia à proposta do Instituto Curicaca e de participantes das oficinas, em fortalecer a identidade do Parque com o ecoturismo. Os investimentos em infraestrutura de apoio demandados seriam de caráter básico e poderiam ser supridos com infraestruturas mais simplificadas e de menor custo, desde que mantidas as qualidades para a satisfação do usuário.

Levantamento das interações turísticas

O levantamento de interações turísticas considerou, inicialmente, apenas os municípios previstos no Termo de Referência. No entanto, esse levantamento foi expandido de acordo com o seu andamento. Foram considerados onze municípios que possuem, ou podem possuir, relação com o turismo no Parque Estadual de Itapeva. São eles: Capão da Canoa, Torres, Dom Pedro de Alcântara, Maquiné, Mampituba, Morrinhos do Sul, Passo de Torres, Cambará do Sul, Praia Grande, Arroio do Sal, Três Cachoeiras. Além disso, alguns municípios e/ ou atividades foram incluídos na categoria “Outros”. A análise resultou em um diagrama da (Anexo 4 – Diagrama em tamanho A3), que apresenta os municípios e potencialidades turísticas de integração com o Parque Estadual de Itapeva. Cabe ressaltar que, nessa análise, não foram consideradas as condições de operação de cada um desses atrativos, apenas o potencial turístico e uma análise da situação do turismo no município de um modo geral.

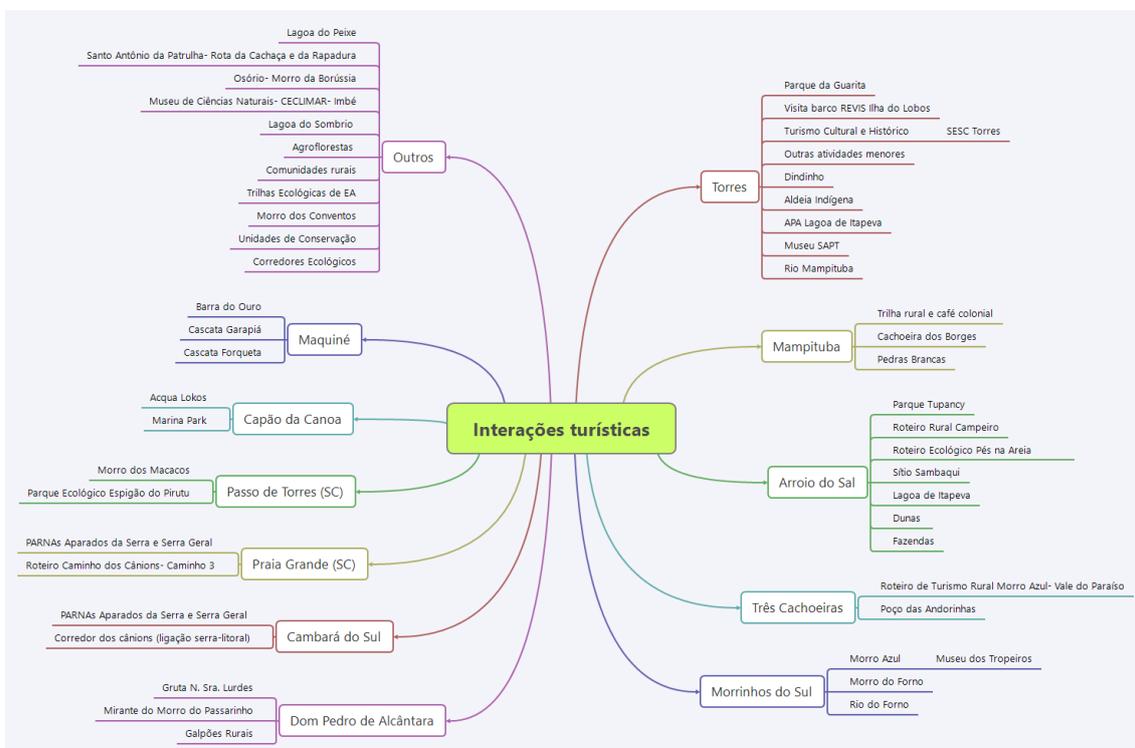


Figura 38 - Mapeamento das interações turísticas potenciais

Roteiros integrados existentes

Buscou-se diagnosticar a existência de roteiros que abrangessem um ou mais municípios da região considerados como prioritários para a integração com o Uso Público no Parque Estadual de Itapeva. Para tal, foi feita a busca on-line nos sites oficiais de turismo e de agências de turismo de maior porte. Optamos por considerar apenas os roteiros divulgados por órgãos públicos e associações de entidades públicas, evitando dar ênfase para produtos de uma ou outra agência privada.

113

Roteiro do Litoral Norte Gaúcho

Segundo a Secretaria Estadual de Turismo, o “Roteiro do Litoral Norte Gaúcho”⁴ é composto de ecoturismo, trilhas ecológicas em encostas e cachoeiras, observação de aves e turismo de aventura. Um destaque é dado para o conjunto de quarenta e seis lagoas do cordão lagunar e a faixa litorânea, como importantes belezas naturais. Além disso, a região tem oportunidades de turismo rural, incluindo visita a engenhos, alambiques e moinhos antigos e casarios açorianos. O roteiro menciona diversos municípios, dentre eles Torres, Arroio do Sal, Dom Pedro de Alcântara, Mampituba, Morrinhos do Sul e Três Cachoeiras, que foram considerados dentro o diagnóstico de potencialidades para integração.

Nos destaques do roteiro há também uma referência ao Parque das Dunas, que possivelmente trata-se do Parque Estadual de Itapeva. É necessária a solicitação de correção dessa informação, bem como seria recomendável a inserção de um parágrafo com destaque para o Parque Estadual de Itapeva, seus atrativos naturais, visitação pública e serviços de ecoturismo disponíveis, quando esses estiverem implantados.

A fotografia utilizada na apresentação do roteiro também remete para o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, que é bem mais conhecido como atrativo natural do que o ambiente do Litoral Norte, o que não ajuda na sensibilização para a região onde está inserido. Uma recomendação para o futuro, é que seja criado na SETUR um roteiro específico para o Parque Estadual de Itapeva e interações turísticas regionais, onde

4 SETUR - Roteiro do Litoral Norte Gaúcho. In <http://www.turismo.rs.gov.br/roteiro/28/rota-litoral-norte-gaucha>. Acessado em 11 de julho de 2016

possa haver a construção de uma identidade mais própria, com as especificidades naturais e culturais que só são encontradas aqui. Na prática, o Roteiro Litoral Norte é muito amplo e não tem uma apresentação adequada para orientar os turistas nas suas escolhas de visitação.

Rota Açoriana

Outra forma de divulgação dos atrativos turísticos que abrangem a região desse diagnóstico é a “Rota Açoriana”⁵, uma página da internet que compila atrativos naturais, culturais, prática de esportes e outros. Abrange também os municípios de Arroio do Sal e Torres, associando-os no mesmo conjunto em que estão Capão da Canoa, Capivari do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Tavares. A iniciativa, apoiada pela AMLINORTE- Associação dos Municípios do Litoral Norte -, apresenta atrativos e algumas informações e contatos para realização das atividades, no entanto, não possui roteiro consolidado, devendo o interessado realizar buscas por conta própria.

O site cria uma confusão ao incluir Torres e Arroio do Sal numa rota açoriana, porque os municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas são os que realmente possuem uma forte identidade com a cultura portuguesa, mantendo hábitos culinários e festivos com essa origem. Enquanto Torres e Arroio do Sal são frutos de uma mistura cultural com forte influência alemã e traços culturais portugueses trazidos pelas ocupações militares do Império Português.

Novamente temos um problema de identidade turística, onde um todo muito grande é agrupado dentro de um contexto natural e cultural muito diverso. A forma como está apresentado esse roteiro também aponta para a necessidade de criação de um roteiro específico para o Parque Estadual de Itapeva e interações turísticas regionais

5 AMLINORTE – Rota Açoriana. In <http://www.rotaacoriana.com.br/index.php>. Acessado em 11 de julho de 2016.

Roteiro Caminho dos Cânions

Outra iniciativa, que pertence ao Estado de Santa Catarina, é o “Roteiro Caminho dos Cânions”⁶. Na sua apresentação inicial, inclui duas opções de rotas, uma associada aos Cânions dos Campos de Cima da Serra, que destaca o Rio Grande do Sul e o município de Praia Grande, outra associada ao Litoral, que destaca o município de Passo de Torres e as belezas das dunas, lagoas e das faixas de praia arenosas e longas.

A apresentação do Roteiro é imensamente melhor do que a maneira como os outros dois roteiros são apresentados e serve de referência e ao mesmo tempo de vergonha para a organização do turismo no Rio Grande do Sul. Há duas entradas pelo site que se relacionam com a integração do Parque Estadual de Itapeva e os atrativos regionais. Uma pela cidade de Praia Grande e outra pela cidade de Passo de Torres. Em cada link por cidade apresenta uma informação completa do que fazer no âmbito de ecoturismo, eventos, compra de artesanato, mas há uma carência de informações de apoio ao turista, como hospedagem e alimentação.

Além disso, o site permite fazer buscas específicas por interesse em atividade, ou seja, no subcampo “Ecoturismo e esporte de aventura” encontram-se orientações de onde fazer trilhas ecológicas, rafting e canoagem, arborismo, entre outros. No subcampo “Praia e natureza” encontram-se orientações para praias, cachoeiras e outros recantos e assim por diante.

Atrativos naturais e culturais potenciais para comporem futuros roteiros

Além das praias, o Litoral Norte possui um potencial ainda pouco explorado relacionado ao turismo ecológico, rural, histórico e cultural. O Instituto Curicaca fez esse levantamento para o projeto dos Microcorredores Ecológicos de Itapeva⁷ (2007-2010), que inclusive apontou o desenvolvimento do turismo sustentável como uma

6 GOVERNO DE SANTA CATARINA. Roteiro caminho dos cânions. In <http://turismo.sc.gov.br/destinos/caminho-dos-canions/> Acessado em 5 de junho de 2016

7 BOHRER, Patrícia Vianna; KROB, Alexandre José Diehl. Levantamento e descrição inicial dos bens culturais imateriais da área de abrangência do projeto Microcorredores Ecológicos de Itapeva: **Relatório técnico. Porto Alegre: Instituto Curicaca, 2007. 27p.** In http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/curicaca/usu_doc/bohrer_patrim_cult_imaterial.pdf Acessado em 14/7/2016

alternativa importante de geração de renda para as comunidades locais, principalmente o turismo de base comunitária, integrando os atrativos naturais e culturais. O próprio documento final do projeto dos Microcorredores Ecológicos fala do papel das Unidades de Conservação como “*polo de integração com roteiros turísticos em atrativos naturais e culturais do entorno*”. Ao todo, o diagnóstico realizado naquela época analisou 19 atrativos naturais da região e ainda 19 atrativos culturais, estes divididos em Saberes, Formas de Expressão, Lugares e Celebrações. Para que esses atrativos possam vir a integrar futuros roteiros há uma série de necessidades de atuação do poder público para atingir as condições mínimas necessárias ao atendimento do turismo e estabelecer condições de sustentabilidade ambiental e econômica de médio e longo prazo para os proprietários e portadores.

Atrativos culturais

A região do Litoral Norte é o retrato de uma mistura de culturas que, em diferentes momentos históricos, se estabeleceram na região. Muitas comunidades ainda preservam as características de outros tempos.

Em relação aos atrativos culturais, no município de Torres destacam-se o artesanato com fibras naturais, os engenhos de farinha e as festas religiosas. Em Dom Pedro de Alcântara, manifestações do Terno de Reis, alambiques de cachaça, a gruta de Nossa Senhora de Lourdes e conhecimentos, danças e tradições ligados à origem alemã de seus moradores. Em Arroio do Sal, os engenhos de farinha e o artesanato, e algumas pessoas que no passado praticavam o Terno de Reis. Em Mampituba, alguns alambiques de cachaça, a maioria já alterada por inovações tecnológicas e degradada no aspecto cultural. Em Três Cachoeiras o destaque é a localidade de Morro Azul, com seus atrativos naturais e culturais, já englobada em um roteiro de ecoturismo “Vale do Paraíso- Morro Azul”.

Os bens culturais identificados, em grande maioria constituem um rico e diversificado conjunto de oportunidades desvalorizadas. Com raras exceções, não estão aptos a integrar um roteiro de ecoturismo ou de turismo cultural antes que um esforço significativo seja feito em qualificação dos proprietários e portadores do bem e de organização para o atendimento aos turistas nas condições de regularidade e

qualidade necessárias para a implantação de roteiros. A região também é muito rica em vestígios arqueológicos. Nas dunas dos municípios de Arroio do Sal – localidade de Marambaia e Balneário Atlântico - e Torres são encontrados diversos sambaquis, amontoados de conchas calcificadas que foram simbolicamente preparados por populações pré-históricas, conhecidos como sambaquianos, que habitaram a região entre 4.000 e 2.000 anos atrás. O Parque Estadual de Itapeva abriga alguns sambaquis, mas como nele também são encontrados vestígios de duas outras populações que ocuparam a região, os indígenas e os colonizadores portugueses, o local é considerado um importante sítio arqueológico no Rio Grande do Sul e esse significado merece destaque no planejamento do uso público.

Também é importante o patrimônio edificado da região. O principal deles, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Estadual – IPHAE – é a Igreja Matriz de São Domingos⁸, localizada na Praça Marechal Floriano Peixoto, no Centro da cidade de Torres, cuja edificação iniciou em 1819. O prédio sofreu intervenções de restauração recentemente. No entorno da igreja podem ainda ser encontradas algumas casas coloniais que não têm sido adequadamente cuidadas como patrimônio edificado. Na área rural de municípios vizinhos é encontrado um rico conjunto de galpões rurais, que se constituem em engenhos, alguns ainda movidos a boi. Como patrimônio cultural edificado, o levantamento dos Microcorredores Ecológicos de Itapeva identificou com destaque o conjunto de Galpões Rurais de Dom Pedro de Alcântara, conjunto arquitetônico da Vila de Morro Azul, em Três Cachoeiras e o conjunto de pinguelas do Rio do Forno em Morrinhos do Sul.

Há ainda na região dois territórios culturais que merecem destaque. A Reserva Indígena do Campo Bonito, em Torres, e o território do Quilombo São Roque⁹, nos municípios de Mampituba (RS) e Praia Grande (SC), localidade de Pedras Brancas.

8 IPHAE – Igreja Matriz de São Domingos. In <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15718> Acessado em 4 de junho de 2016.

9 COMUNIDADE QUILOMBO SÃO ROQUE. In <https://www.facebook.com/Comunidade-Quilombola-S%C3%A3o-Roque-SC-620225804693692/>. Acessado em 6 de maio de 2016.

Ambas serão detalhadas mais adiante ao se tratar das interações turísticas com os municípios.

Atrativos naturais

Quanto aos atrativos naturais, todos os municípios citados estão na região do bioma Mata Atlântica e, mais do que isso, de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica¹⁰, que é um território reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - Unesco- e possui visibilidade e atratividade próprias ainda não aproveitadas para o ecoturismo e turismo cultural no Rio Grande do Sul. A região tem uma importância ecológica diferenciada, conhecida como Porta de Torres, território definido pelo naturalista Padre Rambo como a porta de entrada da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul. Além disso, constitui-se o maior conjunto de Unidades de Conservação próximas ou justapostas no Rio Grande do Sul, o que orientou os esforços atuais do Instituto Curicaca e da Rede de Áreas Protegidas do Litoral Norte para o reconhecimento do Mosaico Porta de Torres.

Como possibilidades de turismo ecológico e de aventura, existem muitos atrativos naturais ainda pouco (ou nada) explorados. Entre os ambientes com destaques regional, ou seja, cujos principais remanescentes do Litoral Norte podem ser encontrados nas imediações do Parque Estadual de Itapeva, estão as dunas de Itapeva e de Arroio do Sal, as matas paludosas de Dom Pedro de Alcântara e Morrinhos do Sul, os butiazais, os morros testemunhos das guaritas e a Ilha dos Lobos, todos em Torres, e os marismas do Rio Mampituba no lado de Passo de Torres (SC).

Muitos pequenos atrativos, que não são individualmente um patrimônio significativo da região, mas que no conjunto oferecem grande potencialidade para pequenas iniciativas de ecoturismo estão em escala municipal e foram descritos no diagnóstico dos Microcorredores Ecológicos. Dentre eles estão banhados ao longo da estrada do mar e no balneário Salinas, ninhal de garças no Arroio Seco e na lagoa do Pérola (todos em Arroio do Sal), mata do morro dos Leffas (Dom Pedro de Alcântara),

¹⁰UNESCO. World Network of Biosphere Reserves (WNBR). In <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves/world-network-wnbr/>. Acesado em 12/7/2016

cavernas e formação Pedras Brancas, rio da Panela e Cascata dos Borges (em Mampituba), morro do Coco e morro do Forno (Morrinhos do Sul), banhados próximos à ULBRA, dunas em área de urbanização não consolidadas nas praias ao sul, orla e testemunho rochoso da separação de continentes no Parque da Guarita (Torres), e poço das Andorinhas (Três Cachoeiras). O levantamento realizado pelo Instituto Curicaca para o Microcorredores Ecológicos de Itapeva destacou 19 atrativos, sendo a maior parte lugares para desfrutar de experiências em um ambiente natural (tipo ambiente), ou apreciar uma bela paisagem (tipo paisagem), mas também foram encontradas duas quedas d'água, uma Furna e duas praias menos antropizadas. Esse conjunto precisa receber cuidado em conservação e valorização dos serviços ecossistêmicos que proporcionam, pois são fragmentos que associados ajudam a dar significado de local rico em natureza para a região do entorno do Parque Estadual de Itapeva. Descrevemos a seguir alguns dos que merecem maior destaque.

Conjunto de dunas

As Dunas de Balneário Atlântico são, provavelmente, a maior formação de dunas móveis da região, depois do Parque Estadual de Itapeva, vem sofrendo muitos impactos. Segundo o levantamento, há interesse da comunidade e poder público de preservar a área para o turismo ecológico. É muito importante que seja formalizado como atrativo turístico e tenha medidas de proteção asseguradas, bem como normas de utilização, tais como, definição de trilhas e capacidade de carga, evitando interferir na dinâmica de fixação das dunas e nos processos ecológicos deste ecossistema. Estão muito próximas do Parque Natural Municipal Tupancy e poderiam ter uma gestão mais adequada a partir das diretrizes para a sua zona de amortecimento. As dunas e banhados do Marambaia, ao sul de Arroio do Sal, associados ao sítio sambaqui, possuem um potencial para visitas educativas especialmente sobre sucessão ecológica. Possui capacidade de integração a um roteiro, desde que respeitadas normas como capacidade de carga. As dunas, matas de restinga e ambientes aquáticos da Lagoa de Itapeva, em Arroio do Sal e Torres, estão em parte localizadas na Área de Proteção Ambiental Municipal Lagoa de Itapeva, cujo gestor é o município de Torres. Constituem um cordão às margens da Lagoa de Itapeva, no fundo de fazendas que saem da Estrada do Mar e se estendem até a margem da lagoa. Muitas delas são

cobertas por mata de restinga arenosa, com diferentes graus de antropização devido à agricultura, plantios de eucalipto, pecuária e, mais recentemente, pelo avanço de condomínios.

Conjunto de áreas úmidas

As áreas úmidas mais importantes da região são as matas paludosas. Um remanescente significativo encontra-se dentro do Parque Estadual de Itapeva, na sua porção mais central, visível da Estrada do Mar, da Estrada de Acesso e de cima das dunas altas. O remanescente mais significativo está na Lagoa do Morro do Forno, localizada na divisa entre os municípios de Dom Pedro de Alcântara e Morrinhos do Sul. A área pode ser acessada pela Estrada da Gruta (não pavimentada) e uma ótima visão de paisagem da mata e banhados associados está a apenas 23 km do Centro de Torres, num deslocamento de 20 minutos com carro. A vista inclui matas de restinga do sul da lagoa e também a Encosta da Serra. É possível a observação de diversos ambientes que fazem parte da sucessão ecológica. Tem potencial para passeios de caiaque pelo Rio das Pacas para observação de avifauna.

120

Outro conjunto de áreas úmidas está no Pontal da Lagoa de Itapeva, acessíveis de duas formas, a cavalo ou de barco. No entanto, este roteiro está atualmente desorganizado. A área é uma ótima opção para a prática de atividades aquáticas, como o caiaque para observação de avifauna ou passeios de barco pela lagoa, por exemplo. Partes da lagoa, acessíveis pelas fazendas, eram oferecidas no roteiro de “Turismo Rural Campeiro” do município de Arroio do Sal, implantado com a ajuda da EMATER, com visita a cavalo a partir de fazendas que o integravam, mas que se encontra em condições instáveis de funcionamento, segundo informações da Prefeitura Municipal e levantamentos de campo.

Outros atrativos naturais distribuídos na região

- Vista do Morro da Boa Vista, em Dom Pedro de Alcântara: possui vistas da região litorânea, da cidade de Torres, lagoa do Jacaré, lagoa de Itapeva, morro do Belizário, morro São Braz, entre outras paisagens. Além disso, conta com instalações rurais no seu entorno. Esse atrativo já é reconhecido e divulgado pela prefeitura como ponto turístico, embora não haja muita sinalização para chegar.

Uma opção é vincular a visita a aspectos culturais da região, como alambiques e engenhos de açúcar.

- Cachoeira Poço das Andorinhas: no vale do rio Terra, em Três Cachoeiras, possui duas quedas d'água com poços profundos, propícios para banho. Existem trilhas a partir de um estacionamento, e a área já é bastante utilizada, especialmente no verão. A prefeitura e a comunidade local reconhecem a área como um ponto turístico da região e há que se tomar cuidados com o uso intenso e não sustentável.
- Pedras Brancas, em Mampituba: O rochedo de 720 metros de altitude está localizado no oeste da Serra do Silveirão. Pode ser observado a partir de uma estrada em Praia Grande (SC), atravessando para o lado do RS, há uma trilha de cerca de 01h30min, que leva ao topo do morro das Pedras Brancas. Há um platô para observação da rocha e, no topo, vistas da planície costeira e encosta da serra. Esse atrativo também integra roteiros ecoturísticos locais nos municípios de Praia Grande e Cambará do Sul e em alguns pontos já é observado o reflexo do uso intenso. Também é divulgado como atrativo no site da Secretária Estadual de Turismo e é operado pelas agências Cânions do Sul, Cânions e Peraus e Na Trilha dos Cânions (esse último menciona que a saída do passeio é realizada na comunidade quilombola de São Roque). A agência Verdes Cânions diferencia o passeio em duas trilhas: Trilha da Pedra Branca (cuja caminhada inicia também em São Roque, possui parada para banho e termina na casa de moradores locais) e Vale da Pedra Branca (inclui parada em propriedade agroecológica produtora de açaí jussara, engenho artesanal de cana e açúcar, banho em piscina natural e também termina na propriedade de moradores quilombolas).
- Rio Mampituba: muito propício para a realização de passeios de barco, que podem iniciar nos moles de Torres e seguir em direção à nascente. Próximo à foz, existem áreas úmidas chamadas de marismas, onde se pode avistar caranguejos e aves. Há também duas grandes ilhas e a RPPN Recanto do Robalo. O rio ainda não faz parte de nenhum roteiro de ecoturismo, mas é bastante utilizado pela comunidade local para lazer, principalmente para pesca esportiva, e possui um passeio de barco, operado pela empresa Marina Barcos, que passa pelo Mampituba.

- Cachoeira dos Borges: em propriedade particular no vale do rio da Invernada, em Mampituba. Cercada por uma área de mata nativa, essa cascata possui infraestrutura para camping e já integra um roteiro ecoturístico da agência Pedra Afiada e Expedição Caá-etê Ecoturismo. Também é operado pelas agências Cânions do Sul e Na Trilha dos Cânions.

Embora haja este amplo conjunto de atrativos naturais e culturais na região distribuídos por vários municípios, apenas dois roteiros municipais consolidados foram encontrados ao longo desse diagnóstico e apenas um deles está em pleno funcionamento. O “Roteiro de Turismo Rural Vale do Paraíso- Morro Azul”, no município de Três Cachoeiras, e o “Roteiro de Turismo Campeiro”, no município de Arroio do Sal, este último atualmente desestruturado. Ambos serão mais bem descritos no item sobre os municípios.

122

Outras Unidades de Conservação para Uso Público

Na região do Litoral Norte, nas proximidades do Parque Estadual de Itapeva, estão localizadas diversas Unidades de Conservação que, juntamente com ele, fazem parte da proposta de reconhecimento do Mosaico Porta de Torres encaminhada pelo Instituto Curicaca. Num raio de 30 km encontramos o Refúgio da Vida Silvestre Ilha dos Lobos, a Área de Proteção Ambiental Municipal Lagoa de Itapeva, o Parque Natural Municipal Tupancy, os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, a Reserva Particular de Proteção da Natureza Mata do Professor Baptista e a Reserva Particular de Proteção da Natureza Recanto do Robalo.

- Parques Nacionais (PARNA) de Aparados da Serra¹¹⁻¹² e da Serra Geral¹³: Embora legalmente sejam duas Unidades de Conservação, são geridas de forma conjunta como se fossem uma só. O PARNA de Aparados da Serra foi criado em 1959 e respectivamente. Abrangem os municípios de Praia Grande e Jacinto Machado (SC)

¹¹ICMBio. Parque Nacional de Aparados da Serra. In <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-de-aparados-da-serra> Acesso em 5/7/2016

¹²ICMBio. Parque Nacional de Aparados da Serra. In <http://www.icmbio.gov.br/parnaaparadosdaserra/> Acesso em 5/7/2016

¹³ICMBio. Parque Nacional da Serra Geral. In <http://www.icmbio.gov.br/portal/parna-da-serra-geral> Acesso em 5/7/2016

e Cambará do Sul (RS, sede principal do Parque). Parques criados separadamente, mas contíguos e administrados em conjunto, com a mesma equipe gestora e mesmo Conselho Gestor. Juntos possuem 30.400 hectares, em área de formação geológica da Serra Geral e de floresta de araucárias (Mata Atlântica), localizados entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. É um cenário internacionalmente conhecido por sua beleza cênica, que inclui os cânions (sendo o Itaimbezinho o mais visitado), vales, trilhas, rios e cascatas. É o destino ecoturístico mais consolidado e procurado por visitantes no Rio Grande do Sul. A visitação pode ser feita o ano todo. Os Parques estão abertos o ano todo. Para o Parque Nacional de Aparados da Serra os ingressos são de R\$ 15,00 para estrangeiros, R\$ 8,00 para brasileiros e menores de 12 e maiores de 60 anos são isentos. O estacionamento custa R\$ 5,00 para carros, R\$ 10,00 para ônibus e R\$ 3,00 para motos. O Parque possui três trilhas em funcionamento: a Trilha do Vértice, cuja entrada pode ser feita das 8- 17 horas (permanência até as 18h), de 3ª a domingo (abre 2ª em datas comemorativas, feriados, etc); a Trilha do Cotovelo, cuja entrada é até as 15 horas; e a Trilha do Rio do Boi, cuja entrada até as 13 horas. As Trilhas do Vértice e do Cotovelo são de baixo nível de dificuldade, em terreno plano, com 870 metros e a segunda com 2700 metros. A Trilha do Rio do Boi é de médio nível de dificuldade e só pode ser feita com condutor local de ecoturismo especializado. No início segue por trilha em meio a vegetação e depois toma um misto de caminho por terreno pedregoso com diversas cruzadas de uma margem a outra do Rio do Boi até chegar a parte em que está cercada pelos paredões de pedras e alcança cachoeira. Ida e volta pode demorar 4 a 5 horas, dependendo do ritmo do grupo, e necessita de lanche, água, calçados e roupas adequadas. O Parque Nacional Serra Geral é aberto ao público de segunda a domingo, das 08h00 às 17h00 e de 08h00 às 18h00 em período de vigência do Horário de Verão. É permitida a permanência até uma hora após o fechamento do portão de acesso e a entrada é gratuita. É possível caminhar mais livremente pela área, mas possui duas trilhas comumente usada pelos condutores locais de ecoturismo, a Trilha da Cachoeira do Tigre Preto e da Pedra do Segredo e a Trilha do Canion Fortaleza, ambas com baixo nível de dificuldade.

- Refúgio da Vida Silvestre (REVIS) da Ilha dos Lobos¹⁴: Unidade de Conservação federal, criada em 1983, com a categoria de Reserva Ecológica, alterada para REVIS em 2005. Possui 142,39 hectares e é a única UC marinha localizada no estado do RS e principal ponto de parada de pinípedes (leões e lobos marinhos) na costa brasileira. Seu objetivo é *“preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades controladas de educação ambiental, recreação e turismo ecológico”*(Brasil, 2005). Sua gestão é responsabilidade do ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Atualmente a visitação na ilha só é permitida através dos passeios de barco, realizados pela empresa Barcos Marina, que saem dos molhes do rio Mampituba, em Torres. Não são permitidas aproximações do barco à ilha e o desembarque. São oferecidos dois passeios envolvendo a UC: um que vai à ilha e retorna ao píer (com duração de 45 minutos e custo atual de R\$ 50,00 p/ pessoa) e outro conjugado com o Parque da Guarita (duração aproximada de 75 minutos e custo atual de R\$ 70,00 p/ pessoa). O passeio de barco já é atividade bastante consolidada em Torres, atraindo um público, especialmente durante o veraneio. Entretanto, em 2017, deverá ser iniciada a elaboração do Plano de Manejo do Refúgio, o que poderá trazer outras interações com o uso público e mesmo alterar as atualmente existentes, já que não são regulamentadas. Essa atividade de turismo na natureza deverá ser uma das mais importantes integradas ao Parque Estadual de Itapeva.
- Parque Natural Municipal Tupancy¹⁵: Criada em 1996 e gerida pela Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Pesca e Desenvolvimento do município de Arroio do Sal, essa UC possui 21 hectares localizados em área urbana, no Balneário Tupancy, entre as praias de Rondinha e Balneário Atlântico. Essa UC tem como objetivos *“proteger os recursos naturais característicos da região costeira e da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, especialmente ecossistemas de dunas, lagoas*

¹⁴ICMBio. Refúgio da Vida Silvestre Ilha dos Lobos.

<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2299-revis-ilha-dos-lobos> Acesso em 5/7/2016

¹⁵ Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca. Prefeitura de Arroio do Sal. Parque Natural Municipal Tupancy. In <http://arriodosalmeioambiente.blogspot.com.br/p/tupancy.html> Acesso em 5/7/2016

interiores, banhados, mata de restinga, bem como flora e fauna associadas a esses ambientes”. A caminhada interna ao Parque é livre, por pequenas trilhas em meio a mata e as dunas. Há também um criadouro de fauna nativa e exótica. Recentemente, o Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre (COA- POA) instalou uma torre de observação no Parque e placas de informação sobre as aves que ali são encontradas. O funcionamento é de segunda à sexta-feira, pela manhã, das 8h30min às 11h30min, e tarde, das 13h30min às 18h30min, mas esse horário é cumprido geralmente no período de veraneio e fora dessa época não segue o mesmo funcionamento. A entrada é gratuita.

- RPPN Mata do Professor Baptista¹⁶: Criada em 1999, com 9,2 hectares, é de propriedade do naturalista e botânico Professor Luiz Rios de Moura Baptista. Está localizada no município de Dom Pedro de Alcântara, na Estrada de Acesso à sede Municipal. Protege um dos últimos remanescentes de floresta ombrófila densa de terras baixas não alagadas e espécies ameaçadas da Mata Atlântica. É cogerida pelo Instituto Curicaca e está em fase de elaboração de seu plano de manejo que, nessa primeira fase, não contemplará o Uso Público. Nesse momento, não está aberta a visitação para lazer, recreação e turismo na natureza, mas contempla atividades de turismo científico e de educação ambiental com escolas locais. Numa próxima fase de planejamento, o uso público deverá ser contemplado e uma perspectiva futura permite considerá-la como espaço de interação ecoturística com o Parque de Itapeva.
- RPPN Recanto do Robalo¹⁷: Criada em 2002, com 9,95 hectares, está localizada no município de Torres (RS), às margens do Rio Mampituba. A área nunca foi tratada como uma Unidade de Conservação e seu antigo proprietário, Sr. João Carlos Harter, não retornou às diversas tentativas do Instituto Curicaca em integrá-la ao Mosaico Porta de Torres. Recentemente, a propriedade Parque Ecológico Recanto do Robalo, que inclui a RPPN, foi vendida e os novos proprietários sequer tinham ciência de tratar-se de uma UC. De qualquer forma, a área tem um grande

¹⁶ICMBio. RPPN Mata do Professor Baptista. In <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/90/> Acesso em 5/7/2016

¹⁷ICMBio. RPPN Recanto do Robalo. In <http://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/detalhe/128/> Acesso em 5/7/2016

potencial de interação com o turismo que venha a ser organizado e fortalecido no Rio Mampituba e com a pesca esportiva do peixe robalo, que é realizada nas suas proximidades. Poderá ser considerada como um local de interação futura, caso os novos proprietários tenham interesse em desenvolver atividades ecoturísticas na RPPN.

- Área de Proteção Ambiental Municipal Lagoa de Itapeva: A APA da Lagoa de Itapeva é uma Unidade de Conservação da categoria de Uso Sustentável, criada em 1999, pela Lei Municipal Nº 3.372/99 e administrada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo (SMAURB) de Torres. A UC abrange uma área de grande beleza cênica e importância ambiental, apresentando associações vegetais relevantes e ecossistemas diversificados, ameaçados e representativos da restinga litorânea. Foi criada para proteger o extremo norte da lagoa e a vegetação marginal constituída predominantemente por banhados e dunas pleistocênicas com importantes remanescentes de matas arenosas e butiazais. A APA localiza-se na margem leste da Lagoa de Itapeva, adjacente ao Aeroporto de Torres. Por se tratar de categoria de UC na qual não há desapropriação de terras, os proprietários podem continuar exercendo atividades, mas com restrições e regulamentações. Não possui uma sede nem qualquer tipo de organização de visitação, pois a finalidade principal é o controle de uso da terra para proteção ambiental. Qualquer atividade, como visitação fica a cargo dos proprietários das terras, mas não há nenhuma oferta de atividade turística conhecida em propriedades localizadas na APA. Entretanto, assim como em Arroio do Sal houve a organização de um roteiro rural em propriedades na margem da lagoa, a mesma oportunidade está disponível na APA caso o município de Torres tivesse interesse em organizar e qualificar para o ecoturismo ou turismo rural.

Interações Turísticas com os municípios da Região

Além desse levantamento de atrativos potenciais ou já explorados, buscou-se no diagnóstico identificar as ações e programas concretos de turismo rural, cultural e ecológico na região, especialmente aqueles operados, organizados e/ ou divulgados pelas próprias prefeituras ou pela Secretaria Estadual de Turismo. Em seguida, são

apresentadas características dos principais municípios com os quais pode haver interações turísticas com o Parque Estadual de Itapeva e no anexo 5 são apresentadas para cada um deles informações complementares de apoio operacional aos turistas.

Arroio do Sal (RS)

O município faz divisa com Torres na sua porção sul (veja mapa 2) e foi emancipado em 1988. Possui diversas evidências arqueológicas nas áreas remanescentes de dunas (cacos de cerâmica e sambaquis). Segundo a prefeitura, possui população fixa estimada em 15 mil habitantes e população flutuante de 120 mil. Possui uma Secretaria de Turismo, Esporte, Indústria e Comércio. Foi o município do Litoral Norte que teve maior crescimento da população nos últimos tempos, o que se atribui a mudança de pessoas idosas para morar na região, aspecto interessante para visualização de público potencial ao Parque Estadual de Itapeva. No site da Prefeitura Municipal são apontados como atrativos turísticos a Lagoa de Itapeva e Parque Natural Municipal Tupancy.

Conta com alguns hotéis bem estruturados e um conjunto de restaurantes direcionados para a culinária caseira. A maior parte desses serviços funciona apenas no período de veraneio, mas alguns restaurantes continuam atendendo a população residente o ano todo e podem oferecer um bom atendimento aos turistas. Há também os demais serviços de apoio, mas não há atendimento de saúde para além do Posto. A rede bancária é também limitada a poucos bancos.

Em 2006 foi criado no município um roteiro de Ecoturismo Rural, numa parceria entre a EMATER e a Prefeitura. O produto incluía três fazendas localizadas às margens da Lagoa de Itapeva e acessadas pela Estrada do Mar. As fazendas tinham funções complementares, uma delas focada nas cavalgadas, outra nos almoços campeiros e a terceira nas atividades náuticas na lagoa e em hospedagem e, assim, ofereciam passeios contemplativos e lazer campeiro (cavalgadas, domas, etc.), trilhas na mata nativa, esportes aquáticos (Jet ski, remo, lancha, etc.), Museu Campeiro, entre outras. Na página da Prefeitura há somente o contato de duas fazendas participantes do roteiro e do Parque Tupancy. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo, não funciona

mais como um roteiro, mas apenas com ações independentes das duas fazendas, principalmente pela impossibilidade do acesso de ônibus na Estrada do Mar.

No site da Secretaria Estadual de Turismo, para Arroio do Sal são apresentados os seguintes atrativos: Dunas de Balneário Atlântico, Farol, Lagoa da Cavalhada, do Camboim e de Itapeva, Parque Ecológico Tupancy, Praia de Arroio do Sal e de Rondinha, Sambaquis e Turismo Rural Campeiro. Os telefones de contato, quando indicados, são os da Prefeitura Municipal ou da Secretaria Municipal de Turismo, não há indicação de agência, operadores ou guias locais.

128

Mampituba

Segundo informações da Prefeitura Municipal, a população é de aproximadamente 3.000 habitantes e a principal atividade econômica é a agricultura, especialmente cultivo da banana, de arroz, de fumo, de hortifrutigranjeiros e a criação de gado. A emancipação de Torres ocorreu em 28 de dezembro de 2005. Autodenominada como a "Cidade dos Vales e das Cascatas", possui um incipiente Turismo Rural, coordenado pela Secretaria Municipal do Turismo e Desporto. Não há muitas informações no site da Prefeitura Municipal.

No site da Secretaria Estadual de Turismo, Mampituba aparece com os seguintes atrativos: Cachoeira dos Borges, Cascata Da Jovita- Costãozinho, Cascata Josafaz, Caminhada na Pedra Branca, Museu da Estância, Rota dos Mirantes, Sítio Estância Tropeira, Trilha do Barbaquá, Trilha do Morro Bicudo, Trilha do Morro Boa Vista, Trilha Morro do Céu e Vivência Campeira. Para a maioria das atividades, é necessário agendamento com guia ou agência local.

De um modo geral, esses atrativos têm sido operados de forma complementar pelo sistema de ecoturismo associado aos Parques Nacionais, principalmente a Trilha da Pedra Branca, único atrativo que merece destaque. Trata-se de um acesso ascendente até a parte mais alta de um paredão de pedras, do qual se pode avistar a parede de pedras brancas, as piscinas naturais, cachoeiras, rios de águas cristalinas, pássaros, flores e muito verde fazem do Vale da Pedra Branca um dos lugares mais

belos da região dos Aparados da Serra¹⁸. O acesso é feito pela estrada até o fundo do Vale da Pedra Branca (23 km), alternando entre o lado do RS e de SC. A Pedra em si está localizada no RS, mas a trilha em SC.

Três Cachoeiras (RS)

Município emancipado de Torres em 29 de abril de 1988. Embora não haja Secretaria Municipal de Turismo, na página da Prefeitura há um ícone “turismo¹⁹” que trata dos principais atrativos da cidade e apresenta três roteiros. Segundo as informações sobre a história do município no site oficial, “a origem do nome deu-se entre 1605 a 1615, por viajantes paulistas que encontraram três cachoeiras, distantes entre si cerca de 80 metros e localizadas ao Norte da sede do município, na encosta do morro mais tarde denominado dos Pereira. Em 1820 os portugueses oriundos dos Açores imigraram para o Brasil e, em Três Cachoeiras, instalaram-se quinze famílias. Dedicavam-se à pequena agricultura, caça e pesca. Mais tarde, em 1826, os imigrantes alemães estabeleceram-se na Colônia São Pedro e Três Forquilhas. Daí a origem da colonização de Três Cachoeiras.”

Essas características multiculturais e a riqueza natural dos vales dos morros e dos rios e cachoeiras são os elementos fortes de sustentação do principal produto turístico do município, o Roteiro de Turismo Rural denominado Vale do Paraíso, junto à comunidade de Morro Azul, a 18 km da Sede Municipal, destacado a seguir.

Outro roteiro é chamado Lagoa de Itapeva-Prainha. A lagoa pode ser avistada de pontos como Chapada dos Oliveira, Chapada do Alegrete e Chapada dos Mesquita. Já a prainha é o ponto apropriado para banho de lagoa. O último roteiro é o do Poço das Andorinhas e dos Morcegos, que percorre as duas cascatas de mesmo nome. O acesso é feito por estrada de chão, chegando primeiramente ao Poço das Andorinhas. Após isso, uma trilha de pouco mais de 100 metros leva ao Poço dos Morcegos. Na página não há indicação de agências ou guias.

¹⁸ Prefeitura de Praia Grande. Trilha Vale da Pedra Branca. In <http://www.praia grande.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/952> Acesso em 8/8/2016

¹⁹ Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras. Turismo. In <http://www.trescachoeiras.rs.gov.br/index.php/turismo> Acesso em 8/8/2016

Na SETUR, apenas são indicados os atrativos: cavalgada, Lagoa de Itapeva-prainha e Morro dos Oliveirinha, para os quais não há muita informação. O número de telefone indicado é o da Prefeitura.

Roteiro de Turismo Rural Comunitário Vale do Paraíso - Morro Azul

Roteiro elaborado em parceria entre a Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras e o curso de Turismo da ULBRA-Torres, nele ainda é possível encontrar fortes marcas do período da colonização europeia que se instalou na região. Nesse roteiro, o turista pode agendar um Café Rural com pratos típicos em uma das propriedades, além de possuir atrativos naturais tais como vistas, uma queda d'água e trilhas entre as matas. De atrativos culturais, o roteiro inicia na “Casa da Colonização”, pequeno museu, e passa por antigas casas e um armazém, visita sítios locais com café colonial, alambiques artesanais, moinho de pedra, cantina e casa de artesanato. Esse roteiro é, na verdade, um turismo de base comunitária, sem o intermédio de agências ou guias, embora algumas agências já estejam começando a levar grupos também. Foi criado numa parceria entre Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras e o curso de Turismo da ULBRA-Torres.

130

As atividades são agendadas diretamente nas propriedades cadastradas e participantes. O Roteiro possui material informativo de divulgação, como um folheto elaborado pela Prefeitura, mas nem sempre disponível. Uma possibilidade de roteiro integrado pode ser a visita ao Parque Estadual de Itapeva com a hospedagem na comunidade de Morro Azul, em pousada ou casa familiar, especialmente para aqueles públicos com interesse por contato com a natureza por um tempo mais prolongado.

Morrinhos do Sul (RS)

Município de aproximadamente 3.182 habitantes. É também um município essencialmente agrícola, tendo como principais produtos a banana, o arroz, cana-de-açúcar, hortifrutigranjeiros, produção ecológica e pecuária. O povoamento na região iniciou com a colonização alemã. Um dos pontos turísticos do município é o Rio dos Negros, que possui praias. Além disso, existem vários atrativos potenciais, ainda não explorados pela Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Turismo, entre eles a Cascata de Tajuvas. O atrativo de Serra da Tajuva é operado pela agência

Cânions e Peraus. Na Secretaria Estadual de Turismo, são indicados apenas as cavalgadas e voo livre no Morro do Forno, sem muitas informações.

Propriedades com Sistemas Agroflorestais

Um dos grandes diferenciais de Morrinhos do Sul é a concentração de agricultores ecologistas e a prática, por alguns deles, de Sistemas Agroflorestais – SAFs. Os produtos são oferecidos em feira ecológica em Torres e Porto Alegre, por meio de associações de agricultores ecologistas. Para o contexto desse Plano, merece destaque como interação turística potencial, o fato de que as propriedades com agroflorestas e produção orgânica têm cada vez mais investido na recepção de grupos, tanto de escolas quanto empresas, para passar um dia em contato com a natureza, conhecer as técnicas de manejo agroecológico e também fazer turismo gastronômico. São realizadas visitas em algumas propriedades de Morrinhos do Sul, por exemplo a do agricultor Valdecir, mediante agendamento direto com os proprietários. Essa atividade pode ser conjugada com visitas de grupos, escolares ou empresariais, ao Parque, e também com a estadia em Morro Azul. O Centro Ecológico Litoral Norte é a instituição que ajudou na construção dessa realidade e que tem dado apoio aos agricultores. Também em Dom Pedro de Alcântara existem propriedades com SAFs em condições de organizarem a visita. É recomendável que essa iniciativa seja cada vez mais apoiada e envolvida no conjunto de atividades de turismo na região, caso haja interesse dos proprietários nessa interação.

Dom Pedro de Alcântara (RS)

Com população aproximada de 2.550 habitantes e também um município essencialmente rural, a prefeitura não possui secretaria de turismo e nem roteiro consolidado, apenas Departamento de Cultura, Turismo e Desporto. No site da Prefeitura há somente a indicação de três pontos turísticos do município: Gruta, Morro e Igreja. No site da Associação de Municípios do Litoral Norte (AMLINORTE) há mais alguma informação, apontando atrativos como a Garganta das Ervas, junto a BR101, a Prainha junto a Lagoa Itapeva, a piscicultura artesanal (açudes ao ar livre com peixes de aquário), a figueira centenária, Mata Atlântica, tradicionais engenhos e o Morro da Boa Vista (ponto mais alto do litoral norte).

No site da Secretaria Estadual de Turismo os atrativos apontados são: Alambiques, Cavalgada, Figueira Centenária, Gruta Nossa Senhora de Lourdes, Igreja Nossa Senhora do Amparo, Lagoa de Itapeva e Morro da Boa Vista. Os únicos telefones para contato são da Prefeitura Municipal.

Por outro lado, no levantamento de atrativos naturais e culturais realizados pelo Instituto Curicaca no projeto Microcorredores Ecológicos de Itapeva, este município possui um rico grupo de elementos potenciais para o desenvolvimento do turismo. O principal deles é o conjunto de Galpões Rurais, muitos deles em alto grau de conservação e associado a uma paisagem de entorno de altíssima qualidade. Destacam-se alguns engenhos de cachaça, como já foi mencionado antes, mas que apresentam um diferencial pela facilidade de acesso.

Além disso, dentre os municípios avaliados, Dom Pedro de Alcântara é o que contribui fortemente com a cultura alemã, tendo sido o local de chegada desse grupo de colonizadores, que depois se dividiram (católicos e Protestantes) e parte foi inicialmente para a região onde hoje é o município de Mampituba, de onde posteriormente mudou-se para o município de Três Forquilhas. Isso significa a existência de edificações com arquitetura colonial alemã e um acervo de vestimentas próprias daqueles colonizadores. Há na Sede Municipal um grande Seminário de Padres, com estrutura significativa para investimentos na área do turismo, embora em condições precárias de manutenção.

Cambará do Sul (RS)

Possivelmente, está entre as cidades gaúchas com ecoturismo mais consolidado, cujo principal produto turístico é os Parques Nacionais de Aparados da Serra e da Serra Geral. Emancipou-se em 1963, ou seja, um município novo, mas com uma história de ocupação bem antiga. Originalmente a região era ocupada por indígenas das etnias Kaingang e Xoclens, que deixaram uma grande diversidade de sítios arqueológicos na região. Dentre os mais importantes, destaca-se um conjunto de casas semienterradas, localizadas estrategicamente nos topos dos morros.

Os moradores locais, hoje 6.540 habitantes, identificam-se, em boa parte, como “brasileiros”, reconhecendo a mistura de etnias que está em seu sangue – indígena, negra, italiana, portuguesa. Um prédio de madeira de arquitetura italiana, localizado na praça central da cidade e que teve função histórica e social para seus moradores, foi restaurado pelo Instituto Curicaca para ser um Centro Cultural, que hoje é um espaço de uso múltiplo gerido pela prefeitura. No centro da cidade ainda é possível encontrar algumas referências da arquitetura original, mas que vem sendo paulatinamente substituída por edificações modernas e de mau gosto. A economia principal ainda é a produção primária e a produção de celulose, mas o turismo vem se fortalecendo e consolidando como importante fonte de renda para a população.

133

O ecoturismo no entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral foi objeto de projeto de desenvolvimento regional²⁰ conduzido pelo Instituto Curicaca entre 2006 e 2009 e teve muitos resultados positivos. O município hoje está relativamente bem estruturado no receptivo turístico e também para o ecoturismo. Há hospedagens dos mais variados tipos, boas e diversificadas opções gastronômicas e, principalmente, duas associações voltadas para o tema: a Associação de Condutores Locais de Ecoturismo – ACONTUR²¹ -e a Associação de Empreendedores Turísticos de Cambará do Sul. A primeira teve sua criação e a formação dos condutores apoiada pelo Curicaca.

As trilhas disponíveis a partir do município estão bem caracterizadas no site da ACONTUR²² e as três principais foram sinteticamente apresentadas no item que descreveu os Parques Nacionais. Outras trilhas no entorno dos Parques, oferecidas pelos condutores, são as “Cachoeiras” e a “Trilha Furna dos Bugres”, a segunda um sítio arqueológico com ossadas descritas pela arqueóloga do Instituto Curicaca, Gislene Monticelli, e que apresenta os mesmos conflito e desafio entre turismo e conservação do patrimônio arqueológico existente no Parque Estadual de Itapeva.

²⁰ KROB, A. J. D. (org.). Desenvolvimento Sustentável nos Campos de Cima da Serra- Entorno de Unidades de Conservação. Porto Alegre, Projeto Curicaca, 1998.

²¹ ACONTUR. Condutores locais de ecoturismo. In <https://acontur.wordpress.com/condutores/> Acesso em 10/8/2016

²² ACONTUR. Trilhas. In <https://acontur.wordpress.com/trilhas/> Acesso em 10/8/2016

No site municipal²³, há opções de roteiros de aventura, como Cavalgadas, Circuito das Águas, trilha Itaimbezinho - Rio do Boi, Passeio de Bicicleta, de Bote, de Quadriciclo, de Land Rover, Rapel e duas trilhas de travessia: Aparados da Serra e Canion Josafaz, operados pelas agências Canions Turismo, Coiote Adventure, Agência da Colina, Cânions Tur e Guia Aparados da Serra. Também há atividades de turismo rural. No site da Secretaria Estadual de Turismo, como turismo de aventura é apontada apenas uma atração: Tour Rural-Quintais de Cambará do Sul, operado pela agência Guia Aparados da Serra. São opções complementares especialmente para o visitante que se hospeda por mais de dois dias na região e quer conhecer outros atrativos naturais. O acesso ao Parque Estadual de Itapeva, a partir de Cambará do Sul, pode ser feito via SC-290 (60 km) ou RS-453 (Rota do Sol, 55 km).

Santa Catarina

O estado de Santa Catarina criou o Roteiro Caminho dos Cânions, que engloba 15 municípios do sul catarinense, desde o litoral até a serra. São três os caminhos: Caminho 1- Maracajá, Araranguá, Arroio do Silva, Meleiro e Morro Grande. Caminho 2- Balneário Gaivota, Sombrio, Santa Rosa do Sul, Jacinto Machado, Ermo, Turvo e Timbé do Sul. Caminho 3- Torres e Cambará do Sul (RS), Passo de Torres, São João do Sul e Praia Grande (SC). Desse modo, o Caminho 3 possui potencial de integração com o Parque Estadual de Itapeva. Segundo o site de divulgação desse roteiro, o passeio de barco passa pelos molhes do rio Mampituba, segue até a Ilha dos Lobos, permitindo a visualização até do Parque da Guarita.

Além disso, há os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral e seu entorno, com propriedades agroecológicas, cascatas, rios e as crateras dos cânions. Entre as agências indicadas no site, nenhuma delas apresenta um único roteiro pelo “Caminho 3”, no entanto operam atrativos localizados nesses municípios. Os Parques já foram descritos em item específico, mas merecem destaque dois municípios, Praia Grande, que possui riqueza e instrumental em ecoturismo, e Passo de Torres, que é o

²³ Prefeitura de Cambará do Sul. In <http://cambaradosul.rs.gov.br/index.php> Acesso em 6/8/2016

vizinho de Torres do outro lado do Rio Mampituba e apresenta certo potencial de interação.

Praia Grande (SC)

Com o título de “Capital catarinense dos cânions”, o município, localizado aos pés dos cânions, concentra diversas atividades como os passeios pela borda e interior dos cânions. Possui uma população de 7.120 habitantes, localiza-se na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a 280 km de Florianópolis. A cidade foi povoada a partir de 1917, por descendentes de açorianos, portugueses e italianos. A economia principal é a produção primária, mas como Cambará do Sul, com o significado do turismo vem crescendo à medida que os Parques Nacionais se consolidam como um produto internacionalmente reconhecido em ecoturismo. Inclusive, também como em Cambará, o município hoje possui grande dependência do bom funcionamento do Parque e sofre as consequências de problemas que aconteçam na gestão da Unidade de Conservação. Por outro lado, a cultura de cooperação entre prefeituras municipais e o ICMBio, gestor dos parques, continua fraca e cheia de dificuldades políticas mesmo após décadas de implantação da UC, reflexão importante no que tange a lições e aprendizados para a relação entre a Sema/RS e a Prefeitura Municipal de Torres.

Uma referência para a interação com os atrativos ecoturísticos da região é a Associação Praiagrandense de Condutores de Ecoturismo – APCE²⁴ -, com a qual o Instituto Curicaca também teve o prazer de colaborar em algumas qualificações de operação. A entidade possui larga experiência em operação na região e o contato dos condutores pode ser encontrado noutro site²⁵ da associação. Entretanto, como em Cambará, infelizmente a associação de condutores locais não é referenciada no site da prefeitura, que prioriza as agências.

Por outro lado, é no site da prefeitura²⁶ que se consegue uma melhor visão dos atrativos disponíveis. Há referência a um amplo conjunto de cachoeiras, cascatas e

²⁴ APCE. In <https://www.facebook.com/GuiasAPCE> Acesso em 8/8/2016

²⁵ APCE. Condutores. In <http://apce-sc.blogspot.com.br/p/contato-dos-guias.html> Acesso em 10/8/2016

²⁶ Prefeitura Municipal de Praia Grande. Atrativos. In <http://www.praiagrande.sc.gov.br/turismo/item/Atrativos/> Acesso em 4/6/2016

cânions, esses, inclusive, mais fáceis de serem acessados internamente pelo público amador por meio da Praia Grande, uma vez que por Cambará do Sul o acesso necessita a prática do rapel. Por outro lado, a vista da imensidão dos cânions é melhor em Cambará e dos dois municípios excelentemente se complementam na oferta de atrativos.

Um atrativo que merece destaque é a Trilha do Rio do Boi, já descrita brevemente no item sobre os Parques Nacionais e uma boa descrição detalhada pode ser ainda obtida no site da Prefeitura de Praia Grande²⁷. Para acessá-la, os turistas passarão pelo Quilombo São Roque, que merece um destaque pela importância cultural regional e pela potencialidade futura de interação.

136

Comunidade Quilombola São Roque

A comunidade teve sua origem na economia escravagista que se desenvolveu entre os Campos de Cima da Serra e a Planície Costeira, na região entre SC e RS, e sua ocupação territorial remonta há pelo menos 180 anos e São Gorgonho. A delimitação oficial do território ocorreu em 2007, com uma área de 7.327 hectares nos municípios de Praia Grande/SC e Mampituba/RS²⁸.

O quilombo localiza-se em área de grande valor ambiental, coberto pela Mata Atlântica, e próximo aos cânions. Inclusive, uma parte do território (36%) está hoje dentro da área dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, situação que tem gerado inúmeros conflitos desde a década de 1970, incluindo restrições severas de uso da terra e forte pressão para a saída das famílias. A comunidade tem uma organização básica e realiza atividades de caráter político, resistindo à tentativa do ICMBio de retirá-los da região a que tem direito, e de caráter de qualificação social, quando organiza e realiza oficinas e cursos.

A área do quilombo foi sobreposta pelo Parque Nacional de Aparados da Serra, no município de Praia Grande (SC), na divisa com o município de Mampituba (RS) e no

²⁷ Prefeitura Municipal de Praia Grande. Trilha do Rio do Boi. In <http://www.praia grande.sc.gov.br/turismo/item/detalhe/954> Acesso em 10/8/2016

²⁸ Instituto Socioambiental. In https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/carta_incr.pdf Acesso em 10/8/2016

momento desse trabalho está vivendo um conflito de disputa territorial, que já tem uma decisão judicial dando direito à permanência dos quilombolas por meio de Termo de Compromisso que estabelece as condições dessa permanência. O acordo entre as partes – Associação Quilombola e ICMBio -, foi intermediado pelo INCRA e o Ministério Público Federal, mas após assinatura pelo ICMBio, o Ministério do Meio Ambiente voltou atrás tentando anular o contrato, que teve sua validade judicialmente garantida.

137

A Comunidade dos Remanescentes do Quilombo São Roque é formada por 60 famílias, das quais apenas 30 residem na localidade de Pedra Branca, já que, por conflitos com o ICMBio, gestor dos Parques, as outras famílias acabaram por se retirar. Historicamente, a comunidade possui uma forma de vida que preservou a natureza local. Mais para o interior, nas escarpas, vales e cânions da Serra Geral, praticavam pecuária extensiva, e nas planícies, irrigadas pelos rios que descem a serra, os cultivos. Tradicionalmente, os remanescentes dedicam-se principalmente ao plantio de culturas de subsistência como, cana-de-açúcar, milho, feijão e mandioca e criação de animais de pequeno porte.

Dois atrativos naturais importantes estão associados à comunidade, o Rio do Boi e a “boca” dos Cânions do Itaimbezinho e do Josafas, parte das nascentes do Rio Mampituba, e a Pedra Branca, paredão de rochas que se destaca na paisagem. Embora a comunidade esteja localizada a 60 km da cidade de Torres, com um tempo estimado de viagem de carro em 1h30min, a riqueza cultural que os quilombolas trazem a região e a importância de o turismo cultural ser uma alternativa de renda para o fortalecimento econômico e social do grupo, nos leva a recomendar uma cooperação com o Parque Nacional de Aparados da Serra, no âmbito do Mosaico de Áreas Protegidas Porta de Torres, para integrar no futuro ao roteiro ecoturístico da região.

A situação dos quilombolas²⁹ hoje não é das melhores, dependendo de auxílios para subsistência. As moradias são precárias, algumas sem energia elétrica e de difícil acesso, o que tem levado muitas pessoas a deixar a lida no campo e passar a trabalhar

²⁹ Comunidade Quilombola São Roque. In <https://www.facebook.com/pages/Comunidade-Quilombola-S%C3%A3o-Roque-SC/620225804693692> Acesso em 12/8/2016

nas cidades próximas. Ainda não há um turismo consolidado, embora algumas agências já trabalhem com passeios na região que iniciam ou terminam com um café rural na casa de quilombolas. Um indício dessa potencialidade de interação são os eventos culturais realizados anualmente pela comunidade. A grande riqueza cultural e contribuição para a diversidade social representada por essa comunidade levam-nos a recomendar como um atrativo turístico cultural para interação futura, dependendo, obviamente, de cooperações que possam ajudar a comunidade a alcançar o patamar mínimo de organização para ser um receptivo.

Passo de Torres (SC)

Município vizinho à Torres, localizado do outro lado do Rio Mampituba, Passo de Torres teve sua colonização em um período mais recente. Surgiu quando foi criado o distrito de Passo do Sertão, hoje São João do Sul, em 1891, e era referida como arraial de Mampituba, habitado apenas por algumas famílias. A cidade se consolidou bem mais tarde, quando em 22 de março de 1944 foi fundação da capela na localidade, e em 1993, depois da emancipação do Distrito de São João do Sul, instalou-se formalmente como o Município de Passo de Torres³⁰. Hoje possui cerca de 3.500 habitantes, mas o número de residentes não cidadãos tem aumentado muito com a mudança de torrenses para o outro lado.

Com uma economia fortemente baseada na agricultura e na pesca, o papel do turismo vem crescendo à medida que aumenta a influência de Torres. Isso aconteceu pela evolução da estrutura de atravessamento do Rio Mampituba. Primeiro a balsa de madeira com remo, em 1920, substituída por uma pega mão alguns anos mais tarde, a primeira ponte pênsil para pedestres em 1964, depois a balsa de ferro a motor em 1985, ano que também foi construída uma ponte pênsil mais larga e com pedestais de alvenaria, mas foi a partir de 2007, com a inauguração da ponte de alvenaria de passagem de carro, que, por pressão de ocupação e uso de Passo de Torres por moradores e veranistas de Torres, tomou dimensões assustadoras.

³⁰ Prefeitura Municipal de Passo de Torres. In <http://passodetorres.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/21527> Acesso em 12/8/2016

A página da prefeitura aponta como principal potencial turístico³¹ a praia de Bella Torres e passeio de barco pela barra do Rio Mampituba até a Ilha dos Lobos da Tapera. Um destaque é dado ao Morro dos Macacos³², que também foi indicado nas entrevistas, local habitado por um grande bando de macacos pregos, mais de 80 segundo a fonte, onde seria impossível não perceber a presença dos animais. Além disso, há passeios de barco e passeios à cavalo, o Parque Ecológico do Espigão do Pirutu, Lagoa da Tapera e Braço Morto, mas a página não informa muitos detalhes.

139

Por outro lado, um dos atrativos de Passo de Torres, que recentemente foi descoberto pelo Instituto Curicaca, é a porção de praia entre os molhes da barra e o Balneário Bella Torres. A área é intensamente ocupada por aves marinhas migratórias, oportunizando o avistamento de imensos bandos de trinta-réis, gaivotas, talha-mares, que só são vistos nessa dimensão na Lagoa do Peixe. O Instituto Curicaca está propondo à prefeitura municipal a criação de um santuário de aves, que poderá ser um importante atrativo turístico de integração com o Parque, no futuro.

Turismo em Torres

O município de Torres é o mais desenvolvido na região onde está localizado o Parque Estadual de Itapeva. Sua fundação ocorreu entre 1815 e 1820, pelo trabalho do sargento do império, Manoel Ferreira Porto, quando construiu a capela junto a torre norte, no então Distrito das Torres, que pertencia à Santo Antônio da Patrulha. Sua emancipação política aconteceu em 1880.

A região foi originalmente ocupada por populações sambaquianas, povos pré-históricos que estiveram ali entre 4000 e 2000 anos atrás. Depois deles vieram os indígenas Guarani, da tribo Carijós, que permaneceram na região até cerca de 1600, quando se intensificou a ocupação colonial. O império português criou nas Torres em 1773 uma fortificação de guarda e em 1761 iniciou-se a concessão de sesmarias. Em

³¹ Prefeitura Municipal de Passo de Torres. Potencial turístico. In <http://passodetorres.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/21529> Acesso em 12/8/2016

³² Prefeitura Municipal de Passo de Torres. Morro dos Macacos. In <http://passodetorres.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/21530> Acesso em 12/8/2016

1820 vieram os colonos alemães estabelecendo-se na Colônia de São Pedro, onde hoje é Dom Pedro de Alcântara.

A região sempre foi muito procurada pelo turismo e para veraneio. Para atendê-lo foi estimulada em 1920 a navegação lacustre e a Varig estabeleceu uma linha de hidroavião para atender aos veranistas. Desde então, o turismo vem se desenvolvendo como a principal economia. Atualmente, apresenta um conjunto de oportunidades para quem faz turismo, veraneia ou simplesmente passeia por lá.

140

No site da Prefeitura Municipal de Torres, aparecem como pontos turísticos: Igreja São Domingos, Lagoa do Violão, Praia dos Molhes, Praia da Guarita, Ilha dos Lobos, Baleias, Rio Mampituba, Dunas, Itapeva (ainda com indicação do camping) e Praça João Neves da Fontoura. No site da Secretaria Estadual de Turismo aparecem três indicações de agências de turismo receptivo: Aguatá Turismo, Calábria e Esmeralda. Segundo a descrição, elas realizam tours na cidade, rural e também para os cânions.

Focando-se no ecoturismo, que é a atividade principal para interagir com o Parque Estadual de Itapeva, a Secretaria Estadual apresenta duas atividades, de Caminhadas na Via Costeira, com a indicação das agências Calábria Turismo e Expedições Jamboo Viagens e Turismo, e de Trilhas Orientadas de Educação Ambiental, com guia na Unidade de Conservação Parque Estadual de Itapeva, com o contato do Parque para o agendamento da visita.

Além disso, apresenta como atrativos: Passeios de barco no delta do rio Mampituba: apresenta informações sobre embarque, duração e valores; Passeio à Ilha dos Lobos; Dunas; Passeio à Ilha dos Lobos e Guarita com Opcional Itapeva(barcos que saem do Mampituba, visitam a Ilha dos Lobos e depois se dirigem à praia da Guarita, para observação das falésias e as dunas do Parque de Itapeva. Apresenta as agências que fazem o serviço: Calábria Turismo e Expedições Jamboo Viagens e Turismo); Morro dos Macacos(em Passo de Torres, a cerca de 10 km do centro. Com esse nome por causa do macacos-prego, tem estrutura para receber visitantes - churrasqueiras, mesas, banheiro e bar, e também apresenta ruínas históricas, com 2 km de trilhas em

meio a fauna e flora nativas e divisa com a Lagoa do Sombrio, opção para banho e passeio de barco).

Parque da Guarita

O Parque Estadual José Lutzenberger, mais conhecido como Parque da Guarita foi criado em 1971 pelo esforço de ambientalistas gaúchos, incluindo o próprio Lutzenberger. Era administrado pela Secretaria Estadual de Turismo, mas desde 1996 é administrado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SMAURB) de Torres, através de concessão de uso.

O Parque abriga um cenário geológico de grande valor ambiental e paisagístico, com afloramentos rochosos e geo monumentos localizados à beira-mar. É uma referência importante de lazer e contato com a natureza em Torres, especialmente durante o verão, sendo reconhecido como um complexo turístico regional. Sua localização dentro da área urbana, com fácil acesso, é um fator importante para o alto nível de visitação que recebe na época de veraneio. Entre as atividades que a Guarita proporciona estão: trilhas ecológicas, inclusive com subida ao Morro da Guarita, acesso à praia da Guarita, além de placas informativas ao longo do Parque. Possui estacionamento, lanchonete e banheiros em bom estado. O horário de atendimento é diariamente, na baixa temporada das 8h30 às 17h30 e na alta temporada das 8h às 20h.

Para ingressar no parque é cobrada uma taxa de estacionamento para veículos a um valor, do veraneio de 2015/16³³, de R\$ 8,00 para carros, R\$ 4,00 para motos, R\$ 30,00 para vans e R\$ 40,00 para ônibus. Pedestres e veículos de Torres são isentos. A partir disso, entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, foram arrecadados R\$ 362.488,00 com o estacionamento de veículos, dos quais R\$ 349.300,00 (96,4%) foram de carros.

Durante a proposta de criação do Parque Estadual de Itapeva, o Instituto Curicaca sugeriu que o Parque da Guarita, que é propriedade e responsabilidade da

³³ Prefeitura Municipal de Torres. Parque da Guarita. In <http://www.torres.rs.gov.br/index.php/secretaria-de-meio-ambiente/35-outras/330-parque-da-guarita>
Acesso em 11/8/2016

Secretaria Estadual de Turismo, fosse incorporado ao Parque Estadual de Itapeva e se transformasse na porta principal de entrada na Unidade de Conservação para a visitação pública. Naquela época, propúnhamos que as infraestruturas de receptivo para o uso público fossem instaladas ali – Centro de Visitantes, estacionamentos, estruturas de alimentação, entre outros – estabelecendo uma conexão formal entre as duas áreas, concentrando o grande movimento de público em uma área mais próxima à cidade e fortalecendo uma barreira para que o impacto antrópico não alcançasse a área nobre em biodiversidade por meio da praia. A proposta não foi aceita e, gradativamente, o uso inadequado da praia em frente ao Parque se ampliou. Recentemente, nas oficinas de planejamento do Pup, houve por meio dos participantes a demanda de uma maior integração entre o Parque de Itapeva e o Parque da Guarita e, inclusive, a proposta de que o acesso público à Unidade de Conservação se concentrasse nessa área.

142

Há quase um consenso em relação à necessidade do turismo no Parque Estadual de Itapeva ser associado a outras atrações, especialmente as do município de Torres. Entre elas, foi destacada a necessidade de integração, não só turística, mas também em termos de programas de Educação Ambiental com o Parque da Guarita e o Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos. O Parque da Guarita foi o mais mencionado nas entrevistas realizadas com a comunidade.

Artesanato com palha de butiá

A região de Torres é um local de concentração de famílias de artesãos que trabalham com a palha do butiá. Uma série de fatores concentrados nesse território, bem como o interesse da comunidade, levaram o Instituto Curicaca e os portadores do bem cultural a proporem o reconhecimento do “modo de fazer artesanato com palha do butiá no Litoral Norte” como um patrimônio cultural imaterial do Rio Grande do Sul. A proposta foi entregue em outubro de 2015 ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual – IPHAE – e está em fase de análise técnica. Esse foi um passo importante na valorização e fortalecimento dessa prática enraizada em famílias das localidades de Campo Bonito, São Brás, Águas Claras, Faxinal, Itapeva e Vila São João.

Desde 2003, o Instituto Curicaca vem realizando diversas ações de reconhecimento e apoio à manutenção desse artesanato na região. A relação se dá, em diferentes intensidades, com cerca de 30 famílias e um pequeno grupo de senhoras artesãs, a maioria com mais de 60 anos, encontra-se para algumas trocas e algum tipo de organização de cooperação. Um dos grandes desafios é conseguir qualificar essa economia que gera renda complementar às famílias, agregando valor aos produtos e criando nichos de mercado que permitam tirar o atravessador e realizar uma venda direta ao consumidor. Na cidade de Torres, a oferta de artesanato aos veranistas e turistas contaminou-se com muitos produtos de fora, principalmente do nordeste e do centro-oeste e, inclusive, de outras partes do mundo. O artesanato com palha de butiá – chapéus, bolsas, esteiras – perdeu fortemente o espaço.

143

Uma vez que o Parque Estadual de Itapeva tem entre seus alvos de conservação dois remanescentes de butiazais existentes dentro da UC e também os que são encontrados na Zona de Amortecimento, bem como tem nos butiazais importantes âncoras para os corredores ecológicos que interconectam o Parque com outras áreas ambientalmente importantes, estamos propondo que no Centro de Visitantes seja reservado um espaço para a mostra e comercialização do artesanato com palha de butiá e seja, também, uma forma de trazer benefícios sociais e econômicos para a comunidade rural residente no entorno.

Reserva Indígena do Campo Bonito (Aldeia Guarani Nhu-Porã)

A Reserva Indígena do Campo Bonito, situada nas margens da BR-101, na localidade do Campo Bonito, em Torres, possui 94,83 hectares e pertence à etnia Guarani Mbya. As famílias que habitam essa aldeia, em sua maioria, estiveram acampadas por 14 anos às margens da rodovia, até serem realocadas nessas terras, cuja aquisição foi uma medida compensatória da duplicação da BR-101 em 2009³⁴.

A área possui mata nativa, cultivos de eucaliptos e pinus, fontes de água, ambientes degradados de antigas lavouras, com um açude ao fundo ao redor do qual existem algumas área em processo de recuperação natural. Como estruturas há uma

³⁴ Aldeia Indígena Nhu Porã. In <http://aldeiambya.blogspot.com.br/2013/03/historia-da-aldeia-nhu-pora.html> Acesso em 11/8/2016

casa de alvenaria (pertencente ao antigo proprietário), um conjunto de casas construídas para os indígenas e uma casa de reza, de pau a pique e telhado de palha, construída pelos próprios indígenas. Além disso, um antigo galpão abriga hoje a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Nhu Porá, criada em 2012, que atende pré-escola e séries iniciais.

Os idiomas falados na aldeia são o Guarani e o Português. Em 2014, informações davam conta de 26 famílias, 110 pessoas. Projetos em parceria com a EMATER e a Prefeitura de Torres estão em andamento, com o objetivo de estimular a subsistência e geração de renda para a comunidade, como por exemplo, o plantio de espécies florestais e agrícolas, como as mudas de frutíferas nativas intercaladas por bananeiras.

Os indígenas que ali vivem possuem forte relação com a cidade, que frequentam para a venda de artesanato e outras atividades vinculadas aos não indígenas. O cacique e a direção da escola manifestaram interesse em que um dia a aldeia possa ter alguma interação com turistas e visitantes da região. Nesse sentido, junto à BR101 foi iniciada a construção de um quiosque para a venda de artesanato, trabalho de uma ONG que captou recurso a fundo perdido para investir na aldeia, mas a edificação não foi concluída. Recomenda-se que sejam buscadas formas de confirmar esse interesse dos indígenas e de apoiar a iniciativa de maneira integrada ao Parque.

Lista de interesses turísticos surgidos nas entrevistas nos principais municípios

Município	Atrativo ou Roteiro
Torres (RS)	Parque da Guarita
	Ilha dos Lobos
	Igreja Matriz São Domingos
	Rio Mampituba
	Turismo histórico e cultural do SESC Torres
	Passeio de dindinho
	Aldeia Indígena

**Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva
Anexo I - Diagnóstico**

Município	Atrativo ou Roteiro
	APA Lagoa de Itapeva
	Museu da Sociedade Amigos da Praia de Torres
Mampituba (RS)	Cachoeira dos Borges
	Trilha rural e café colonial
	Pedras Brancas
Arroio do Sal (RS)	Parque Natural Municipal Tupancy
	Roteiro Rural Campeiro
	Roteiro Ecológico Pés na Areia
	Sambaquis
	Lagoa de Itapeva
	Dunas
	Fazendas
Três Cachoeiras (RS)	Turismo Rural Morro Azul- Vale do Paraíso
	Poço das Andorinhas
Morrinhos do Sul (RS)	Morro Azul (Museu dos Tropeiros)
	Morro do Forno
	Rio do Forno
Dom Pedro de Alcântara (RS)	Gruta Nossa Senhora de Lourdes
	Mirante do Morro do Passarinho
	Galpões Rurais
Cambará do Sul (RS)	PARNAs Aparados da Serra e Serra Geral
	Corredor dos cânions
Praia Grande (SC)	PARNAs Aparados da Serra e Serra Geral
	Roteiro Caminho dos Cânions- Rota 3
Passo de Torres (SC)	Morro dos Macacos
	Parque Ecológico Espigão do Pirutu
Outros municípios com registros e menores chances de interação	
Capão da Canoa (RS)	Marina Park
	AcquaLokos
Maquiné (RS)	Localidade de Barra do Ouro

Município	Atrativo ou Roteiro
	Vale do Garapiá
	Vale do Rio Forqueta
Tavares (RS)	Parque Nacional da Lagoa do Peixe
Santo Antônio da Patrulha (RS)	Rota da Cachaça e da Rapadura
Osório (RS)	Morro da Borússia
Imbé (RS)	Museu de Ciências Naturais do Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos (CECLIMAR/UFRGS)
Sombrio (SC)	Lagoa do Sombrio
Araranguá (SC)	Morro dos Conventos

Conclusão e recomendações finais de interação turística

Infelizmente, embora a região tenha um amplo conjunto de atrativos naturais e culturais para ser oferecido como produto de ecoturismo, a maioria não está em condições de ser indicado nesse momento como forma de interação com o Uso Público do Parque Estadual de Itapeva. Isso se deve, principalmente, pelo baixo nível de organização da visitação ou mesmo porque ainda não tiveram o seu potencial percebido e reconhecido pelas políticas públicas municipais na área de turismo, faltando apoio aos seus proprietários ou às comunidades associadas para que se organizem em operá-los.

Considera-se um produto em condições de ser integrado ao Uso Público do Parque de Itapeva aquele que apresenta garantias de bom atendimento e satisfação ao usuário, que possui regularidade de operação, acesso claro às informações intrínsecas, sinalizações de acesso, identificações de responsabilidades pela área com contatos dos envolvidos e, dessa forma, um baixo risco de gerar frustrações e incômodos aos visitantes do Parque de Itapeva. Muitos atrativos, ainda que atualmente abertos à visitação, foram organizados sem nenhuma qualificação de seus proprietários e interação com políticas públicas. Principalmente por isso, não possuem as condições mínimas de funcionamento para usuários que não sejam a população local e que não tenham experiência prévia com a área e com os proprietários.

Desse modo, do amplo conjunto levantado, esse diagnóstico considerou apenas uns poucos atrativos que, nesse momento, possuem viabilidade de integração em um roteiro turístico que envolva o Parque Estadual de Itapeva e que mereçam receber destaque no planejamento do Uso Público do Parque. A lista está ordenada em grau de prioridade para a integração considerando-se dois critérios, a organização atual do funcionamento do produto e a sua riqueza para o ecoturismo. Embora outros atrativos não estejam sendo recomendados para integração e possa haver discordância das escolhas que fizemos, recomendamos intensamente que o poder público dos municípios onde estão localizados e a sociedade organizada empenhem-se para qualificar o uso público dessas áreas, as quais poderão ser integradas ao roteiro do Parque num futuro próximo.

Tabela 2 - Lista de produtos de ecoturismo recomendados para interação com o Parque

Produto Ecoturístico	Organiz.	Riqueza	Total
Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral (Cambará do Sul/RS, Praia Grande/SC)	4	5	9
Atrativos complementares aos Parques Nacionais (Cambará do Sul/RS, Praia Grande/SC)	4	4	8
Passeio de barco na Ilha dos Lobos (Torres)	4	3	7
Parque da Guarita (Torres)	3	3	6
Roteiro de Turismo Rural Comunitário Vale do Paraíso - Morro Azul (Três Cachoeiras)	3	2	5
Parque Natural Municipal Tupancy (Arroio do Sal)	3	1*	4

* Apresenta alta redundância com o ambiente de mata de restinga do Parque Estadual de Itapeva, em alto grau de degradação e num remanescente diminuto. Esse aspecto não o torna recomendável como integração para quem visitou o Parque, mas o minizoo pode ser um elemento complementar interessante. Deverá ser melhor avaliado na fase de planejamento.

Da mesma forma, apontamos atrativos socioculturais com potencial de serem desenvolvidos e organizados a ponto de enriquecer futuramente as interações com o Parque. Escolhemos aqueles que, pelos saberes associados ao uso sustentável da biodiversidade, pela riqueza que agregam em patrimônio cultural imaterial à região,

pelas relações que as pessoas possuem com a Mata Atlântica, constituem uma complementaridade que configurará grande interesse ao conjunto.

A lista está ordenada em grau de prioridade para a integração considerando-se dois critérios, a proximidade com o Parque Estadual de Itapeva e o acúmulo de esforços e iniciativas de apoio à organização dos coletivos. Recomendamos intensamente um empenho de órgãos públicos e da sociedade organizada para construir condições de interação em uso público com essas comunidades.

148

Tabela 3 - Lista de produtos potenciais de turismo sócio cultural recomendados para interação futura com o Parque

Produto Turístico Sociocultural Futuro	Proximidade	Acúmulo	Total
Artesãos com palha de butiá (Torres – Localidades de Campo Bonito, Águas Claras, São Brás, Faxinal, Itapeva)	5	4	9
Agricultores ecologistas com Sistemas Agroflorestais (Dom Pedro de Alcântara e Morrinhos do Sul)	3	4	7
Aldeia Indígena Nhu Porá (Torres – Localidade do Campo Bonito)	5	1	6
Comunidade Quilombola São Brás (Praia Grande/SC e Mampituba/RS)	2	1	3

Nosso entendimento é que o Parque de Itapeva, pelas suas características, não possui sozinho força para atrair ecoturistas do Rio Grande do Sul e outros estados. Os atrativos são de nível médio de interesse e uma visita duraria, em média, de 3 a 4 horas. Por isso, a interação com os produtos de ecoturismo que listamos na tabela 2 e futuramente, com os que possam surgir de esforços com os potenciais listados na tabela 3, é fundamental, tanto para compor uma experiência agradável para o visitante, quanto para aumentar a atratividade ao Parque e garantir a viabilidade econômica para as atividades de uso público a serem implementadas na UC. Para esse conjunto de interações recomenda-se a criação do Roteiro de Ecoturismo do Parque Estadual de Itapeva.

Interações Institucionais

O Parque Estadual de Itapeva pertence ao Estado do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade da Secretaria Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema/RS). No entanto, o perfeito funcionamento do uso público no Parque depende da colaboração ativa de outras instituições da sociedade, tanto públicas quanto não governamentais (incluindo setor privado e setor social, como as associações e sindicatos) nos âmbitos municipal, estadual e federal. Para diagnosticar as contribuições esperadas e sugeridas para cada uma das instituições direta ou indiretamente relacionadas com o Parque, foi realizado um levantamento que resultou no Diagrama de Interações Locais (Anexo 7) e no Diagrama de Interações Regionais (Anexo 6). Esse levantamento baseou-se na experiência da equipe do Plano de Uso Público sobre a região do Parque Estadual de Itapeva, bem como nas entrevistas com a comunidade e considerações feitas durante as oficinas setoriais, nas quais foram questionadas, além das instituições, as contribuições necessárias por parte de cada uma.



Figura 39 - Interações institucionais potenciais no âmbito local

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico

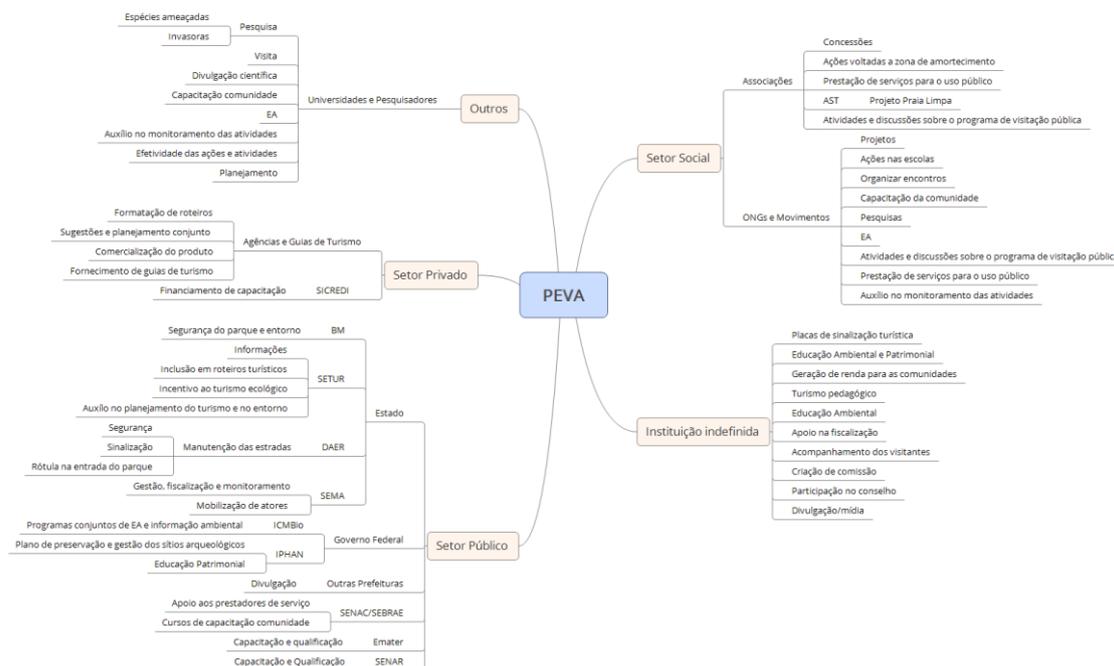


Figura 40 - Interações institucionais potenciais no âmbito regional

Instituições locais

Setor Público

O funcionamento efetivo do Parque depende de uma série de serviços e estruturas que são responsabilidade do setor público municipal e estadual. A Prefeitura, com diferentes secretarias e órgãos, interage com o controle dos vetores de degradação que estão sobre a gestão municipal e com a implantação e melhorias de estruturas e serviços públicos que são necessárias aos visitantes. Também deve ajudar na integração do Parque com outros produtos turísticos existentes no município e na sua divulgação para fins turísticos, educativo e como interesse ambiental e social. A Câmara de Vereadores também tem um papel de procurar enxergar formas de ajudar na implantação do Uso Público e agir por meio de projetos de lei.

Em seguida, apresentaremos algumas necessidades levantadas pela nossa avaliação, nos questionários e nas oficinas, bem como apontaremos o âmbito de

responsabilidade de o nível de importância e prioridade da ação (1 a 3) para o bom funcionamento.

Prefeitura Municipal de Torres

A interação entre o Parque Estadual de Itapeva e a Prefeitura Municipal de Torres tem sido historicamente muito difícil independente da gestão. A presença do Parque no município pode gerar inúmeros benefícios, que muitas vezes demoram ou não são reconhecidos, enquanto ao mesmo tempo gera restrições e limites na forma como o uso e a ocupação do solo ocorrem no entorno. Há, nesse contexto, um desafio muito grande a ser enfrentado, de encontrar um diálogo pró-ativo e de cooperação, uma vez que a gestão municipal depende de uma boa vontade da gestão do Parque e do Conselho Gestor e a implantação do Parque depende de ações que são competência e exclusividade da Prefeitura. Abaixo, segue uma lista de ações que seriam realizadas pela Prefeitura para o bom funcionamento do Uso Público, com as devidas responsabilidades internas.

151

Tabela 4 - Ações recomendadas para a Prefeitura Municipal de Torres no apoio ao Uso Público

Ações	Secretaria Responsável	Prioridade
Manutenção e melhoria da estrada municipal de acesso ao Parque.	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	3
Melhoria na organização e oferta do transporte coletivo de acesso ao Parque, com um olhar para o serviço turístico.	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	1
Limpeza no entorno do Parque.	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	3
Colocação de placas de sinalização viária.	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	2
Divulgação do Parque de Itapeva.	Secretaria de Turismo	2
Realização de cursos de capacitação para a comunidade residente no entorno. <ul style="list-style-type: none">• Condutores locais• Educadores ambientais	Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio	3
Cedência de profissionais, mediante convênio, para atuarem no Parque.	Secretaria da Administração e	2

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva
Anexo I - Diagnóstico

Ações	Secretaria Responsável	Prioridade
	Atendimento ao Cidadão	
Mobilização e organização de atores – empresários, associações, cidadãos empreendedores - para a participação nas atividades de uso público – cooperações, concessões.	Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos Diretoria da Juventude Sala do Empreendedor ³⁵	3
Divulgação do Parque de Itapeva.	Secretaria de Turismo	2
Estímulo às escolas e professores municipais para realização de visitas educativas no Parque e inclusão da atividade nos Planos Político Pedagógicos das escolas.	Secretaria da Educação	2
Estabelecimento de cooperação do a Sema/RS para esforço conjunto de planejamento e realização de ações integradas entre Parque Estadual de Itapeva e Parque da Guarita.	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	1
Apoio na fiscalização de invasões no limite norte do Parque e nas irregularidades ambientais cometidas a partir da faixa de praia.	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	2
Preocupação com as diretrizes para a ocupação do entorno do Parque na elaboração de Plano Diretor Municipal e Plano Ambiental, por exemplo, índice de ocupação, altura construtiva.	Secretaria de Planejamento Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	2
Priorização com as ocupações irregulares nos limites e dentro do Parque com fins de controlar e reduzir o impacto sobre a paisagem e interesse turístico nos limites com a cidade.	Secretaria de Planejamento Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	3
Elaboração de plano de habitação para moradores irregulares do Limite Norte do Parque.	Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo	2

³⁵ SEBRAE. Torres oficializa sala do Empreendedor. In <http://www.sebrae-rs.com.br/index.php/noticia/3852-torres-oficializa-adesao-a-redesimples-e-inaugura-sala-do-empendedor> Acesso em 13/8/2016

Câmara de Vereadores

A Câmara tem sido uma arena de exposição de conflitos com o Parque. Poderia ser um espaço de promoção do desenvolvimento e consolidação da UC como um pólo ecoturístico regional e ajudar a gerar os benefícios ambientais, econômicos e sociais inerentes a sua existência. Como em qualquer poder legislativo, as visões e posições políticas são diversas, entretanto, há dentre os vereadores aqueles que conseguem vislumbrar o futuro do município e da sociedade torrense com um Parque funcionando plenamente e esses devem ser melhor identificados pelos gestores e parceiros da UC com fins de motivar ações positivas e pró-ativas dessa Casa do Povo. Abaixo, segue uma lista de temas para projetos de lei que poderiam ser propostos na Câmara e que ajudariam o bom funcionamento do Uso Público ou melhores benefícios para a sociedade torrense nessa interação.

153

Tabela 5 - Ações recomendadas para a Câmara de Vereadores de Torres no apoio ao Uso Público

Ações	Prioridade
Propor e aprovar projeto de lei que estabeleça restrições e regramentos para o uso da praia em frente ao Parque Estadual de Itapeva e na região de interação entre a UC e o Parque da Guarita, visando a consolidação do território para fins de ecoturismo.	3
Propor e aprovar projeto de lei que favoreça o investido local na concorrência com investidores externos para as concessões de uso público no Parque de Itapeva, por exemplo, diferenciações tributárias.	2
Propor e aprovar projeto de lei que defina a região urbana com limite norte do Parque como área de desenvolvimento sustentável com conceitos urbanísticos diferenciados para integração com o Parque e o ecoturismo.	2

Setor Social

Dentro dessa categoria estão enquadrados ONGs, sindicatos, associações, sindicatos e movimentos que já possuem relações com o Parque devido a um histórico de atuação, ou que podem vir a possuir a medida que percebam a oportunidade ou sejam mobilizadas para tal. Considerou-se aqui, inclusive, o Conselho Gestor do Parque, pelo seu grau de organização e nível de comprometimento.

Há poucos anos, praticamente apenas o Instituto Curicaca, a Onda Verde e a Associação Comunitária Itapeva trabalhavam em defesa do Parque e apoiavam a sua

implantação. Esse quadro mudou e novas instituições locais surgiram ou se fortaleceram nesse papel e hoje o Parque pode contar com um corpo mais forte de apoio no setor social. Entretanto, as cooperações com esse setor passam por um enorme desafio, como encontrar os mecanismos formais para realizá-las e a disposição política dentro da Sema/RS para superar as barreiras culturais que dificultam a cooperação entre Governo e Sociedade Organizada.

No diagnóstico, os principais interesses do setor, ao responder os questionários, foram na prestação de serviços e atividades demandadas pelo uso público, dentro e fora do Parque, por meio de projetos, cooperações, concessões. Abaixo, segue uma lista de ações que poderiam ser realizadas por instituições do Setor Social e uma sugestão, não conclusiva, mas apenas indicativa do grupo que poderia ter aptidões e experiência para executá-las. Entretanto, recomenda-se que para fins de implementação do Pup seja considerado o currículo das instituições e uma proposta técnica para permitir a escolha dos melhores parceiros para cada ação. Dentre as que atuam na região, citamos a Onda Verde³⁶, o Centro Ecológico³⁷, Associação dos Surfistas de Torres³⁸ e o próprio Instituto Curicaca³⁹, cujas informações e experiências podem ser buscadas nas páginas institucionais referenciadas.

Tabela 6 - Ações recomendadas para o Setor Social na implantação do Uso Público

Ações	Grupo	Prioridade
Realização de projetos e ações com escolas, dentro do Parque ou tendo ele como tema gerador.	ONG e Movimentos	3
Organização de encontros com a comunidade para discutir o uso público e sua relação com a temática ambiental.	ONG e Movimentos Associações, Sindicatos e Cooperativas Locais	2
Realização de programas de capacitação da comunidade local e do entorno.	ONG e Movimentos	3

³⁶ Onda Verde. In <http://ondaverdeong.org.br/> Acesso em 13/8/2016

³⁷ Centro Ecológico. In <http://www.centroecologico.org.br/> Acesso em 13/8/2016

³⁸ AST. In <http://www.astsurf.com.br/> Acesso em 13/8/2016

³⁹ Instituto Curicaca. In <http://www.institutocuricaca.org.br> Acesso em 13/8/2016

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico

Ações	Grupo	Prioridade
Realização de pesquisas e Educação Ambiental e Patrimonial.	ONG e Movimentos	3
Monitoramento da implantação do Plano de Uso Público.	ONG e Movimentos	2
Prestação de serviços no Uso Público por meio de concessões ou cooperações.	ONG e Movimentos Associações, Sindicatos e Cooperativas Locais	2
Busca de apoio e financiadores para realização de atividades de implantação do Uso Público, inclusive cursos de capacitação.	Associações, Sindicatos e Cooperativas Locais ONG e Movimentos	2
Divulgação dos benefícios do Uso Público e do próprio Parque Estadual de Itapeva à comunidade, especialmente ao setor ao qual cada conselheiro está vinculado.	Conselho Gestor	3
Realização de ações voltadas para a implantação da zona de amortecimento e geração de benefícios para o Uso Público.	Associações, Sindicatos e Cooperativas Locais ONG e Movimentos	2

Setor Privado

Dentro desse setor estão as instituições com fins lucrativos atuantes no município de Torres, como hotéis, pousadas, campings, agências de turismo, comércio, restaurantes e empresas aptas a participar dos processos de concessão. Ao pensarmos em setor privado e sua relação com o Parque, cremos que para uma maior abrangência e distribuição dos benefícios e responsabilidades, essa deveria se dar, preferencialmente, por meio de suas instituições associativas. Entretanto, ao longo desse diagnóstico houve uma percepção que muitas empresas estabelecem relações diretas conforme enxergam oportunidades e, em muitos casos, não se sentem plenamente contempladas pelas relações estabelecidas por suas representações associativas. Esse é um aspecto que precisa ser melhorado e que merece provocações

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico



e estímulo da Sema/RS, da Prefeitura e da Câmara de Vereadores. Na tabela abaixo estão as formas de contribuição do setor que foram apontadas nas oficinas.

Tabela 7 - Ações recomendadas para o Setor Privado local na implantação do Uso Público

Ações	Instituição	Prioridade
Formatação de roteiros.	ATAV ⁴⁰ , Agências e Guias de Turismo	3
Comercialização do produto.	ATAV, Agências e Guias de Turismo	3
Fornecimento de guias turísticos.	ATAV, Agências e Guias de Turismo	1
Auxílio na formação e capacitação da comunidade local.	ATAV, Agências e Guias de Turismo	2
Divulgação, promoção e venda do produto.	Entidades Hoteleiras	3
Divulgação do Parque.	Demais estabelecimentos comerciais ATAV, Agências e Guias de Turismo Entidades Hoteleiras	3
Auxílio na viabilidade econômica das atividades planejadas	Sindiloja, Câmara de Dirigentes Lojistas, etc	1
Apoio jurídico aos prestadores de serviços	Sindiloja, Câmara de Dirigentes Lojistas, etc	3
Divulgação das oportunidades e concessão de serviços no Parque	Sindiloja, Câmara de Dirigentes Lojistas, etc	3

156

Instituições regionais

Setor Público

Além da Sema/RS, já mencionada, outras instituições públicas estaduais e federais estão relacionadas com o funcionamento do Parque. No caso das estaduais, as contribuições mais demandadas foram relacionadas à manutenção da estrada RS-389,

⁴⁰ ATAV - Associação Torrensense das Agências de Viagem

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico

a Estrada do Mar, divulgação do atrativo turístico e incentivo ao turismo ecológico, segurança e fiscalização na área, e a própria gestão do parque. No caso dos órgãos federais, a responsabilidade maior seria na área de elaboração e auxílio na implementação de planos e ações.

Tabela 8 - Ações recomendadas para instituições estaduais e federais na implantação do Uso Público

Ações	Instituição	Prioridade
Plano de gestão e preservação dos sítios arqueológicos.	IPHAN	2
Plano integrado de educação e informação ambiental sobre a importância das UC.	ICMBio/REVIS Ilha dos Lobos	2
Manutenção da estrada.	DAER ⁴¹	3
Implantação do trevo de acesso ao Parque na Estrada do Mar (RS-389).	DAER	3
Regulamentação do uso da Estrada do Mar por ônibus de turismo entre a Av. Castelo Branco e o trevo de acesso ao Parque.	DAER	3
Melhoria nas condições de segurança na rodovia.	DAER	2
Implantação e melhoria da sinalização no acesso ao Parque.	DAER	2
Incluir o Parque Estadual de Itapeva e outros atrativos da região em programas e roteiros estaduais de ecoturismo.	SETUR ⁴²	3
Divulgar o Parque Estadual de Itapeva e outros produtos ecoturísticos da região em eventos de Turismo que o órgão público participe.	SETUR	2
Apoiar demandas de planejamento integrado do turismo na região em que o Parque esteja sendo oferecido como um produto.	SETUR	2
Incentivar o turismo ecológico na região e no estado.	SETUR	2
Auxílio no planejamento do turismo no Parque e	SETUR	2

⁴¹Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem

⁴²Secretaria Estadual de Turismo e Lazer

**Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva
Anexo I - Diagnóstico**



Ações	Instituição	Prioridade
entorno.		
Elaboração de atividades para fomentar a integração de iniciativas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da região ao Roteiro do Parque Estadual de Itapeva.	IPHAE	2
Investimento no hospital de Torres, obtenção de soro anti-oftálmico, preparo para atendimento de reações alérgicas, etc., no caso de emergências.	Secretaria Estadual da Saúde	3
Fiscalização e segurança do entorno do parque.	Brigada Militar	3
Batalhão Ambiental, fiscalização de atividades no entorno e dentro da UC.	Brigada Militar/Patran	3
Fiscalização do cumprimento dos Planos de Manejo e de Uso Público.	Sema/RS	3
Monitoramento dos impactos de visitação.	Sema/RS	3
Mobilização dos atores para realização de parcerias, especialmente com a Prefeitura.	Sema/RS	3
Divulgação do Parque como atrativo turístico e de Educação Ambiental.	Outras Prefeituras	2

Setor Privado

As empresas que atuam em Torres estão ligadas à organizações de caráter estadual e nacional que podem lhes dar apoio em qualificação para estabelecer condições para a disputa no mercado do turismo. Foram sugeridas necessidades que podem ser supridas por essas instituições, uma vez feita a demanda e estabelecidas as parcerias necessárias. Também foram consideradas aqui agências de turismo localizadas especialmente na Grande Porto Alegre e em Caxias do Sul, que pelo público que atendem podem oferecer pacotes e roteiros turísticos envolvendo o Parque.

Tabela 9 - Ações recomendadas para o Setor Privado regional na implantação do Uso Público

Ações	Instituição	Prioridade
--------------	--------------------	-------------------

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico

Ações	Instituição	Prioridade
Realização de capacitação e qualificação, especialmente no meio rural	SENAR ⁴³ Emater	
Apoio aos prestadores de serviço	SENAC ⁴⁴ SEBRAE ⁴⁵	
Realização de cursos de capacitação para a comunidade, voltados para o empreendedorismo	SENAC SEBRAE	
Formatação de roteiros	Agências de Turismo	
Investimento no turismo pedagógico	Agências de Turismo	
Comercialização do produto	Agências de Turismo	
Fornecimento de guias turísticos	Agências de Turismo	
Financiamento de cursos de capacitação para a comunidade	SICREDI ⁴⁶	

Setor Social

No momento, a única instituição com atuação territorial mais ampla diretamente relacionada ao Parque Estadual de Itapeva é o Instituto Curicaca. Recentemente, a ONG Defender⁴⁷, relacionada ao patrimônio cultural teve uma atuação mais pontual relacionada ao Parque que pode vir a se transformar em uma atenção mais constante e dedicada. Durante as oficinas, os participantes sugeriram também para o âmbito de atuação regional diversas das atividades propostas para as ONGs de âmbito local, de maneira que não há necessidade de repeti-las aqui. Entretanto, é necessário considerar que há necessidades de atuação em caráter regional para ajudar na implantação do Uso Público e listamos abaixo um conjunto de ações que poderiam ser desenvolvidas pelo setor social.

⁴³Serviços Nacional de Aprendizagem Rural

⁴⁴Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

⁴⁵Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

⁴⁶Sistema de Crédito Cooperativo

⁴⁷ Defender. In <http://defender.org.br/> Acesso em 13/8/2016

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



- Provocação de uma ação cooperada entre Sema/RS e IPHAE para a melhor gestão do Sítio de Itapeva, localizado dentro do Parque;
- Provocação da Secretaria Estadual de Educação para que estimule e apoie o uso do Parque pelas escolas estaduais da região em atividades de educação ambiental ou mesmo de vivências em disciplinas, como geografia, biologia e história.
- Articulação de cooperação intermunicipal para divulgação cruzada dos produtos turísticos existentes em cada município.
- Provocação da Secretaria Estadual de Turismo para que reconheça, aperfeiçoe, apoie e ajude a qualificar o Roteiro de Ecoturismo do Parque Estadual de Itapeva.
- Inserção do Parque Estadual de Itapeva em projetos regionais, estaduais e federais que possam contemplar o ecoturismo e o apoio à organização e qualificação dos moradores locais para atuação nessa economia com base comunitária.
- Articulação de parcerias para a implantação do Plano de Uso Público, incluindo monitoramento dos indicadores de implantação e acompanhamento social da atuação da Sema/RS para sua implantação.
- Realização de esforços de captação de recursos de editais e programas para apoio à implantação do Uso Público.
- Articulação de cooperação entre Sema/RS e ICMBio para o desenvolvimento integrado do Uso Público em Unidades de Conservação federais e estaduais existentes na região.
- Internalização no Mosaico Porta de Torres da importância do desenvolvimento de um programa integrado de ecoturismo envolvendo áreas protegidas nele contempladas.
- Articulação da integração da Aldeia Indígena do Campo Bonito, das Artesãs com palha de butiá da região de Torres, dos Agricultores ecologistas com SAF e da Comunidade Quilombola São Roque ao futuro Roteiro de Ecoturismo do Parque de Itapeva.
- Busca dos meios para e também realização de conjunto de ações de qualificação para a implantação do Uso Público, com ênfase em oportunidades para a comunidade e empresários locais.

Instituições científicas

Algumas universidades possuem forte interação com o Parque Estadual de Itapeva principalmente no campo da pesquisa, mas o Centro de Ecologia da UFRGS tem da do também uma grande contribuição no apoio à gestão. A Fundação Zoobotânica, também como instituição de pesquisa, elaborou o Plano de Manejo e faz parte, desde sempre, do Conselho Gestor juntamente com a UGFRGS e a ULBRA.

No âmbito da implementação do Plano de Uso Público, duas ações possuem forte relação com esse setor: a realização do turismo científico e, por afinidade, o apoio no monitoramento da implementação das atividades previstas e de seu impacto à biodiversidade. Outra possibilidade é a participação das instituições científicas em atividades de capacitação de gestores e de instituições que venham a assumir responsabilidade na implantação do monitoramento.

161

Recomendações:

A partir do levantamento de contribuições necessárias apontadas para cada setor é possível identificar ações que permeiam mais de um setor ou instituição e que podem e devem ser organizadas dentro de eixos de cooperação institucional. Merecem destaque para a criação de programas específicos a Comunicação, a Educação Ambiental, a Capacitação e o Suporte em Infraestrutura. Esses programas, então, serão planejados e detalhados no documento final do Plano de Uso Público.

Relatório das Oficinas

Foram realizadas duas oficinas, uma para o Setor Governamental e outra para o Não Governamental (englobando Sindicatos, Associações Comunitárias, ONGs e empresas locais). Além dessas, estão programadas outras oficinas, sendo uma delas para o setor de educação e uma de consolidação final integrando setores.

Objetivo:

Apresentar e discutir os resultados obtidos com a realização das atividades do diagnóstico previstas e estabelecer as atividades de interesse (potencialidades) e demandas para o uso público do Parque Estadual de Itapeva por segmento específico da sociedade.

Informações Gerais:

- Data de realização: 20 (Governamental) e 21 (Não Governamental) de junho de 2016.
- Local: Sede da Colônia de Pescadores de Torres, RS.
- Hora de início: 14:25 (Governamental) e 9:15 (Não Governamental).

Oficina Governamental

Programação

Horário	Assunto	Detalhes
14:00-14:20	Recepção aos Participantes	
14:20-14:40	Apresentação da Oficina e Pressupostos: Onde estamos e o que pretendemos?	Breve contextualização, conceitos, diretrizes e pressupostos que orientam a elaboração do Pup, etapas realizadas e situação atual.
14:40-15:00	Apresentação dos Participantes	
15:00-15:30	Apresentação dos Resultados dos	Usuários potenciais, benefícios e

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico

Horário	Assunto	Detalhes
	Questionários realizados	cuidados do Uso Público, o entorno do Parque.
15:30-16:00	Divisão em Grupos para discussão de perguntas orientadoras e posterior apresentação ao grande grupo das definições.	A partir de dois eixos centrais e perguntas relacionadas: 1- <i>Queremos que a comunidade local tenha benefícios sociais e econômicos!</i> 2- <i>Queremos que os empresários locais tenham interesse e condições de assumir concessões!</i>
16:00-16:30	Apresentação dos Cenários de Operação, com discussão	Misto (Público + Privado), Totalmente público e Totalmente Privado
16:30-17:00	Apresentação das Atividades planejadas para o Parque, com discussão	

Participantes:

A Oficina Governamental contou com a participação de 19 representantes das seguintes entidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Comando Ambiental da Brigada Militar, Comitê da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Secretária Estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema/RS), Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB-RS), 11ª Coordenadoria Regional de Educação- Osório, Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam), Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Torres, Secretaria Municipal da Cultura e do Esporte de Torres e Secretaria Municipal de Planejamento de Torres, além de membros da equipe do Instituto Curicaca. A lista de presenças encontra-se no anexo X. Devido a uma limitação no número de vagas, a participação na Oficina foi condicionada ao recebimento de convite, enviado pelo Instituto Curicaca a órgãos e entidades

considerados fundamentais no processo. Também foram convidados (e confirmaram presença, porém não compareceram) a Prefeita de Torres, o representante do Parque da Guarita na SMAURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Torres), um vereador e a Secretaria de Meio Ambiente de Arroio do Sal. Representantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Turismo de Torres foram convidados, porém não confirmaram presença.

Pressupostos

A oficina iniciou com uma contextualização e explicação de conceitos, incluindo: Plano de Uso Público, Parque, Uso indireto, Plano de Manejo, Plano de Uso Público. A seguir, foram apresentadas as etapas da elaboração do Pup que estão sendo seguidas: Diagnóstico, Análise de Cenários, Definição de Atividades e Serviços e Elaboração dos Instrumentos de Implantação. Depois, os pressupostos definidos pelo Curicaca para nortear o Uso Público no Parque Estadual de Itapeva: UC de Proteção Integral (cuja finalidade principal conservação da biodiversidade e outros mencionados no SNUC); SNUC e Seuc; Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva; Serviços Ambientais e Benefícios Sociais; Viabilidade Ambiental e Econômica; Participação Social; Manejo Adaptativo.

A partir disso, surgiu o questionamento de um participante a respeito dos termos da elaboração do Pup, mais especificamente de como se deu essa contratação da Sema/RS, em tempos de contenção de despesas por parte do Estado. O gestor do Parque e responsável pela contratação, Paulo Grübler, foi quem respondeu, explicando que a contratação foi feita por meio de Termo de Ajustamento de Conduta num processo aberto à propostas técnico-financeira conduzido pelo empreendedor ajustado.

Foi levantada a relação entre o Parque Estadual de Itapeva e o Planejamento Urbano, e a necessidade de realização de outras oficinas, específicas do tema. A equipe gestora explicou que, na atualização do Plano de Manejo (em andamento) podem ser realizadas oficinas junto ao município, uma vez que esse assunto contempla mais o PM do que o Pup. Também foi destacada a preocupação do município com o

entorno do Parque, seu Zoneamento, Zona de Amortecimento e Planejamento Urbano, como por exemplo, o acesso ao Parque, estradas, construções dentro do Parque e como tudo isso pode se relacionar com o planejamento da cidade. Além disso, foi mencionada, da área do Urbanismo, a questão da identidade do Parque: onde a cidade vê o parque, de que forma ela vê, como se ingressa, e como tudo isso possui uma relação muito forte com a cidade. O Parque faz parte da identidade da cidade, turística, cultural e urbana, extrapola a questão ambiental. Foi apontada ainda a necessidade de uma ligação física e visual, um acesso para pedestres entre o Parque da Guarita e o Parque de Itapeva, já em discussão pelo município. Foi questionado o acesso e sinalização via Estrada do Mar, e sugerido que o Parque Estadual de Itapeva seja “mais voltado para a cidade do que para a Estrada do Mar”.

165

Os resultados dos questionários realizados foram apresentados, na forma de gráficos.

Discussão em grupos e apresentação em plenária

As discussões foram orientadas a partir de dois eixos, considerados norteadores do planejamento para essa oficina, que são: comunidade local e empresários locais. Nesse sentido, os dois grupos buscaram responder às seguintes perguntas, mediados a organizar seus pensamentos em dois âmbitos de contribuições: “o quê fazer?” e “quem pode fazer isso?”. Na mediação, houve o esforço para que as sugestões fossem objetivas, factíveis e os responsáveis estivessem, prioritariamente, entre os envolvidos, evitando delegações muito amplas e subjetivas dos compromissos.

Grupo 1- Queremos que a comunidade local tenha benefícios sociais e econômicos!
Quais as condições para que isso aconteça? Quem pode ajudar para alcançarmos isso?

Grupo 2- Queremos que os empresários locais tenham interesse e condições de assumir concessões! O que é preciso para isso? Como e quem pode ajudá-los?

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico

Após um tempo para discussão em grupos, os resultados foram sintetizados em painéis e apresentados aos demais participantes. A síntese das discussões está apontada a seguir e os painéis completos estão representados nas figuras a seguir.

Grupo 1: Comunidade Local

Tabela 10 - Lista de ações recomendadas pelo Grupo 1 para apoiar o envolvimento da comunidade nos benefícios do Uso Público

O quê?	Quem?
a) Estabelecer estratégias de marketing do Parque Estadual de Itapeva; conhecimento do Plano de Manejo e dos aspectos gerais do Parque Estadual de Itapeva; clarificar benefícios econômicos e sociais do Parque.	Gerência Parque Estadual de Itapeva e Conselho, em parceria com Secretaria Municipal de Educação, Escolas, Secretaria Municipal de Cultura, Secretarias de Turismo, CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), Associações de Classe, Hotéis, Restaurantes, donos de camping, etc.
b) Estruturação do Parque Estadual de Itapeva para recepção de turismo, atividades educativas, visitantes, etc.	Sema/RS e iniciativa privada.
c) Mobilizar atores públicos, privados e comunidade.	Gestão Parque Estadual de Itapeva e Prefeitura Municipal de Torres.

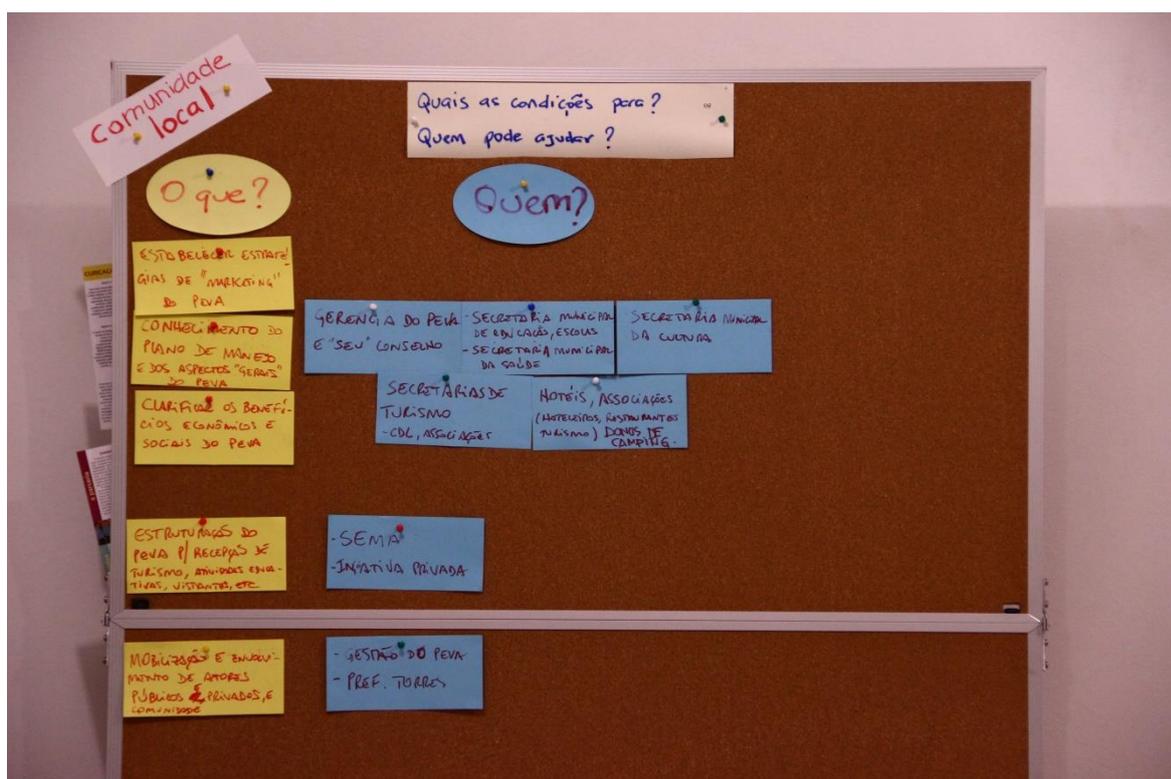


Figura 41 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 1 (Oficina 1)

Além dessas questões, foi mencionada a gestão financeira do Parque e foi sugerida a busca de auto-suficiência, ou seja, deve ser busca da autonomia para gerir as receitas captadas pelo próprio Parque. Inclusive, houve sugestão de que o Parque poderia ter ações de captação própria de recursos através de ferramentas, como uma associação de amigos. No entanto, não houve consenso nesse tópico, pois se entendeu que a auto-suficiência deve ser parcial, já que é responsabilidade do Estado garantir os funcionários e as estruturas básicas necessárias ao alcance dos objetivos da Unidade de Conservação, ou seja, o Parque não deve custear funcionários e estrutura com receita própria. Concluiu-se que essa questão, apesar de importante, necessita mais discussão e deve ser trabalhada no Plano de Manejo, não cabendo detalhamento aqui.

167

Encaminhamentos:

É necessário mostrar o Parque Estadual de Itapeva pra comunidade, incluindo seus benefícios econômicos e sociais.

É necessária melhor infraestrutura para receber gente no Parque Estadual de Itapeva, Sema/RS é responsável por estabelecer parcerias na iniciativa privada.

É necessário maior engajamento da comunidade, seja poder público ou privado ou comunidade.

Grupo 2: Empresários Locais

Tabela 11 - Ações sugeridas pelo Grupo 2 para fortalecer a participação do empresariado local no Uso Público

O quê?	Quem?
d) Definição de atividades a serem exploradas, com avaliação da sua viabilidade econômica.	Sema/RS e contratados.
e) Instrumentos que garantam ou deem segurança jurídica dos benefícios e dos compromissos (para o empresário: clareza do que pode ser ganho, segurança do investidor; e para o estado, que é o concedente). Não definir valores fixos, por	Sema/RS e contratados, com apoio de Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Sindilojas e outras entidades empresariais, como Associação dos bares, hotéis e restaurantes de Torres (podem ajudar na parte da viabilidade econômica, pois conhecem a realidade do município).

O quê?	Quem?
<p>exemplo, tornar adaptável a flutuações (instrumentos claros e flexíveis), adaptado à sazonalidade (lanchonete pode estar aberta só no verão, por exemplo).</p>	
<p>f) Mecanismos de garantir que os trabalhadores e prestadores de serviço da comunidade local sejam priorizados nas concessões e contratações (especialmente ajudar os que não estão organizados), mesmo que o investidor seja externo.</p>	<p>Sala do Empreendedor (estrutura municipal) pode ajudar na organização (orientação e capacitação) jurídica, gestão, prestação. Instituições de formação: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Instituto Federal, Universidades e escolas que tenham ensino técnico.</p>



Figura 42 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 2 (Oficina 1)

Encaminhamentos

- Priorizar comunidade local na concessão e/ou contratação.
- Garantir mecanismos de segurança para o empreendedor, especialmente se for pequeno empreendedor local ou associação comunitária, considerando inclusive as variações sazonais típicas de Torres.
- Estabelecer parcerias com instituições empresariais locais.

169

Discussões em plenária sobre os Cenários de Operação

A partir das perguntas norteadoras *“Teremos um Pup. E depois? Quais as necessidades para o bom funcionamento do Uso Público no Peva?”* e *“Queremos que a Sema/RS tenha as condições necessárias para fazer sua parte no Uso Público. Quais seriam essas condições? O que faremos para ajudar a alcança-las?”*. A discussão foi realizada no grande grupo e teve como principais tópicos:

O Estado não possui condições de operar o Parque Estadual de Itapeva sozinho (nem financeiras e nem de pessoal), nem terá em curto prazo. O Planejamento do Uso Público deve ser feito em longo prazo, desde que seja bem calçado na realidade.

O Parque deve trabalhar com parcerias (exemplo: estagiários de Universidades) para desempenhar funções associadas ao uso público.

Devem ser vistas quais as funções que não podem ser delegadas (fiscalização e gestão, por exemplo) que essas obrigatoriamente devem ficar com a Sema/RS. As demais podem ser executadas por parceiros.

Novamente mencionou-se a questão da falta de verba pública e de como superar isso, através da criação de um caixa do Parque Estadual de Itapeva que não o caixa único do Estado. Embora essa discussão deva constar no PM e não no Pup, possibilidades foram levantadas como: Associação de amigos do Parque Estadual de Itapeva, aproveitamento de verba de contrapartidas, mensalidade, multas do Ministério Público, a ser usado com mão de obra e infraestrutura. Possível buscar parceria com Fundo de Turismo do município, por exemplo. Parque é um produto turístico do município de fato!

Apresentação e discussão das atividades de uso público preliminarmente sugeridas

Foram apresentadas as atividades que estão sendo consideradas para análise de viabilidade até o momento. Quanto ao camping, os resultados das entrevistas apontam para uma tendência que já é observada no município de que, passado o conflito inicial com o fechamento do camping, o desejo de se ter camping dentro do Parque é bem menor, já que muito mais entrevistados mencionaram camping e outras formas de hospedagem como viáveis fora do que dentro do Parque Estadual de Itapeva, e também que grande parte dos entrevistados entende que a função e benefício principal do Parque são relacionados à preservação. A Sema/RS mencionou estudo, citado anteriormente, de que a ocupação nos campings no entorno aumentou após o fechamento do camping do Parque Estadual de Itapeva, e o consenso geral entre os presentes foi de que o camping deve ser estimulado somente fora da UC. O sandboarding também foi discutido brevemente, sem, no entanto, chegar a um consenso, mas não houve manifestações contrárias quando se mencionou a possibilidade de impedimento devido à falta de recarga das dunas.

Dentre as sugestões de atividades, foi citado o teleférico. Após breve discussão, foi acordado que a análise de viabilidade de um teleférico não deve ser feita no Pup, por se tratar de atividade muito mais complexa e com alto custo de análise. O Plano deve, então, esclarecer que, caso haja interesse por parte de um empreendedor, a avaliação será feita a partir da proposta do interessado. Além disso, o Pup está sendo feito para, assim como o Plano de Manejo, ter validade de 5 anos, ao fim dos quais deve ser atualizado, podendo contar com a inclusão de novas atividades. Também foi citada a preocupação com possível atividade de balonismo, relacionada com as quedas eventuais dentro do Parque, que podem chegar a causar incêndios e outros danos. Outra atividade a ser potencializada no Plano deve ser a observação de baleias, já que o município de Torres foi recentemente incluído como ponto para tal atividade, e o Parque Estadual de Itapeva deve ser incluído nesse complexo. Mesmo tendo um mirante com indicativo de observação de baleias, sugeriu-se que seja criada uma atividade específica para isso, para valorizar ainda mais.

Além das atividades, no fim da oficina foram citados tópicos como:

Necessidade de um diferencial no Parque: algo que marque o parque, como um mirante bom, uma ciclovia que atravessasse Torres, etc. O camping era essa coisa marcante, diferencial, e agora outra deve ser pensada.

Questões relativas ao Urbanismo foram levantadas, como a identidade, ou imagem da cidade e a intenção de integrar o Parque Estadual de Itapeva com o planejamento urbano de Torres, com problemas, desafios e oportunidades integrados a isso, além da integração da faixa de praia. O Parque de Itapeva faz parte da identidade da cidade, turística, cultural e urbana e extrapola a questão ambiental, por isso a necessidade de integração com o planejamento urbano, especialmente, considerando três pontos: 1- Acesso ao parque: *como se chega? Será que o melhor acesso é via Estrada do Mar? Não há possibilidade de se pensar em um acesso pela Praia da Guarita?* 2- Parque como paisagem- construções dentro do Parque: *como relacionar isso com o planejamento e a paisagem da cidade? Necessidade de uma ligação Parque Estadual de Itapeva com o seu entorno, especialmente uma ligação entre o Parque Estadual de Itapeva e o Parque da Guarita, incluindo também a faixa de praia;* e 3-imagem do parque, ou identidade visual: *onde a cidade vê o Parque, de que forma ela vê, como se ingressa,* tudo isso possui uma relação forte com a cidade.

Necessidade das referências histórico-culturais se fazerem presentes no Parque de Itapeva, ou através de uma visitação direta a sítios, ou, pelo menos, pela representação do memorial do cemitério indígena, rota indígena e a importância econômica da rota comercial de Itapeva no século 19 em um museu ou Centro de Visitantes.

Possibilidade de que as novas construções do Parque Estadual de Itapeva sigam princípios de Bioconstrução: ideal, porém um pouco fora da realidade por problemas relacionados à necessidade de cuidados, renovação, manutenção e à falta de capacidade do estado para isso, além da dificuldade de licitação. O grupo então, optou que essa possibilidade deve ser ao menos mencionada e colocada como parâmetro, para que o Estado tente viabilizar, tendo alternativas caso não se consiga. Uma das

alternativas pensadas foi de se pensar na bioconstrução para estruturas secundárias do Parque, e a realização de oficinas e cursos de bioconstrução.

Oficina Não Governamental

Programação

Horário	Assunto	Detalhes
9:00-9:20	Recepção aos Participantes	
9:20-9:40	Apresentação da Oficina e Pressupostos: Onde estamos e o que pretendemos?	Breve contextualização sobre os conceitos de Parque, Uso Público, Uso Indireto, Plano de Manejo, Plano de Uso Público e as diretrizes e pressupostos que orientam a elaboração do Pup, etapas realizadas e situação atual.
9:40-10:00	Apresentação dos Participantes	
10:00-10:30	Apresentação dos Resultados dos Questionários realizados	Usuários potenciais, benefícios e cuidados do Uso Público, o entorno do Parque.
10:30-11:00	Divisão em Grupos para discussão de perguntas orientadoras e posterior apresentação ao grande grupo das definições.	A partir de dois eixos centrais e perguntas relacionadas: 1- <i>Queremos que a comunidade local tenha benefícios sociais e econômicos!</i> 2- <i>Queremos que os empresários locais tenham interesse e condições de assumir concessões!</i>
11:00-11:30	Apresentação dos Cenários de Operação, com discussão	Misto (Público + Privado), Totalmente público e Totalmente Privado
11:30-12:00	Apresentação das Atividades planejadas para o Parque, com discussão	

Participantes:

Na Oficina Não Governamental, estavam presentes 17 representantes das entidades: Jamboó Turismo, Associação Comunitária de Itapeva, Aguatá Turismo, Eduque, ONG Onda Verde, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Torres, grupo de Artesãs de Torres, Federação Gaúcha de Balonismo e Sociedade de Amigos do Balneário de Itapeva Norte. A lista de presenças encontra-se no anexo 5. Devido a uma limitação no número de vagas, a participação na Oficina foi condicionada ao recebimento de convite, enviado pelo Instituto Curicaca a órgãos e entidades considerados fundamentais no processo. Havia confirmado presença, mas não puderam comparecer, os representantes de empresário do ramo de parapente, Associação de Surfistas de Torres, dono de camping, presidente do Sindicato Hotéis, Bares e Restaurantes, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Torres e dono de hotel em Torres. Ainda foram convidados o cacique da Aldeia Indígena e empresário do ramo de caiaque.

173

Pressupostos:

Tal como a anterior, a oficina iniciou com uma contextualização e explicação de conceitos, incluindo: Plano de Uso Público, Parque, Uso indireto, Plano de Manejo, Plano de Uso Público. A seguir, foram apresentadas as etapas da elaboração do Pup que estão sendo seguidas: Diagnóstico, Análise de Cenários, Definição de Atividades e Serviços e Elaboração dos Instrumentos de Implantação. Depois, os pressupostos definidos pelo Curicaca para nortear o Uso Público no Parque Estadual de Itapeva: UC de Proteção Integral (cuja finalidade principal conservação da biodiversidade e outros mencionados no SNUC); SNUC e Seuc; Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva; Serviços Ambientais e Benefícios Sociais; Viabilidade Ambiental e Econômica; Participação Social; Manejo Adaptativo.

Surgiram alguns questionamentos como a possibilidade de atividade de “bungeejump” com guindaste no Parque e, novamente, a necessidade de se ter símbolos do Parque Estadual de Itapeva, uma identidade do Parque. Quanto à sugestão da atividade, a opção de se construir uma identidade para o Parque

fortemente associada ao ecoturismo descarta a possibilidade de considerarmos atividades recreativas radicais que necessitam o uso de equipamentos de suporte da natureza do “bungeejump”.

Novamente, os resultados dos questionários foram apresentados, na forma de gráficos. Um participante manifestou dificuldades na compreensão dos gráficos, especialmente com o número de respostas dado, porque não coincidem com o número total de respostas. Foi respondido que, por serem perguntas de resposta aberta, era possível mais de uma por entrevistado, e que os números representavam a quantidade de vezes que cada resposta foi citada.

174

Discussão em grupos e apresentação em plenária

A partir de dois eixos, considerados norteadores do planejamento para essa oficina, ou seja, comunidade local e empresários locais, os dois grupos novamente trabalharam em cima de perguntas sugerindo “*o quê fazer?*” e “*quem pode fazer isso?*”

Grupo 1- Queremos que a comunidade local tenha benefícios sociais e econômicos!- Quais as condições para que isso aconteça? Quem pode ajudar para alcançarmos isso?

Grupo 2- Queremos que os empresários locais tenham interesse e condições de assumir concessões! O que é preciso para isso? Como e quem pode ajudá-los?

Após um tempo para discussão em grupos, os resultados foram sintetizados em painéis e apresentados aos demais participantes. A síntese das discussões está apontada a seguir e os painéis completos estão representados.

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva

Anexo I - Diagnóstico

Grupo 1: Comunidade Local

Tabela 12 - Ações sugeridas na Oficina 2 pelo Grupo 1 para fortalecer os benefícios do Uso Público para a comunidade

O quê?	Quem?
g) Formação de guias locais e cursos de capacitação, especialmente entre os jovens pertencentes às vilas do entorno do Parque (considerando as dificuldades dessa população frente ao contato com violência, tráfico, etc)	Esforço conjunto: Associação Torrensense Agências de Viagem (ATAV), Associações de Bairros, Empresários locais, Associação Hotéis (contrapartidas sociais de alguma concessão), artesãos, ONGs, Sema/RS, ULBRA, Escolas Técnicas do município.
h) Inserção das artesãs, possibilidade através de “café rural”.	SENAC, Serviços Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI).
i) Inserir a comunidade indígena.	
j) Tornar o Parque um produto turístico e comercial do município: criar identidade, promoção e selo (adesivos, folder, etc.). Trabalhar com um tipo de turista dentro da cidade (o ecoturista). Essas ações podem mudar a imagem negativa do Parque com a comunidade.	



Figura 43 - Quadro síntese do planejamento visual para o Grupo 1 (Oficina 2)

Outras sugestões/desafios:

- Trabalhar com um tipo de turista dentro da cidade (o ecoturista). Comparação com os Campos de Cima da Serra, que identificou um público (ecoturista) e investiu nesse setor. O Parque Estadual de Itapeva hoje é mais próximo de Aparados da Serra, por exemplo, do que da praia.
- Hoje não é o turismo ecológico que ocorre no Litoral Norte. É o turismo de massa. Nossa proposta pode ser compatibilizada com a política pública de massa em Torres, mas também deve gerar um ponto de questionamento da política pública de turismo da cidade.
- Como inserir artesãs e indígenas? Como lidar com a comunidade indígena? Não sabemos nem abordar isso. Primeiramente, ouvi-los.
- A implantação do Plano e Uso Público prescinde educar, capacitar, promover e vender os serviços para o público usuário potencial.
- O valor cobrado acaba sendo uma forma de selecionar público: questão da exclusão X maior proteção.
- É necessário um apoio de qualificação e apoio jurídico. Quem fornece?
- Formação e qualificação necessitam financiamento: ONGs devem se comprometer a captar recursos para essas atividades. SICREDI pode apoiar, pois apoiar uns cursos. SENAC tem um curso na área de meio ambiente (pode

trabalhar com subsídios). SENAR é gratuito, pois é bancado com a porcentagem de produção.

Encaminhamentos:

- Formação da comunidade local (condutores locais, café rural, etc.): necessidade de formadores e financiadores para os cursos.
- Necessária uma preparação da comunidade antes do lançamento dos editais de concessão. Empresariado: para que possa participar dos editais. Comunidade: para informação, difusão das oportunidades.
- Investir no ecoturismo e no Turismo Rural: Torres tem que se preparar para receber esse público. É uma cidade com turismo consolidado, mas que, de certo ponto de vista, está um planejamento de turismo.
- Criar uma identidade do Parque, que ajude a trazer benefícios econômicos e também a mudar a imagem negativa que parte da comunidade tem do Parque.

Grupo 2- Empresários Locais

Tabela 13 - Ações sugeridas pelo Grupo 2 (Oficina 2) para promover o envolvimento dos empresários locais no Uso Público

O quê?	Quem?
k) Estabelecer atividades a serem exploradas, prezando pela garantia de sustentabilidade (social, ambiental e econômica).	Sema/RS e contratados. Associação dos bares, hotéis e restaurantes de Torres (podem ajudar na parte da viabilidade econômica pois conhecem a realidade do município).
l) Instrumentos de concessão bem claros, dando as garantias necessárias ao empreendedor, contemplando garantias de bem social e ambiental nos contratos, e garantir o perfil desejado da empresa. Plano de Negócios das atividades bem delineado, trabalhando os conceitos de ecoturismo e “empreendedorismo	Sema/RS e Prefeitura.

O quê?	Quem?
solidário”.	
m) Divulgação de oportunidades ao empresariado local (atividades, demonstrando a viabilidade econômica).	Sema/RS, com parceria de CDL, Hotéis, Sindilojas e outros Sindicatos e demais entidades empresariais, no caso de empresas maiores, ou mobilização para abranger empresários individuais.
n) Mobilização de associações, cooperativas e demais grupos comunitários que podem assumir atividades do Pup.	Prefeitura, através da Secretaria de Ação Social, atraindo empreendedores individuais.
o) Concessão em blocos, agregando atividades com retorno financeiro e atividades com retorno social e ambiental, talvez até atividades menos lucrativas como contrapartida da concessionária para a realização de atividades mais lucrativas. Esse tópico não foi consenso entre os presentes.	Sema/RS e cooperativas ou associações.

Outras sugestões/desafios:

- Possibilidade de implantação gradual das atividades para manter uma segurança econômica, especialmente se a empresa for da comunidade local.
- Pensar numa forma da comunidade local ser beneficiada mesmo se a concessão for feita para uma empresa de fora.
- Trabalhar o conceito de ecoturismo e empreendedorismo solidário/ economia solidária.
- Necessidade de uma fase preparatória (oficinas ou outra preparação) antes da abertura dos editais de concessão (se fosse hoje a comunidade não teria condições de assumir essas concessões), através de oficinas e cursos de qualificação (para os quais foi apontada a necessidade de parceiros, para ministrar e financiar essa capacitação), abrangendo os dois públicos: comunidade (informação, difusão de oportunidades e dos benefícios possíveis, da possibilidade de criação de associações e cooperativas para assumir as concessões e, principalmente, apoio jurídico para como fazer isso), e

empresariado local. Fase preparatória englobando a região (entorno), mas não Porto Alegre ou Caxias do Sul e outros grandes centros.

- Mobilização de cooperativas, associações e demais grupos comunitários: despertar na comunidade o sentido de que ela pode se tornar um empreendedor (o privado), não precisa ser sempre empregado de alguém.
- Não pode perder o componente educativo, social. Mas como se transforma isso no rol do planejamento de atividades? Depende do desenho final das atividades.
- Viabilidade econômica como norteador das formas de agregação, caso haja concessão em blocos.
- “Concessão” diferente de “cooperação”.
- Adaptação a flutuações como sazonalidade (instrumentos claros e flexíveis).



Figura 44 - Quadro síntese do planejamento visual do Grupo 2 (Oficina 2)

Encaminhamentos:

- Criar instrumentos claros que garantam ou deem segurança jurídica dos benefícios e dos compromissos das concessões.
- Divulgação de oportunidades, no caso de se optar por concessões ao empresariado local.
- Necessidade de preparação e mobilização da comunidade local, no caso de se optar por concessão para cooperativas.

180

Discussões em plenária sobre os Cenários de Operação

A partir das perguntas norteadoras *“Teremos um Pup. E depois? Quais as necessidades para o bom funcionamento do Uso Público no Peva?”* e *“Queremos que a Sema/RS tenha as condições necessárias para fazer sua parte no Uso Público. Quais seriam essas condições? O que faremos para ajudar a alcançá-las?”*. Em virtude do tempo, houve uma breve discussão, realizada no grande grupo, que pautou principalmente o fato de que Torres é privilegiada: tem reservas em todos os níveis, municipal, estadual, federal, terra indígena, e como interagir entre elas, principalmente na forma de corredores, sem que haja sobreposição e sim complementação. Foi apontada a necessidade de um bom Pup e um bom PM como instrumentos de fortalecimento das instituições, que hoje estão enfraquecidas no município, para alcançar uma integração institucional e em como Itapeva pode servir de modelo para outros lugares no Brasil de como uma terra indígena pode dar força pra uma UC, através de um mosaico de UCs. Houve comum acordo de que o Pup pode reconhecer, mas não vai resolver essa situação. Além disso, houve manifestações referentes à faixa de praia e à sua importância para o Parque de Itapeva e que o Pup recomende seu uso sustentável e regrado, questionando inclusive o trânsito de veículos.

Apresentação e discussão das atividades de uso público preliminarmente sugeridas

Foram apresentadas as atividades que estão sendo consideradas para análise de viabilidade até o momento. As sugestões ou questões levantadas foram:

- Preocupação com pessoas que já realizam atividades no parque, especialmente de Educação Ambiental: seriam obrigadas a entrar na concessão? Foi explicado que uma vez feita a concessão, as atividades que criariam competição ou poderiam causar perda de remuneração pelos serviços concessionados não poderão continuar existindo, a não ser em caráter excepcional autorizado pelo Parque e desde que essa excepcionalidade conste nos contratos de concessão.
- Balonismo não é homologado no Brasil, devido ao alto custo para homologação, ou seja, é de excelente qualidade, mas não pode ser explorado comercialmente (vãos não podem ser vendidos). Hoje em dia, é explorado com fins experimentais e educativos: o primeiro vão (vão experimental) de piloto é permitido, e só assim seria possível a comercialização dessa atividade. Homologação está em andamento, mas pode demorar.
- Atividades de arte estão contempladas nos segmentos de Educação Ambiental e na atividade de contemplação.
- Atividade de cavalgada foi sugerida, mas justificada pela proibição de animais domésticos em Unidades de Conservação.
- Atividade de ciclismo deve envolver não só o Parque mas o seu entorno: sugestão de integrar a uma recomendação de construção de uma ciclovia que faça o entorno do Parque (o que traria mais segurança para a fauna, reduzindo o risco de atropelamentos, serve como um amortecimento do Parque Estadual de Itapeva, além de ser um espaço de lazer, esporte, etc.).
- Sendo o camping proibido no interior da UC, houve o questionamento se a pernoite de pesquisadores seria prevista no Pup alguma perspectiva que daqui a um tempo possa ser permitido? A resposta foi que está prevista a demolição de toda estrutura que não tenha uma função clara, inviabilizando em parte o acampamento, mas pode haver uma possibilidade de inclusão na atividade de turismo científico.

Conclusões:

As oficinas foram preparadas para provocar a reflexão, o envolvimento e a proposição dos participantes em um aspecto que consideramos críticos na implantação do uso público: maiores chances de gerar benefícios para a comunidade e os empresários locais.

Ao longo das duas oficinas surgiram contribuições bastante interessantes, entre eles a clara preocupação com a capacidade de integração da comunidade, especialmente a do entorno do Parque e pertencente à sua Zona de Amortecimento, em como envolvê-los e fazer com que se aproveitem dos benefícios oriundos do Uso Público, inclusive a comunidade indígena, com todas as suas especificidades. Os desafios nesse sentido ficaram mais claros e evidenciaram que, sem que haja um envolvimento multi-institucional – Sema/RS, Prefeitura, ONGs, Câmara de Vereadores, sindicatos, associações comunitárias e de empresários, instituições de apoio empresarial, Secretaria Estadual de Turismo, entre outros – não será suficiente a existência de um Plano de Uso Público para gerar esses benefícios esperados.

Por outro lado, o momento de realização desse planejamento não foi muito favorável para o comprometimento. Nas proximidades das eleições municipais, a participação dos agentes públicos locais foi bem aquém do esperado, embora fartamente convidados e confirmados, o que representa ainda pouco avanço no entendimento da necessidade de cooperação para que a implantação do Uso Público atenda as demandas. Reafirma-se aqui, um pouco, a antiga e desatualizada cultura de cobrança unilateral de compromisso da Sema/RS em implantar Parque e a falta de compreensão de que isso só será possível com a contribuição dos diferentes atores envolvidos. Nesse aspecto, recomenda-se que a finalização do Plano de Uso Público seja feita após as eleições e que para a oficina de consolidação sejam convidados os representantes eleitos e potenciais secretários.

A questão do camping foi debatida nas duas oficinas e, aparentemente, parece um assunto superado entre a comunidade: muitos entendem que é uma atividade incompatível com a UC e que, além disso, têm possibilitado o desenvolvimento econômico dos campings do entorno, já que o camping subsidiado pelo Estado era visto como uma “concorrência desleal”. É um exemplo claro do que se quer, ou seja, inserir a comunidade do entorno nos benefícios gerados pelo Plano de Uso Público. É fortemente recomendável que as justificativas para essa compreensão, os benefícios econômicos aos empresários locais e ambientais ao Parque gerados pelo fechamento

do camping, bem como os resultados dessa análise sejam amplamente divulgados na sociedade para consolidar essa abordagem.

Igualmente nas duas oficinas foi mencionada a questão da falta de símbolos, ou de uma identidade do Parque Estadual de Itapeva, que deve ser algo a ser construído. Foram sugeridos, para isso, o diferencial construtivo de um mirante no topo do morro, algo que inclusive, já está nas atividades planejadas, ou uma ciclovia que atravesse a cidade e passe pelo Parque.

183

Entre os participantes, foi consenso a necessidade de se incentivar a criação de uma política pública de ecoturismo no município de Torres, por ser um local com áreas protegidas em todos os níveis: REVIS Ilha dos Lobos (federal), Parque Estadual de Itapeva (estadual), Área de Proteção Ambiental (APA) da Lagoa de Itapeva (municipal), Parque da Guarita (estadual, concedido ao município) e Reserva Indígena *Nhu-Porá* (federal), e também de propor uma integração, uma complementaridade entre elas, que uma possa fortalecer a outra. No entanto, ao longo dos debates também se concluiu que Torres, apesar de um turismo já bastante desenvolvido, ainda está começando a lidar com ecoturismo ou turismo rural. Portanto, embora essa situação possa e deva ser mencionada no Pup, não será resolvida com esse documento. Especialmente entre os participantes representantes de empresas, foi debatida a questão do público usuário: ideal ecoturista, mas dada a realidade, a existência de uma UC deve ser compatibilizada com o turismo de massa realizado hoje em Torres.

Conclusão

“A participação ativa da comunidade, juntamente com governos e empresários, é a base para a sustentabilidade do turismo”.

O Parque Estadual de Itapeva está localizado numa área com forte potencial para destacar-se em Ecoturismo na Região Sul do Brasil. Sua proximidade com os Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, permite integrá-lo a um roteiro de âmbito nacional e internacional, que ainda está imaturo, mas tem um gigantesco

potencial para o futuro, com seus cânions inigualáveis. Sua proximidade com o Refúgio da Vida Silvestre Ilha dos Lobos, amplia a diversidade de atrativos naturais em uma mesma região. Com esse conjunto, pensando em natureza, um ecoturista pode conhecer os desafios dos caminhos rochosos, navegar pelo mar e interagir com lindos mamíferos e aves marinhas, caminhar por uma longa praia arenosa e subir nas dunas cruzando a mata até chegar aos testemunhos rochosos da Guarita, que lhes remetem à primeira interação com os cânions formados no fraturamento dos derrames basálticos.

Esse conjunto principal pode ser temperado a gosto com outros pequenos atrativos da região, como um roteiro rural, um artesanato com palha de butiá, um passeio no rio ou nas lagoas, uma gastronomia campeira ou a base de frutos do mar, algum evento típico, seja festivo, esportivo, gastronômico. Enfim, uma outra diversidade ainda palpitante irá sendo reconhecida ou fortalecida para constituir um cardápio de apoio. No futuro, interações culturais com indígenas, quilombolas, pescadores e sítios arqueológicos poderão ampliar ainda mais a rica mistura de natureza e cultura que a região oferece. O Parque Estadual de Itapeva não é um atrativo natural com forte apelo turístico e a integração com todos esses outros atrativos constituem um roteiro que precisa ser mais bem planejado e fortalecido nas políticas públicas estadual e municipal.

Sabemos que o público que pode se beneficiar da implantação da visitação no Parque é amplo. Imediatamente, o diagnóstico apontou uma vontade de que o Parque esteja disponível para escolas e moradores locais, para os veranistas que frequentam Torres, para os turistas que chegam e vão a toda hora, mas também seja capaz de atrair novos interessados. Aqui, o que se propõe é a construção de uma nova identidade para o Parque Estadual de Itapeva: ecoturismo. Que seja essa a forma fundamental de interação com a biodiversidade ali protegida, com as paisagens únicas que nele são remanescentes de um passado do Litoral Norte.

O ecoturismo é uma economia que muito bem se adéqua a categoria Parque como Unidade de Conservação de proteção integral. Criado para e, principalmente,

proteger a biodiversidade, promover o lazer, a recreação, o turismo e a educação ambiental associados com a natureza é também um objetivo e uma necessidade. Evidentemente, isso precisa ser feito com cuidado para não colocar em risco os bens mais preciosos que ali existem, ecossistemas, plantas, animais, processos ecológicos, serviços ambientais, e que são um patrimônio e um bem difuso dos gaúchos e brasileiros. Nesse aspecto, a confluência de opiniões foi muito intensa, gestores, técnicos do Instituto Curicaca, entrevistados e participantes das oficinas não tiveram dúvidas que temos que promover o Uso Público cuidando muito bem para não prejudicar a natureza.

Desde sua criação o Instituto Curicaca atua no entorno de Unidades de Conservação e vem ajudando a promover interação positivas entre a comunidade local e as áreas protegidas. O turismo de base comunitária é uma das diretrizes desse trabalho e deu ótimos resultados nos projetos que desenvolvemos no entorno dos Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral, assim como tem sido a tônica de outras iniciativas associadas à Unidades de Conservação por todo o Brasil. Mas os desafios para a sua implantação são grandes e não devem ser subestimados. É necessário um forte esforço de organização e qualificação da comunidade, os gestores da Unidade de Conservação precisam estar dispostos e também qualificados para promover essa abordagem, a Prefeitura e outras Secretarias do Governo Estadual precisam estar envolvidas e as parcerias com a sociedade organizada e universidades é fundamental. Além disso, no caso de concessões que exijam maiores investimentos privados, os empresários locais precisam ser priorizados, mas da mesma forma necessitam apoio de suas entidades representativas e associativas, bem como das políticas públicas locais. Dessa forma, os torrenses poderão acessar os benefícios sociais e econômicos que virão da implantação do Uso Público no Parque Estadual de Itapeva.

Esse diagnóstico demonstrou toda essa potencialidade e apresentou também esse amplo conjunto de desafios associados, que precisam ser enfrentados com embasamento técnico, determinação política, ampla cooperação multi-institucional e forte vontade da sociedade. Assim teremos um Uso Público no Parque Estadual de

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



Itapeva funcionando como se imaginou em 2002, na época da criação da Unidade de Conservação, trazendo retorno para aqueles que acreditaram que o Parque viria para a região como um benefício e contrapondo quem resistiu e se opôs à iniciativa. Na próxima fase desse planejamento, entraremos nos detalhes de como alcançar esse sonho. Vamos juntos!

Referências Bibliográficas

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL, Parecer nº 031/2011- Duc, Divisão de Unidades de Conservação. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação/ Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRASIL, Decreto s/nº de 4 de julho de 2005. Altera a categoria da Unidade de Conservação Reserva Ecológica Ilha dos Lobos para Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, no litoral do Município de Torres, Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

BARROS PENA, I.A.; SANTOS, C.J.F. and SINAY, L. Estratégias Para o Desenvolvimento Do Uso Público Das Apas Dos Morros Da Babilônia E São João, Do Leme E Urubu E Parque Estadual Da Chacrinha, Rj. Anais – Uso Público em Unidades de Conservação, n. 1, v. 1. Niterói – RJ, 2013.

BOHRER, Patrícia Vianna; KROB, Alexandre José Diehl. Levantamento e descrição inicial dos bens culturais imateriais da área de abrangência do projeto Microcorredores Ecológicos de Itapeva: Relatório técnico. Porto Alegre: Instituto Curicaca, 2007. 27p.

BOO, E. *Ecotourism: the potentials and pitfalls: country case studies*. WWF. 1990.

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Anexo I - Diagnóstico



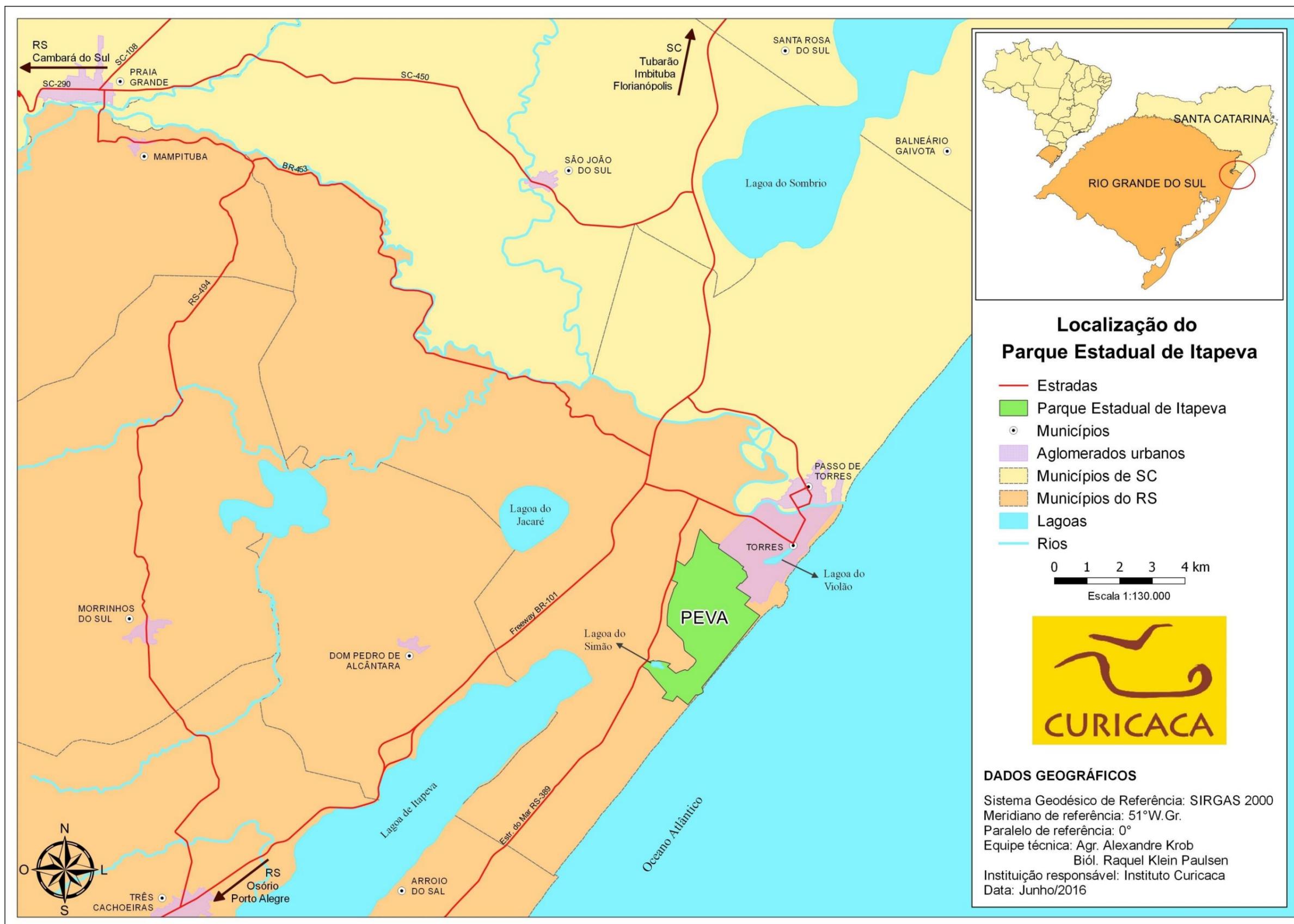
DUARTE, M. M.; Bencke, G. A. Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapeva. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Departamento de Florestas e Áreas Protegidas. Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

DRUMM, A.; MOORE, A. *Desenvolvimento do Ecoturismo – Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação*, Volume 1. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA, 2003.

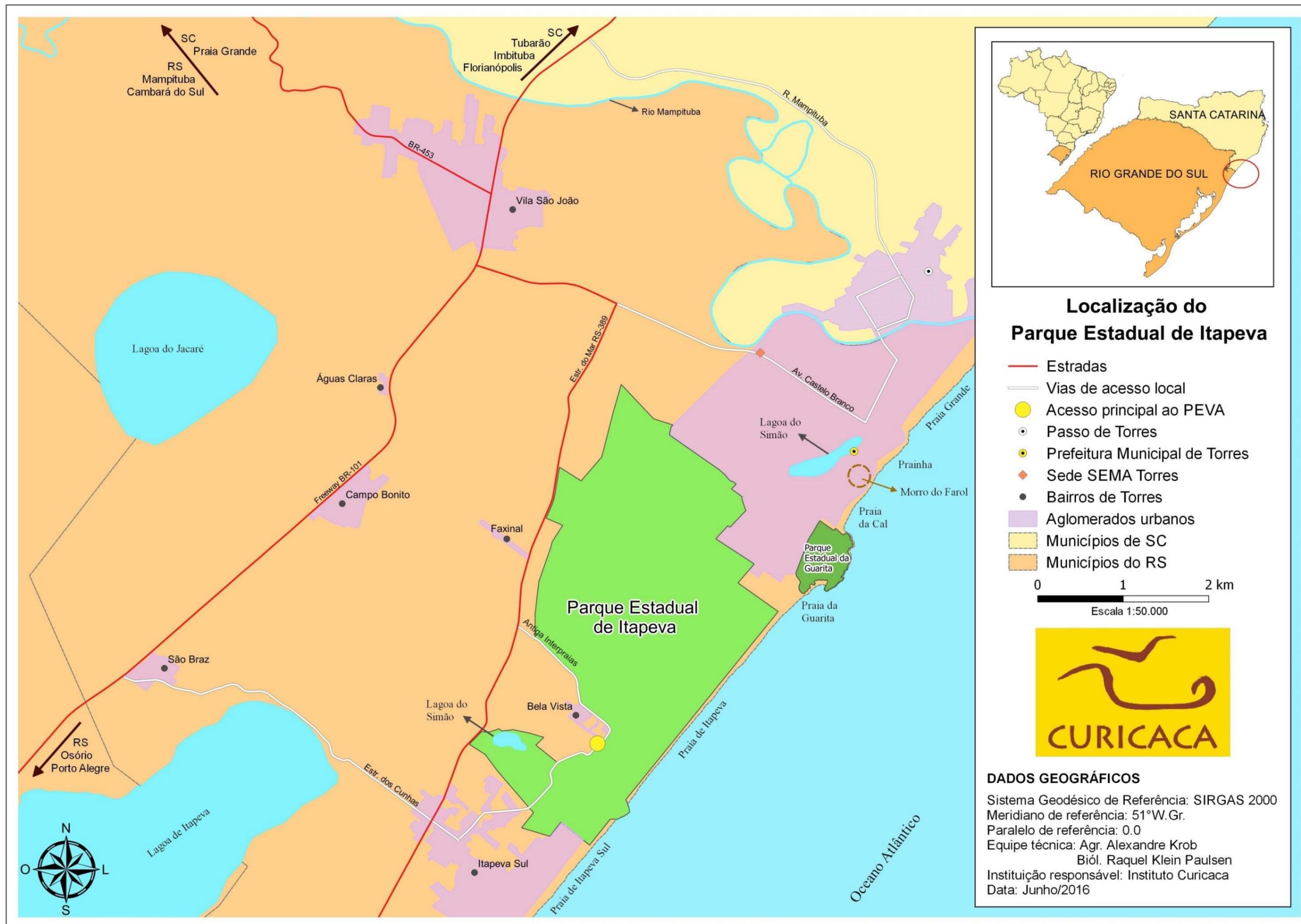
KROB, A. J. D.; SKAF, M.; BOHRER, P. V.; ILHA, H. Plano de Uso Público do Parque Nacional Marinho de Abrolhos. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama/ Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília, 2003.

JANÉR, A.; BENCHIMOL, M.; MOURÃO, R. M. F. Instituto Bioatlântica e Instituto EcoBrasil. Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária. Promoção Ministério da Justiça/ Fundo de Defesa de Direitos Difusos, 2010.

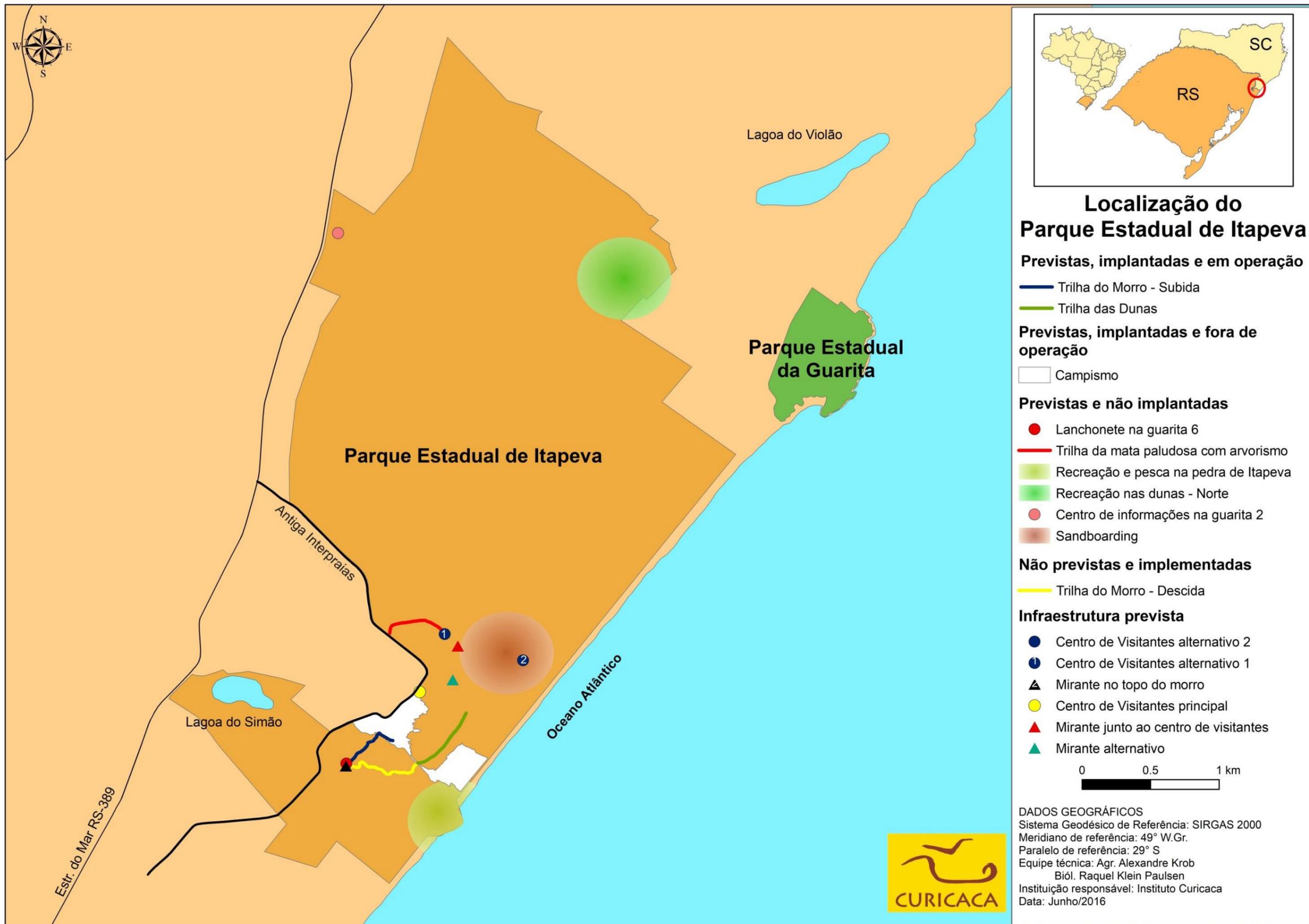
Anexo 1 – Mapa de localização regional



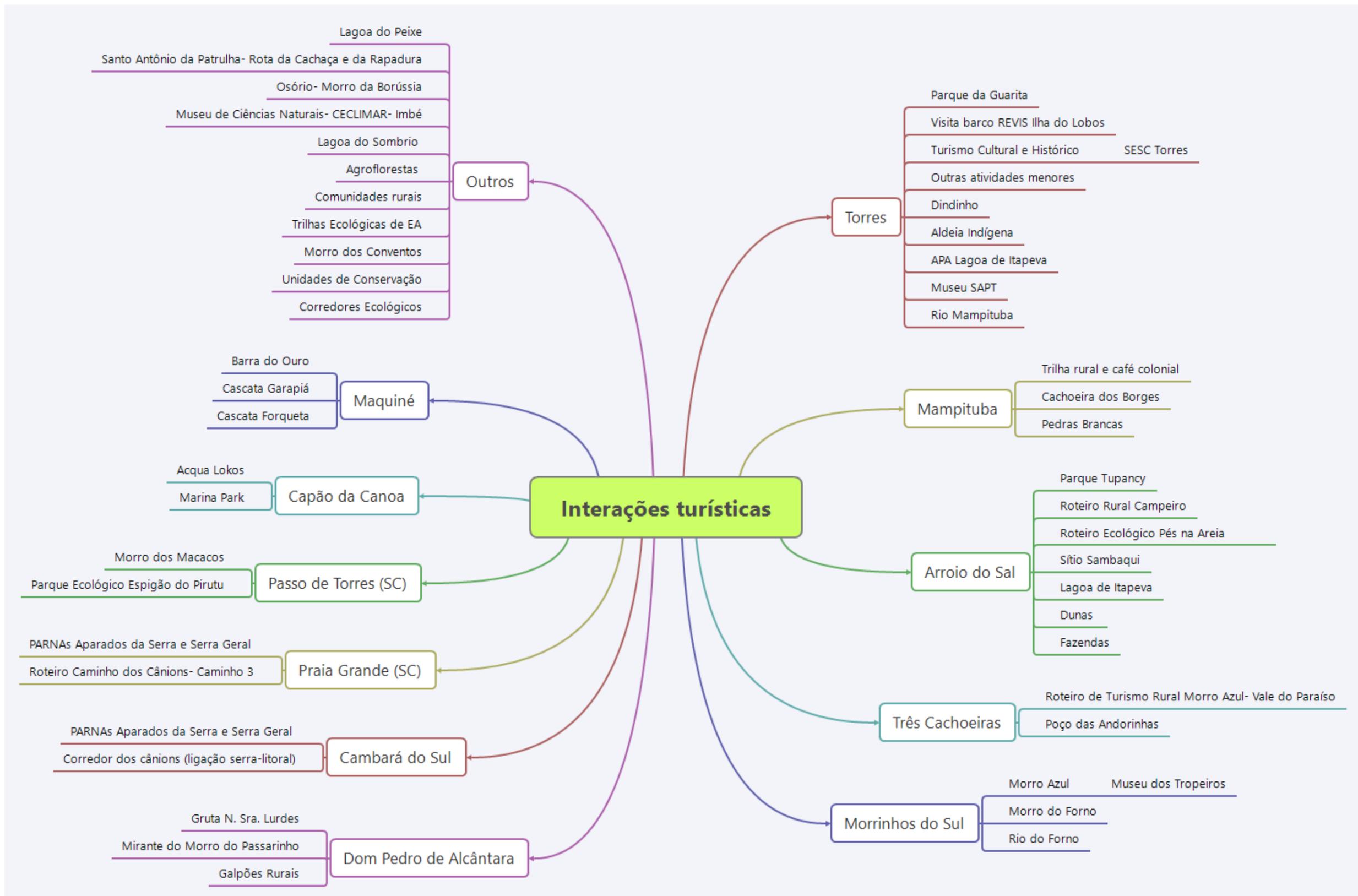
Anexo 2 – Mapa de acessos



Anexo 3 – Mapa de localização de atividades de uso público analisadas



Anexo 4 – Diagrama de atrativos naturais e culturais identificados na área de influência do Parque



Anexo 5 – Informações complementares de apoio ao turista nos municípios

Todas as informações apresentadas a seguir foram obtidas das páginas das Prefeituras dos municípios, rodoviária de Torres e Porto Alegre e empresas de ônibus e dos bancos.

Distâncias de Torres, Porto Alegre e Florianópolis aos municípios

193

Tabela 14 - Quadro com tempo de viagem de carro e distâncias (entre parênteses), obtidos por meio do Google Maps.

	Arroio do Sal	D. Pedro de Alcântara	Três Cachoeiras (Morro Azul)	Morrinhos do Sul	Mampituba	Cambará do Sul	Torres
Torres	35min (35,3 km)	20min (18,2 km)	36min (32,8 km)	36min (33,2 km)	44min (41 km)	1h54min (142 km)	-
Porto Alegre	1h57min (170 km)	2h (180 km)	2h05min (177 km)	2h27min (187 km)	2h30min (200 km)	2h53min (241 km)	2h10min (193 km)
Florianópolis	3h22min (301 km)	3h09min (284 km)	3h25min (299 km)	3h23min (298 km)	3h19min (285 km)	4h43min (408 km)	3h05min (277 km)

Arroio do Sal

Contatos da prefeitura

- (51) 3687.1366 – (51) 3687.1360 – (51) 3687.4145 – Fone/Fax: (51) 3687.3269
- E-mail: prefeito@arroiodosal.rs.gov.br
- Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura, Pesca e Desenvolvimento: (51) 3687.3283/
meioambiente@arroiodosal.rs.gov.br

Como Chegar

- Porto Alegre → Arroio do Sal, com informações presentes de www.rodoviaria-poa.com.br:
 - Todos os dias - 06:30/ 15:45 – 184 Km – 03:45 de tempo estimado.
 - Sexta (19:00) – 184 Km – 03:45 de tempo estimado.

- Torres → Arroio do Sal (no site da Rodoviária de Torres, <http://www.rodoviariorres.com.br>):
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 07:00/ 09:00/ 11:30/ 13:00/ 15:00/ 16:45/ 17:00 (distâncias entre 25 e 39 Km) com tempo estimado de ≈ 1h5min.
 - Sábados – 07:00/ 09:00/ 11:30/ 13:00/ 15:00/ 16:45;
 - Domingos – 09:00/ 15:00/ 16:00.
- Florianópolis → Arroio do Sal:
 - Sem linhas diretas de ônibus; Utilizar Florianópolis → Torres e Torres → Arroio do Sal.
 - Florianópolis → Torres: empresa SantoAnjo - <https://vendanet4.santoanjo.com.br/VendaWeb> - horários variados, geralmente 12:45 (≈ 4 horas de viagem) e 14:15 (≈ 5h30min de viagem).

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: consta uma (banco postal/correios) no site www.encontreb.com.br. Na Rua Alegrete, 86, sala 103.
- Banrisul: consta uma no site www.banrisul.com.br, Na Av. Assis Brasil, 659.

Eventos

- Carnaval de Rua (4 dias em fevereiro), mais informações em www.arroiodosal.rs.gov.br;
- Festa do Pescador (no meio do ano). Mais informações em <http://festadopescadorarroiodosal.com.br>;

Onde Ficar – informações presentes em www.arroiodosal.rs.gov.br;

Hotéis

- Bella Praia Hotel: Av. Jardins, 138/ (51) 9608.4730/ bellapraiahotel@hotmail.com;
- Big Hotel: Rua Paulista, 81/ (51) 3687.1292;
- Boff Apartamentos: Av. Federal, 143/ (51) 3687.2599;
- Costa Norte Center Hotel: Rua São Domingos, 90/ (51) 3687.1107;
- Giroto Hotel e Restaurante: Rua Castro Alves, 195/ (51) 3687.4237/ (55) 99678394/ hotelgirotto@terra.com.br;
- Hotel Bolzan: Rua Primeiro de Maio, 597/ (51) 3687.1164/ hotelbolzan@asnet.com.br;
- Hotel Maracujá: Rua Paulista, 55/ (51) 3687.110/ (51) 9227.6953;
- Hotel Natal: Av. Atlântica, 177/ (51) 3687.1234/ hotelnatal@asnet.com.br;

Pousadas, Cabanas e Campings

- Cabanas Figueirinha: Rua Gal. Osório, 511/ (51) 3687.1270;
- Camping Areias Brancas: Bairro Areias Brancas/ (51) 9633.6950;
- Camping Vista da Serra: Bairro Centro/ (51) 9983.5372;
- Pousada Caravelas: Rua Paulista, 183/ (51) 3682.2179/ caravelas@asnet.com.br;
- Pousada do Farol: Av. Atlântica, 800/ (51) 3687.1804;
- Pousada Fazenda da Lagoa: Estrada do Mar, Km 60/ (51) 9974.2791/ (51) 9983.2815/
fazendapousadadalagoa@asnet.com.br;
- Pousada Pôr do Sol: Rua Bento Gonçalves, 373/ (51) 3687.1003;
- Residencial Girassol: Rua Estrada do Mar, Km 56/ (51) 3606.1123;

Dom Pedro de Alcântara

Contatos da prefeitura – informações presentes em www.dompedrodealcantara.rs.gov.br;

- Telefone: (51) 3664.0011;
- E-mail: não consta, mas apresenta um formulário online para ser enviado para o e-mail: prefeito@dompedrodealcantara.rs.gov.br;
- Secretaria Municipal de Gestão Ambiental: (51) 3664.0011/
meioambiente@dompedrodealcantara.rs.gov.br;

196

Viagens (informação no site www.rodoviaria-poa.com.br)

- Porto Alegre → Torres:
 - Todos os dias – 06:30/ 15:45 – 223 Km – 4h45min de tempo estimado.
 - Todos os dias - 07:30/ 09:30/ 17:00 – 206 Km – 2h50min de tempo estimado.
 - Todos os dias - 15:00 16:00 19:30 – 206 Km – 3h10min de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 11:45/ 13:00 – 206 Km – 3h de tempo estimado.
 - Dom, Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 18:45 – 206 Km – 02:40 de tempo estimado.
 - Dom, Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 19:30 – 206 Km – 03:10 de tempo estimado.
 - Dom, Sex – 20:00– 206 – 02:50 de tempo estimado.
 - Sexta – 19:00 – 223 Km – 04:45 de tempo estimado.
 - Domingo – 13:00 – 206 Km – 03:10 de tempo estimado.
- Torres → Dom Pedro de Alcântara (informações fornecidas por telefone pela Rodoviária de Torres)
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 08:45/ 09:50/ 15:45/ 16:30/ 17:30.
 - Sáb – 10:45.
- Florianópolis → Dom Pedro de Alcântara: não há ônibus entre os dois municípios. Utilizar Florianópolis → Torres e Torres → Dom Pedro de Alcântara.

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: não consta nenhuma no site www.encontreb.com.br;
- Banrisul: consta uma no site www.banrisul.com.br. Na Av. Central, 294;
- Caixa Econômica Federal: tem uma notícia no site da prefeitura dizendo que tem uma lotérica na cidade que oferece os serviços básicos da Caixa;

Eventos

- No site não consta nenhuma agenda de eventos. Procurando na busca geral do site da prefeitura foram encontradas duas festas que ocorrem periodicamente na cidade. A Festa do Agricultor e a Festa da Colônia com um dia de duração e ocorrendo em Julho ou Agosto - <http://www.dompedrodealcantara.rs.gov.br>;

Hotéis, Pousadas, Cabanas e Campings

- Não constam informações sobre estabelecimentos desse tipo. Apenas algumas informações sobre restaurantes e bares;
- Restaurante: Km 13, BR 101/ (51) 3664.0022/ consta como 24h;
- Bar: Km 13, BR 101/ (51) 3664.0055;
- Bar: Av.Central, 240/ sem telefone;

197

Três Cachoeiras (Morro Azul)

Contatos da prefeitura – informações presentes em www.trescachoeiras.rs.gov.br;

- Telefone: (51) 3667.1155
- E-mail: viceprefeito@trescachoeiras.rs.gov.br;
- Secretária de Agricultura: (51) 3667.1565/ sec.agricultura@trescachoeiras.rs.gov.br.

Viagens

- Porto Alegre → Três Cachoeiras, informações presentes em www.rodoviaria-poa.com.br:
 - Todos os dias – 07:30/ 09:30/ 17:00 – 177 Km – 02:10 de tempo estimado.
 - Todos os dias – 15:00/ 16:00/ 19:00 – 177 Km – 02:35 de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 11:45 - 177 Km – 02:25 de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 13:00 - 177 Km – 02:35 de tempo estimado.
 - Dom, Sex – 20:00 – 177 Km – 02:10 de tempo estimado.
 - Sábado – 07:00 – 177 Km – 02:25 de tempo estimado.
 - Domingo – 13:00 – 177 Km – 02:35 de tempo estimado.
- Torres → Três Cachoeiras, informações presentes em <http://www.rodoviariorres.com.br>:
 - Todos os dias – 10:00/ 11:30/ 15:00/ 17:00/ 19:30 - ≈ 35 min de tempo estimado.

- Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 06:30/ 08:30/ 13:45/ 16:00 - ≈35 min de tempo estimado.
- Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 08:45/ 09:50/ 10:45/ 15:45/ 16:30/ 17:00 - ≈ 50 min de tempo estimado.
- Segunda – 06:00 – 30 min de tempo estimado.
- Sábado – 10:45/ 11:40 – 50 min de tempo estimado.
- Domingo – 08:00/ 16:00 – 30 min de tempo estimado.

- Florianópolis → Três Cachoeiras: não há ônibus entre os dois municípios. Utilizar Florianópolis → Torres e Torres → Três Cachoeiras.
- Três Cachoeiras → Morro Azul – informação dada via telefone pela empresa Torrescar:
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 10:40/ 18:25;
 - Sábado – 11:35;
 - Táxi na rodoviária (R\$ 30,00) – informação pessoal.

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: contam duas possibilidades no site www.encontrebbe.com.br;
Rua José Rolim de Matos, 59, Loja 5 (Banco Postal).
Rua José Rolim de Matos, 74 (Caixa Eletrônico).
- Banrisul: conta uma agência no site www.banrisul.com.br;
Rua Francisco Hipolito Rolim, 755.
- Sicredi: consta uma agência no site www.sicredi.com.br;
Rua Francisco Hipolito Rolim, 780.
- Bradesco: consta uma agência no site <http://banco.bradesco/html/classic/atendimento/rede-de-atendimento/>;
Rua Francisco Hipolito Rolim, 961, Sala 01.

Eventos

- O site da prefeitura possui uma barra lateral que informa os eventos, incluindo festas mais específicas como festas juninas em escolas;
- Festa do Caminhoneiro (anual, durante quatro dias, usualmente no mês de Junho);

Onde ficar (Vale do Paraíso)– informações presentes em www.trescachoeiras.rs.gov.br;
necessário agendamento prévio;

- Gisele Lumertz: (51) 3664.9091/ 9151.3968;
- Dona Cenira/Recanto dos Boff: (51) 9697.1646;
- Neslon (Alambique): (51) 9865.2592;
- Margarete (Artesanato Par. Artes): (51) 3664.9057;
- Dona Zilda (Pousada): (51) 3664.9027/ 9219.5298;

Morrinhos do Sul

199

Contatos da prefeitura – informações presentes em <http://www.pmmorrinhosdosul.com.br>;

- (51) 3605.1055/ 3605.1112/ 3605.1149;
- E-mail: pmmorrinhosdosul@bol.com.br
- Secretária do Meio Ambiente: (51) 3605.1055, Ramal 202/morrinhosdosul@bol.com.br.

Viagens

- Porto Alegre → Morrinhos do Sul, informações presentes em www.rodoviaria-poa.com.br;
 - Sábado – 07:00 – 196 Km – 02:55 de tempos estimado;
 - ou utilizar Porto Alegre → Torres e Torres → Morrinhos do Sul
- Torres → Morrinhos do Sul, informações presentes em <http://www.rodoviaritorres.com.br>:
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 09:50/ 11:45 - ≈ 1h de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 11:45/ 15:45/ 17:30 - ≈ 1h45 min de tempo estimado.
 - Sábado – 10:45 - ≈ 1h15min de tempo estimado.
- Florianópolis → Morrinhos do Sul, utilizar Florianópolis → Torres e Torres → Morrinhos do Sul.

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: não consta nada no site www.encontrebbe.com.br;
- Banrisul: consta uma agência no site www.banrisul.com.br;
Rua Antonio José Carlos, 01.

Eventos

- No site da prefeitura não consta nenhuma agenda de eventos;

Onde ficar

- Não consta nenhum local no site da prefeitura, tampouco no Google. Em contato com a Prefeitura por telefone, informaram que não tem nenhum local na cidade;

Mampituba

200

Contatos da prefeitura – informações presentes em <http://www.mampituba.rs.gov.br>;

- (51) 3615.2111/ 3615.2088/ 3615.2058;
- E-mail: não consta e-mail, mas o site possui um formulário para entrar em contato;

Viagens

- Porto Alegre → Mampituba, informações presentes em www.rodoviaria-poa.com.br:
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 13:00 – 238 Km – 3h45min de tempo estimado.
 - Sábado – 07:00 – 231 Km – 3h30min de tempo estimado.
 - ou utilizar Porto Alegre → Torres e Torres → Mampituba
- Torres → Mampituba, informações presentes em <http://www.rodoviaritorres.com.br/>:
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 16:00 – 1h25min de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 16:20 – 55min de tempo estimado.
 - Seg, Ter, Qua, Qui, Sex – 10:00/ 17:30 – 55min de tempo estimado.
 - Sábado – 10:40 – 55 min de tempo estimado.
 - Sábado – 17:30 – 2h20min de tempo estimado.
- Florianópolis → Mampituba, utilizar Florianópolis → Torres e Torres → Mampituba.

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: conta um (banco postal) no site www.encontrebbe.com.br;
Av. Herculano Lopes, 255.
- Banrisul: consta uma no site www.banrisul.com.br;
Av. Herculano Lopes, 71.

Eventos

O site da prefeitura possui uma agenda de eventos na qual constam os eventos oficiais e festas comunitárias para 2016:

- Festa Municipal da Banana em Rio de Dentro (17 a 19 de junho);
- Final da Taça “Manoel SelauScharDOSim” (10 de Julho);
- Festa em Taquaruçu(17 de Abri);
- Novena em Vila Brocca (23 de Abril);
- Festa em Chapada do Morro Bicudo (30 de Abril e 1 de Maio);
- Festa em Cambraia (07 e 08 de Maio);
- Novena em Roça da Estância (28 de Maio);
- Festa em Alto Rio de Dentro (04 e 05 de Junho);
- Festa em Costãozinho (11 e 12 de Junho);
- Festa em Rio de Invernada (09 e 10 de Julho);
- Festa em Vila São Jacó (30 e 31 de Julho);
- Festa em Roça da Estância (06 e 07 de Agosto);
- Festa em Mampituba (10 e 11 de Setembro);
- Festa em Taquaruçú (25 de Setembro);
- Festa em Vila Brocca (15 e 16 de Outubro);
- Festa em Costãozinho (22 e 23 de Outubro);
- Novena em Vila Matias (12 de Novembro);
- Novena em Alto Rio de Dentro (19 de Outubro);
- Novena em Rio de Dentro (03 de Setembro);
- Festa em Santa Luzia (10 e 11 de Setembro).

201

Onde ficar – informações presentes em www.mampituba.rs.gov.br;

- Camping Cachoeira dos Borges/ (51) 3338.3323/ 8594.4412
- Pousada do Belvedere: Sítio Ramos/ (48) 8836.6399/ 9194.0569
- Pousada Refúgio do Campanário/ (48) 9151.3396;

Cambará do Sul

Contatos da prefeitura – informações presentes em <http://cambaradosul.rs.gov.br>;

- Telefone: (54) 3251.1532/ cambara@cambara.rs.gov.br;
- Secretaria de Meio Ambiente: (54) 3251.1532/ 3251.1175/
pmc.meioambiente@terra.com.br;

Viagens

- Porto Alegre → Cambará do Sul, informações presentes em www.rodoviaria-poa.com.br:
- Seg, Ter, Qua, Qui, Sex, Sáb – 06:00 – 190 Km – 05h48min de tempo estimado.
- Torres → Cambará do Sul: não existem ônibus entre os dois municípios.

Agências bancárias:

- Banco do Brasil: conta uma agência no site www.encontrebbe.com.br;
Rua Getúlio Vargas, 937;
- Banrisul: consta uma no site www.banrisul.com.br;
Rua Getúlio Vargas, 1495;
- Sicredi: consta uma agência no site www.sicredi.com.br;
Rua Getúlio Vargas, 1719;

Eventos

- O site da prefeitura possui um link para eventos no qual consta a Feira do Livro (dois dias em Agosto) e a Semana Farroupilha (sete dias em Setembro);

Onde ficar – informações presentes em <http://cambaradosul.rs.gov.br>

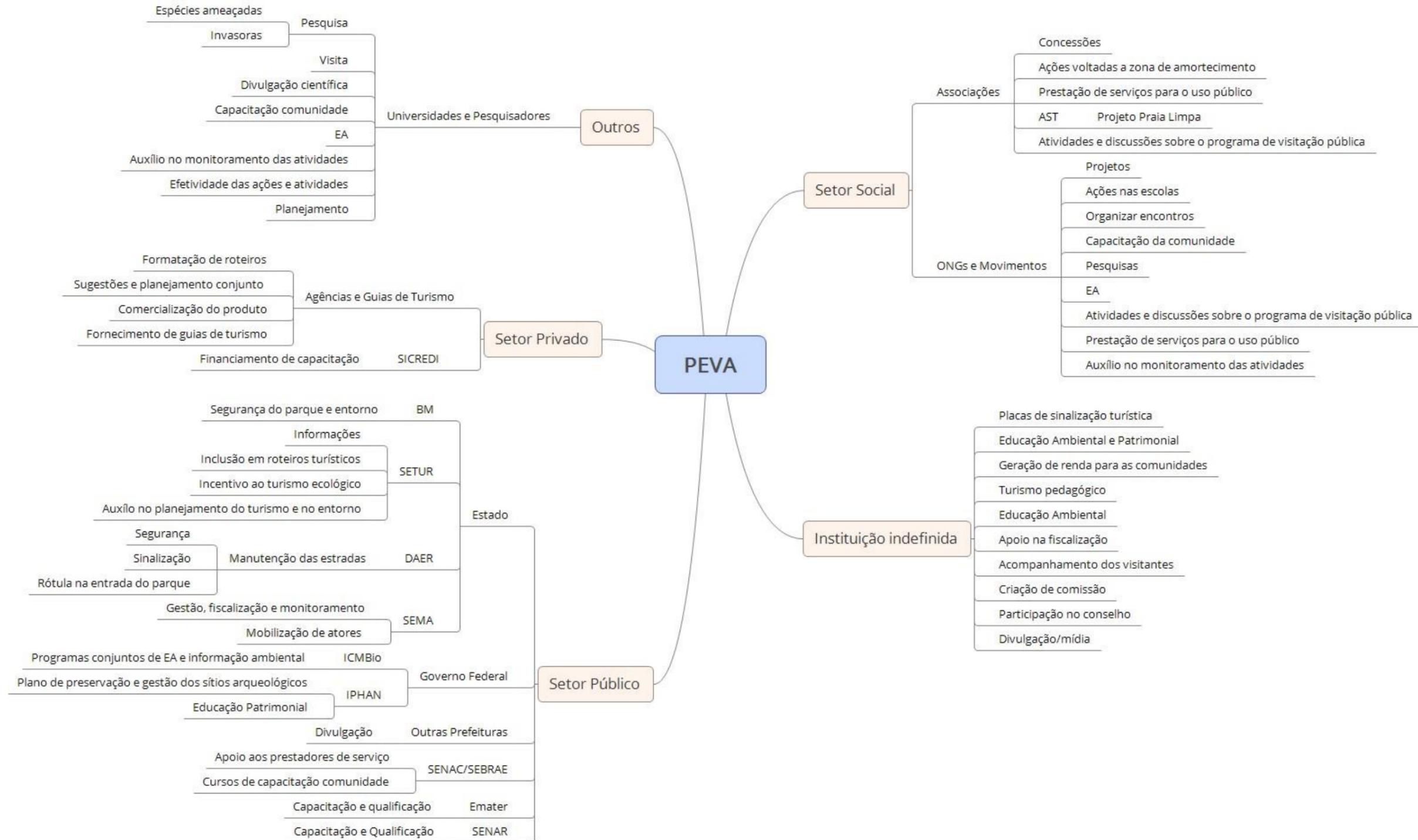
- Cambará Eco Hotel: (54) 3251.1703/ 9505.4555/
atendimento@cambarahotel.com.br;
- Campanário Chalés: (54) 3251.1118/ 9907.8199/ 9911.3765/
contato@campanariochales.com.br
- Chalés Quero-Quero: (54) 3251.1504/ 3251.1080/ pousadaquero-quero@hotmail.com;
- Flat Cambará: (54) 3251.1000/ 9998.9418/ 8130.0052/ 9133.7025/
reservas@flatcambara.com;
- Hostel Cape Town: (54) 3251.1157/ 9618.1157;
- Pousada Alvorada: (54) 3251.1284/ pousada_alvorada@hotmail.com
- Pousada Aparados: (54) 3251.1473/ 9967.4274/ pousadaaparados@hotmail.com;
- Pousada Bela Cambará: (54) 3251.1407/ 9615.8013;
- Pousada Bela Vista: (54) 3251.1841/ 8167.1956/ belavistacambara@gmail.com;
- Pousada Brisa dos Cânions: (54) 3251.1025/ 9619.1303/
cabanasbrisadoscanyons@gmail.com;
- Pousada Cambará Village: (54) 3251.1508/ 9913.7479/
pousadacambaravillage@hotmail.com;

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva Relatório da Etapa 1 - Diagnóstico



- Pousada Candieiro: (54) 3251.1103/ 9988.7169/ 9663.6300/
contato@pousadacandieiro.com.br;
- Pousada Cristal Serra (54) 3251.1023/ jfernandes@sinos.net;
- Pousada Encanto da Serra: (54) 3251.1138/ 9993.6485/
pousadaencantodaserra2@gmail.com;
- Pousada Estalagem da Colina: (54) 3251.1746/ 9911.8903/
estalagemdacolina@terra.com.br;
- Pousada Fortaleza Cambará: (54) 3251.1474/ 8400.6353/ 9970.0134/
pousada.fortaleza@bol.com.br;
- Pousada Fortaleza Cambará 2: (54) 3251.1474/ 8400.6353/ 9970.0134/
pousada.fortaleza@bol.com.br
- Pousada Itaimbeleza: (54) 3251.1365/ pousada.itaimbeleza@terra.com.br
- Pousada João de Barro: (54) 3251.1216/ 9974.5826/ 9934.1767/
contato@joaodebarropousada.com.br;
- Pousada Oliveira: (54) 3251.1544/ 9975.2984/
pousadaoliveira@pousadaoliveira.tur.br;
- Pousada Paraíso: (54) 3251.1352/ 3251.1477
- Pousada Pedra do Segredo: (54) 3251.1569/ 9936.7752;
- Pousada Ponto Certo: (54) 3251.1502/ 3251.1655/ 9979.9057/ 9605.6418/
pousada.certo@ig.com.br;
- Pousada Pôr do Sol: (54) 3251.1290/ 3251.1390/ 9914.1158/
pordosol@pousadapordosol.tur.br;
- Pousada Recanto das Galhas: (54) 9949.1383/ 3251.1383/
reservadasgrahas@hotmail.com
- Pousada Santos: (54) 3251.1150;
- Pousada Serrana: (54) 3251.1726/ 9614.3024;
- Pousada Simone: (54) 3251.1116;
- Pousada Vila Ecológica: (54) 3251.1351/ 8145.3302/ vilaecologica@hotmail.com

Anexo 6 – Mapa de interações institucionais potenciais no âmbito regional



Anexo 7 - Mapa de interações institucionais potenciais no âmbito local



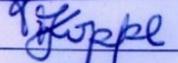
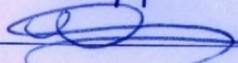
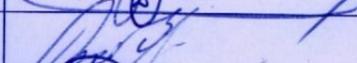
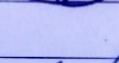
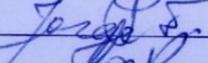
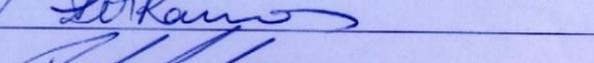
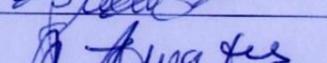
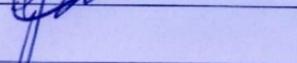
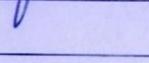
Anexo 8 – Lista de presenças nas oficinas

Oficina Governamental- 20 de junho de 2016:

	Nome	Instituição	Assinatura
1	MARCELO KOCH	SEC. PLANEJ. / PREF TORRES	
2	DEBORA FERNANDES	SEC. CULTURA / P.M. TORRES	
3	ANTONIO AUGUSTO U. MARQUES	SEMA/FEPAM/GERLIT	
4	Gosuli e Silva	11ª CRE - Oróris	
5	DEIVIDI BULZAN	CURICACA	
6	Romulo Tomas de O. Salim	SEMA/RS	
7	PATRICK COLOMBO	MCN / FCB	
8	LETÍCIA RYJINI VIANNA	APABG/DUC/SEMA	
9	Paulo T. Stumpf	SEMA/DBIO/DUC	
10	LUIZ RIOS DE MOURA BAPTISTA	CERBMA	
11	Aline Kelleremann	JCMBIO - Revis Ilha dos Lobos	
12	Fernanda Brocca	SMAURB	
13	Andress Kroll	UFRRS	
14	Denise Mello Machado	APABG/SEMA	
15	Paulo C. G. Mello	PEVA/SEMA	
16	Rojini de Barros Reis	J. BAZM/T...	
17			
18			
19			
20			
21			
22			

Plano de Uso Público do Parque Estadual de Itapeva
Relatório da Etapa 1 - Diagnóstico

Oficina Não governamental- 21 de junho de 2016:

	Nome	Instituição	Assinatura
1	TIAGO LUCAS CORREA	JAMBOO TURISMO	
2	Tânia Koppe	Ass. Com. Itapeva	
3	Paulo C. Guedes	DEVAISEMA	
4	Paulo P. Stumpf	SEMA/DBIO/DUC	
5	Rômulo Tomas de O. Valim	SEMA/PEVA	
6	Deivid BELZAN	CURICACS	
7	Francisco Reis	Agência Turismo	
8	Genes Brocca	EDUQUE	
9	JORGE F. HERRMANN		
10	Leomila A. Ramos	ONB ONDA VERDE	
11	Thaís Feijó	URBES/LITORAL - SABIN FERRAZ	
12	quintill da Rosa Santos	ARTESÃO	
13	Jose Carlos de Mattos	SINDICATO TRAB. RURAIS	
14	LUCIANO GROSS CASTANO	FEDERAÇÃO GAUCHA DE BALONISMO	
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			